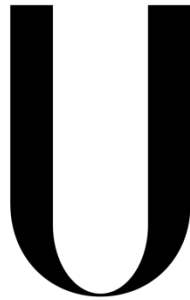


Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

A identidade latino-americana na comunidade nipo-brasileira

Felipe Duda Fernandes

Dissertação de Mestrado orientada pelo Professor Doutor Jorge da Silva
Macaísta Malheiros e Professor Doutor Eduardo Manuel Dias Brito Henriques

Mestrado em Geografia Humana: Globalização, Sociedade e Território

2020

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



A identidade latino-americana na comunidade nipo-brasileira

Felipe Duda Fernandes

Dissertação de Mestrado orientada pelo Professor Doutor Jorge da Silva Macaísta Malheiros e Professor Doutor Eduardo Manuel Dias Brito Henriques

Júri:

Presidente: Professor Doutor Francisco Manuel de Paula Nogueira Roque de Oliveira do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Professora Doutora Maria da Graça Índias Cordeiro do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
- Professor Doutor Jorge da Silva Macaísta Malheiros do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

2020

Resumo

A partir das raízes históricas da construção da ideia de América Latina será apresentado um estudo sobre os desdobramentos do sentimento identitário latino-americano dentro do grupo de descendentes de imigrantes de origem japonesa no Brasil. A noção de território será fundamental para a compreensão do processo de apropriação cultural dos imigrantes japoneses que se estabeleceram no país. Essa população, além de se identificar com essa nova nação, após algumas dificuldades, também adotou, no seu processo de incorporação da cidadania brasileira, tradições e valores ocidentais. Boa parte dos costumes e ensinamentos japoneses que eles aprenderam no seu país de origem e com seus familiares foram passados para os seus descendentes das novas gerações já nascidas no Brasil. O desenvolvimento dessa cultura híbrida deu origem à identidade nipo-brasileira. Por meio de um panorama demográfico, de uma compreensão histórica do processo de ocupação e integração em território brasileiro e da realização de um conjunto de entrevistas ilustrativas sobre a identidade dos nipo-brasileiros pretende-se responder ao desafio central de compreender se essas pessoas se identificam como latino-americanos, para além de tentar entender melhor as características que compõem a imagem dos latino-americanos para essas pessoas de ascendência asiática.

Palavras-chave: identidade, território, migração, latino-americano, nipo-brasileiros

Abstract

Based on the historical roots of the construction of the idea of Latin America, a study will be presented on the unfolding of Latin American identity feeling within the group of descendants of Japanese immigrants of Brazil. The notion of territory will be fundamental for understanding the process of cultural appropriation of Japanese immigrants who have settled in the country. This population, in addition to identifying with this new nation, after some difficulties, has also adopted Western traditions and values prevalent in Brazil. Much of the Japanese customs and learnings that they were taught in their country of origin and with their families were passed on to their descendants of the new generations already born in Brazil. The development of this hybrid culture gave rise to the Japanese-Brazilian identity. Through a demographic panorama, a historical understanding of the process of occupation and integration in Brazilian territory and the application of a set of exploratory interviews about identity issues to a small sample of Nipo-Brazilians, this thesis aims to respond to a central challenge that consists in understanding whether these Japanese-Brazilians identify themselves as Latin Americans. In addition, it also seeks to understand the characteristics that make up the image from Latin Americans to these people of Asian descent.

Keywords: identity, territory, migration, Latin American, Japanese Brazilians

Agradecimentos

A realização deste trabalho é concretização de algo que vai muito além do período de realização do meu curso de mestrado na Universidade de Lisboa ou somente das minhas próprias mãos e capacidades. É sim, resultado do esforço, da dedicação, do companheirismo e da convivência com muitas pessoas queridas que infelizmente não conseguirei nomear a todos nessa pequena dedicatória de agradecimentos mas que fizeram também parte dessa história.

A escolha de morar em um país estrangeiro quase sempre resulta em grandes dificuldades. No meu caso, escolhi primeiramente a Inglaterra, na cidade de Oxford. Foi lá que decidi me desafiar para maiores desafios pessoais e acadêmicos. Escolha essa que me levou a morar e estudar posteriormente em Portugal.

Gostaria de agradecer aos meus familiares e amigos que compartilharam comigo diversas experiências na Inglaterra. Foram realmente momentos inesquecíveis e o início de uma trajetória que me fez criar as bases para a realização deste curso de mestrado.

Agradeço a todas as amizades construídas em Portugal, mas principalmente àquelas que me acompanharam durante todo esse processo e que por isso merecem um beijo especial: Natália, Aline, Fernanda, Pedro e Letícia. Eles fizeram parte das muitas alegrias e das dificuldades de se trabalhar em mais de um emprego ao mesmo tempo para conseguir bancar a sobrevivência e os estudos em terras portuguesas. Agradeço também a muitos que fizeram parte do meu cotidiano tanto nos empregos, quanto compartilhando apartamento e no grupo de futebol. Todos sempre serão lembrados com muito carinho por terem feito parte dessa minha história lusitana e por me darem forças e proporcionarem momentos de lazer para que eu pudesse finalizar essa etapa.

Não poderia deixar de agradecer aos amigos e amigas que formei na associação dos estudantes AEIGOT. Diante de algumas peculiaridades que dificultaram o meu início de curso e adaptação ao novo país, eles foram realmente muito acolhedores. Posteriormente, com a integração à equipa de futebol pude me sentir em casa naquele ambiente.

Muitíssimo obrigado aos professores do IGOT (Instituto de Geografia e Ordenamento do Território) que me proporcionaram juntamente dos meus colegas de classe a me desenvolver para além do que eu imaginava. Um agradecimento mais que

especial, àqueles que professores que foram as minhas maiores fontes de inspiração nesta jornada, aos meus orientadores:

Professor Doutor Jorge da Silva Macaísta Malheiros, que é uma das pessoas mais queridas, atenciosas e inteligentes que já conheci. Além de ser uma grande referência na área de Geografia Política, que é o campo da Geografia que mais encanta, ele sempre foi muito interessado e disposto a ajudar qualquer aluno com as dificuldades mesmo que fora do ambiente acadêmico. Nossos primeiros contatos tiveram que ser antes mesmo da minha chegada em Lisboa em virtude do seu cargo de coordenador do curso, e dos infortúnios burocráticos do meu início de curso. Contudo, felizmente tive também o prazer de encerrar essa jornada com esse mesmo professor que guardo muito carinho e que considero um grande amigo;

e Professor Doutor Eduardo Manuel Dias Brito Henriques, que me fez despertar um grande interesse pelo que há de mais novo e vanguarda nas discussões acadêmicas mundiais da Geografia. Foi ele que praticamente fez eu descobrir a estimulante área das Geografias Culturais e assim repensar totalmente a minha forma de ver a Geografia. Além de ter sido decisivo na composição do tema deste trabalho, sua maneira peculiar, organizada e rigorosa de ensinar, estimulou cada aluno a ultrapassar seus próprios limites no campo criativo e intelectual.

A composição dessa dupla de gigantes que sincronizaram suas especialidades para me auxiliar na produção deste trabalho foi de extrema importância e é algo que não consigo mensurar no tamanho da minha gratidão e alegria de termos realizado em conjunto essa jornada.

Vale também um agradecimento aos meus amigos e familiares de São Paulo, que a cada retorno de visita ao Brasil me energizavam positivamente para que eu pudesse voltar e finalizar os meus objetivos. Agradecimento também aos professores da Universidade de São Paulo, que me permitiram buscar novos ares para ampliar minhas referências e estando distante percebi o quão importante foi a minha formação de base geográfica e a minha vivências pessoais nos tempos de graduação. Não foi um percurso fácil mas sei que agora com a experiência dessas duas grandes escolas geográficas me sinto mais que preparado para qualquer desafio profissional e acadêmico.

Não poderia deixar de agradecer a todas as minhas amigas e amigos nipo-brasileiros que me ajudaram muito se disponibilizando para participar da minha

pesquisa, assim como também das novas amizades que formei com os entrevistados do bairro da Liberdade e do município de Mogi das Cruzes. Obrigado por terem aberto os seus corações, sentimentos e experiências de vida, foi uma longa trajetória de aprendizagem e respeito pela história de cada um.

Por fim, é com imensa gratidão que agradeço aos meus pais, Edna e Claudio, e ao irmão, Henrique, pelo eterno apoio às minhas decisões e por me incentivarem nessa minha aventura europeia, mesmo que com algumas dúvidas e as incertezas de tentar buscar esses desafios em novas terras nunca me desestimularam de buscar meus objetivos, pelo contrário, foram os alicerces que me fortaleceram pra concretizar meus objetivos.

Índice de conteúdos

Índice de figuras:VIII

1. Introdução.....	1
1.1 Objetivo da pesquisa e enquadramento.....	1
1.2 Quadro teórico-conceitual: conceitos-chave	3
1.2.1 Território.....	3
1.2.2 Migrante	5
1.2.3 Assimilação.....	7
1.2.4 Identidade	9
2. América Latina	14
2.1 A origem do termo e da ideia de América Latina - A identidade latino-americana	14
2.2 Surgimento do sentimento de nação brasileira	20
2.3 Identidade latino-americana no Brasil	26
3. A relação Brasil-Japão na formação da comunidade Nipo-brasileira	31
3.1 Contexto histórico da imigração japonesa para o Brasil e sua ocupação territorial	31
3.2 Surgimento da consciência de uma identidade nipo-brasileira e as complicações da Segunda Guerra Mundial.....	41
3.3 A comunidade nipo-brasileira entre 1980 e a atualidade	46
3.3.1 Relação dos restantes dos brasileiros com os nipo-brasileiros	46
3.3.2 Nipo-brasileiro, definição e negociação da aceitação da identidade.....	49
3.3.3 Múltiplas “japonesidades”: nova tendência de estudos da comunidade nipo-brasileira e uma nova perspectiva a partir da identidade latino-americana	53
4. Identidade latino-americana na atual comunidade nipo-brasileira a partir de entrevistas.....	55
4.1 A entrevista enquanto método fundamental de recolha de informação: características e aplicação.....	55
4.2 Público-alvo e a caracterização do perfil dos participantes	58
4.3 A importância do município de Mogi das Cruzes e o destaque do bairro de Cocuera 59	
4.3.1 Mogi das Cruzes e o processo de ocupação nipônica na região do Alto Tietê	59
4.3.2 O destaque do bairro de Cocuera para entrevistas em área rural	63
4.4 O bairro da Liberdade como espaço de referência dos japoneses da cidade de São Paulo.....	67

4.5	Análise das entrevistas.....	70
5.	Considerações finais.....	82
6.	Referências Bibliográficas	92
Anexos:	98
	Anexo A - Carta de apresentação.....	98
	Anexo B - Guião de perguntas da entrevista	99

Índice de figuras:

Figura 1 - Ferrovia Noroeste S.A. (Bauru/SP - Corumbá/MS)	36
Figura 2 - Pôster de recrutamento da empresa Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK) promovendo a emigração japonesa para a América do Sul, ano de 1925.	40
Figura 3 - Entrada de Imigrantes Japoneses no Brasil (1900-1988).	45
Figura 4 - Localização do município de Mogi das Cruzes - SP.....	60
Figura 5 – Plantação de hortaliças com sistema de irrigação.	65
Figura 6 - Estrada não asfaltada do bairro de Cocuera.	65
Figura 7 – Placa indicativa da entrada da Estrada Ichiro Konno.	66
Figura 8 – Placa indicativa da entrada da Estrada Ritsuji Kayasima.	66
Figura 9 – Localização do Bairro da Liberdade no centro da cidade de São Paulo.....	67
Figura 10 – Viaduto Cidade de Osaka, homenagem aos imigrantes japoneses – Bairro da Liberdade.....	69
Figura 11 – Estabelecimentos com faixadas escritas em idioma de origem asiática – Bairro da Liberdade.....	70

Índice das tabelas:

Tabela 1 - Imigrantes entrados em São Paulo – período de 1870 a 1951.....	38
Tabela 2 - Distribuição dos imigrantes oriundos do Japão segundo as Unidades da Federação do Brasil – 1940/1950.....	39
Tabela 3 - Pessoas de 15 anos os mais de idade, total e distribuição percentual por cor ou raça, nas 14 categorias mais frequentes, segundo as unidades da Federação selecionadas – 2008.....	48
Tabela 4 – Perfil dos nipo-brasileiros entrevistados	59
Tabela 5 – População japonesa nas localidades ao longo da Estrada de Ferro Central do Brasil do ano de 1930 a 1940.	61
Tabela 6 – Respostas predominantes dos entrevistados de gênero feminino e gênero masculino	71
Tabela 7 – Respostas predominantes dos entrevistados por hábitat, idade e nível de escolaridade.	76

1. Introdução

1.1 Objetivo da pesquisa e enquadramento

O presente estudo pretende analisar e discutir o processo de negociação e construção da identidade territorial da comunidade de imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil, dando particular atenção à sua assunção – ou não - enquanto latino-americanos. O objetivo é estudar as consequências culturais e identitárias da interação entre japoneses, brasileiros e imigrantes de outras nacionalidades e a forma como, ao longo do tempo, esse caldeamento produziu uma identidade territorial própria que se concretizou simbolicamente na figura do nipo-brasileiro.

O Brasil é composto de histórias de deslocamento como as dos japoneses, mas também de imigrantes italianos, alemães, libaneses, espanhóis, entre muitos outros. Em um determinado momento esse mosaico de diferentes populações e seus descendentes passaram a se identificar compulsoriamente com a nacionalidade do território que habitavam. Cresceu o sentimento de se ser brasileiro, apesar do reconhecimento e da constante reafirmação, sem constrangimentos, das diversas origens familiares e culturais. Esse hibridismo cultural ficou ainda mais evidente com o nascimento de novas gerações de brasileiros com raízes familiares em culturas distantes (Seyferth, 1997).

Cabe compreender então como se passou esse processo de transformação e construção identitária, em um país que era composto de comunidades distintas e de certa forma autônomas dentro de um mesmo território. Igualmente pertinente é perceber como ocorreu a assimilação naquela nova terra que agora habitavam e até que ponto a passaram a assumir como sua pátria, assim como de seus filhos. Assim, pretendemos compreender o processo de integração social e de auto-aceitação como ‘brasileiros’ dos imigrantes japoneses e seus descendentes, bem como a sua auto-identificação nesse labirinto de informações, costumes e comportamentos a serem seguidos. O interesse pela comunidade de nipo-brasileiros em particular prende-se ao fato de acreditarmos que a posse de origens étnicas não europeias, nem africanas ou indígenas (as matrizes essenciais da identidade brasileira) e, sobretudo, de características fenotípicas que expõem tais origens podem constituir variáveis diferenciadoras na assimilação e no

processo de auto-identificação destes imigrantes e dos seus descendentes, favorecendo o desenvolvimento de uma identidade híbrida em que a pertença à cultura japonesa continua de alguma forma presente.

Desafio maior ainda deste trabalho é introduzir na discussão a ideia do latino-americano a respeito da identidade dos nipo-brasileiros. É hoje comum ver o Brasil enquadrado no grupo de países latino-americanos. Contudo, essa ideia ainda não está muito bem estabelecida e concretizada na população brasileira em sua totalidade, apesar de muitos parecerem já perceber e se identificar por algumas semelhanças na língua, no comportamento, no histórico de desenvolvimento, no passado como colônias e no processo de independência, com relação aos países vizinhos. É bem verdade que houve uma consolidação do termo e da ideia de América Latina mais associado inicialmente aos países colonizados por Espanha, mas o Brasil acabou por ser incorporado nessa categoria pela proximidade e por possuir alguns aspectos em comum com esses países. Sendo portanto a auto-identificação dos brasileiros como latino-americanos ainda incompleta, interessaria ver por maioria de razão até que ponto essa ideia está assimilada por uma comunidade específica como a dos nipo-brasileiros. No fundo, trata-se de saber se há ou não uma identificação com o termo latino-americano e o que significa ser latino-americano no entendimento dessas pessoas.

Para responder a estas questões, a dissertação começará por discutir teoricamente, nas próximas páginas, a relação entre território e identidade associada aos casos de imigração. Em seguida, procurará enquadrar o fenômeno de reconstrução identitária decorrente do deslocamento da comunidade japonesa para o Brasil. Os motivos dessa migração em massa serão contextualizados historicamente, mostrando-se como para ela contribuíram ativamente os dois Estados envolvidos no processo. Por fim, teremos a parte empírica, onde se analisam e discutem os resultados das entrevistas realizadas com o intuito de compreender como a dupla pertença japonesa e brasileira é gerida no processo de auto-identificação dos nipo-brasileiros e de avaliar até que ponto a identidade latino-americana é por eles reconhecida e assumida. Os entrevistados foram escolhidos de forma a incluírem pessoas de diferentes idades, gênero, atividade econômica e local de residência (rurais e urbanos). Acredita-se que, assim, a investigação mostrará boa parte do processo de adaptação das famílias de origem japonesa que imigraram para o Brasil, além de ir compondo e concretizando analiticamente uma estrutura identitária das pessoas entrevistadas.

1.2 Quadro teórico-conceitual: conceitos-chave

Para o entendimento teórico-conceitual da problemática proposta, optou-se por destacar os processos que envolvem a adaptação e apropriação à cultura dominante no local de chegada por parte dos imigrantes e principalmente de seus descendentes, dando algum destaque à noção de assimilação. Parte-se ainda de uma perspectiva que posiciona os elementos identitários no seu quadro territorial. Posteriormente, pretende-se compreender como a dinâmica identitária dos descendentes de japoneses se articula – ou não - com a ideia de América Latina, a partir de um resgate histórico da gênese desse termo. Tendo essa perspectiva em vista, assumem-se como pilares da estrutura conceptual os conceitos de território, migração, identidade e assimilação e, em um plano diferente, América Latina.

1.2.1 Território

O território, quando analisado a partir da sua etimologia, terá duas grandes vertentes na compreensão do geógrafo Rogério Haesbaert (2004), uma de sentido material e outra de conotação simbólica ou imaterial. Ou seja, quando resgatamos a origem do termo em *terra-territorium*, invoca-se a noção de dominação concreta, o que tem um âmbito jurídico-político; já *terreo-territor* está mais identificado com aterrorizar ou com terror percebido pelos que não podem adentrar esse território. Esta última está associada à ideia simbólica daqueles que não têm a possibilidade de desfrutar do território, em contraste com o sentimento dos habitantes/autóctones que desenvolvem uma identificação (positiva) e uma efetiva “apropriação”.

Na visão de Raffestin (1993), é importante notar uma diferenciação entre território e espaço, já que por diversas vezes esses conceitos acabam sendo utilizados na linguagem comum como sinônimos. E na realidade, são formados territórios a partir do espaço, espaço esse que é preexistente a qualquer ação. O território surge como resultante da atividade de um ator causador de alguma transformação, de qualquer nível que seja. A territorialização ocorrerá quando esse ator se apropria do espaço de forma concreta ou abstrata. Esse processo pode ser entendido como uma produção, que

acontece evidentemente por meio do espaço, mas que não é propriamente o espaço. Produção essa que abrange necessariamente relações, logo, se enquadra no campo do poder.

Nota-se então a nítida proximidade do território com a concepção de poder. Esse poder tem relação com uma acepção mais concreta, de dominação, mas também se compreende de uma forma mais simbólica, como apropriação. O contraste entre estas duas acepções - apropriação e dominação - que envolvem o conceito de território foi discutido por Henri Lefebvre (1986, cit. por Haesbaert, 2004). A diferença existente para esse autor é que a apropriação, por ter significado simbólico, traz uma conotação mais voltada para as memórias daquilo que foi vivido, isto é, ligado ao valor de uso. Já a dominação teria uma relação mais direta com o valor de troca, ligado a algo mais concreto e funcional. Nas palavras do autor:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (Lefebvre, 1986, cit. por Haesbaert, 2004).

É a partir dessa linha de raciocínio e dessa referência que Haesbaert (2004) vai compreender que o território, do ponto de vista do “espaço-tempo vivido”, será sempre complexo por conta da sua imensa multiplicidade e diversidade, ao contrário do território “unifuncional” que atualmente é percebido a partir da lógica capitalista. Portanto, esse autor afirma que:

O território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (Haesbaert, 2004:95-96)

Assim, o território e os processos de territorialização propostos por Haesbaert estão imbuídos de uma dimensão relacional a níveis diversos (políticos, econômicos, culturais) que consubstancia quer situações de apropriação e controle dos espaços, quer situações de subordinação dos sujeitos às estruturas de poder (Haesbaert, 2004)

Desta forma, o território e a territorialidade, analisados com base em um processo de dominação e/ou apropriação, devem ser sempre entendidos a partir da diversidade de poderes que são derivados das ações dos agentes envolvidos. Sendo assim, para se diferenciar um território de outro será essencial que se identifiquem os sujeitos implicados na construção de cada um desses territórios (Haesbaert, 2004). Esse pensamento tem como uma das referências as ideias do geógrafo Robert Sack (1986) que afirmou que a territorialidade humana buscava “atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos” para dominar uma “área geográfica”. Sack acrescenta que a territorialidade está fortemente relacionada com as relações econômicas, políticas e sociais, ou seja, com a maneira como a população utiliza a terra, tal qual a forma como organiza o espaço e o modo como as pessoas dão significado àquele lugar. Portanto, pode-se concluir que o território será necessariamente a conjunção entre o funcional e o simbólico. Para compreender o território em função dos dois campos mencionados será primordial o entendimento das circunstâncias históricas e geográficas que envolveram sua produção (Haesbaert, 2004). No contexto da presente dissertação, a questão do território assume, como discutiremos em outros momentos, uma relevância significativa na medida em que emerge como um elemento de referência para construções identitárias que remetem para as ideias de Brasil, Japão e mesmo América Latina.

1.2.2 Migrante

A mobilidade espacial das pessoas impacta no processo de territorialização, podendo originar desterritorialização e reterritorialização. Quando se renuncia à vivência do local de origem, ocorre uma desterritorialização, que é acompanhada por um corte e pelo desprendimento face às suas raízes culturais. Mas diante desse deslocamento pode acontecer uma recriação espontânea do antigo território no novo lugar de destino, mesmo que com elementos de adaptação às novas circunstâncias e de forma apenas operacional, proporcionando então uma reterritorialização (Mondardo, 2009).

Merece destaque o fato de que os processos de desterritorialização e reterritorialização ocorrem sempre conjuntamente. Portanto, quando uma pessoa migra, ela não chega a ficar no estado que poderíamos classificar de desterritorializado por

completo, mesmo ao perder parte da ligação com seu local originário. Isso não acontece porque instantaneamente esse sujeito constrói novas territorialidades no contato com o novo território de destino e com a sociedade com que passará a interagir (Haesbaert, 2004).

Essa reterritorialização se faz a partir da memória simbólica que remete aos seus antigos hábitos e experiências vividas no local que era antes habitado. E essa junção de elementos gera uma nova territorialidade, que é única, no novo lugar. Assim, Haesbaert (2016) define lugar como algo:

“Dotado ainda de uma singularidade, de características próprias, mas não são os fenômenos que só existem ali naquele lugar, é a combinação dos fenômenos que é única. Isso é bem interessante. Por exemplo, tem migrante indiano no mundo inteiro, tem migrante chinês no mundo inteiro, mas em cada lugar do mundo que eles são situados, eles combinam de uma maneira muito própria... Eles se combinam com as culturais locais de uma maneira muito distinta em relação a outros lugares. Então, são fenômenos que podem existir em vários lugares do mundo, mas se combinam de maneira diferente. Dando característica para o lugar a partir da especificidade da combinação de elementos, e não dos elementos em si mesmos.” (Haesbaert, 2016).

Portanto, o autor destaca essa combinação de elementos que se dão a partir do contato ou interação que é particular em cada momento histórico de uma determinada sociedade e território. Esse contorno em volta da realidade do migrante acontece em um território específico que é o ponto de chegada de uma determinada comunidade. No caso deste trabalho, ao realizar uma reflexão que consiste em parte na compreensão do processo de construção da identidade nipo-brasileira, é forçoso tomar como referência um espaço-tempo específico. Trata-se de um período relativamente longo, que ocorre entre o início do século XX e o presente no século XXI, no território brasileiro, desde a chegada dos primeiros imigrantes japoneses, até à experiência sociocultural contemporânea dos seus descendentes. Assim, para compreender como foi o processo de apropriação cultural dessa nova comunidade estrangeira no Brasil e na América Latina, teremos que mostrar, quer os modos de assimilação dos migrantes, quer o caminho que o país percorreu para consolidar, ou forjar, no mesmo período, a ideia de uma nação una com uma identidade específica, no quadro dos seus limites políticos.

A formação dos países será fundamentada então por culturas e identidades diversas que anteriormente configuravam distintas territorialidades, ou seja, ocorriam múltiplas maneiras de apropriação de parte do espaço em diferentes localidades por diversos grupos étnicos e sociais. Em termos conceituais, percebe-se que na construção do território quando pensado na especificidade do Estado-nação se estará conectando um âmbito material, associado ao campo político-econômico e uma dimensão mais ligada ao imaterial e simbólico, relacionado aos variados valores culturais produzidos pela sociedade, incluindo os associados aos imigrantes, sobretudo nos países cuja matriz populacional assenta, largamente, na imigração moderna (entre final do século XVIII e inícios do século XX).

1.2.3 Assimilação

O conceito de assimilação ganha relevância no contexto de discussões e estudos sociais de intelectuais, da escola de Chicago (década de 1920), na tentativa de compreender os fenômenos culturais que ocorriam com os imigrantes nos Estados Unidos da América. Esse termo compreendia a transformação dos costumes, hábitos e comportamentos das minorias imigrantes juntamente com seus descendentes para a incorporação gradual das características padrões marcantes da cultura majoritária do local de destino ou também chamado *mainstream*, até alcançar a assimilação na totalidade. Um outro conceito que ganhou notoriedade nessa mesma conjuntura foi aculturação, que ocorreria nos casos que a assimilação fosse estrutural ao ponto de o grupo minoritário adotar e sobrepor a cultura padrão local face à sua própria cultura de origem ancestral. Tais elementos ocorreriam no contato entre as diferentes comunidades até como forma de melhor aceitação dos imigrantes pelo restante daquela determinada sociedade, com destaque para os grupos dominantes em termos sócio-políticos (Alba & Nee, 1997).

A ascensão do termo assimilação e dessa conceituação específica foi importante no Brasil porque influenciou toda uma geração pós Primeira Guerra Mundial, bem como em outros países da América, que incorporaram boa parte desses estudos e conclusões estadunidenses para estabelecerem suas metas no trato com os seus próprios imigrantes. O Estado brasileiro, apoiado por pensadores e políticos da época,

formalizou políticas de públicas a partir do conceito de assimilação. Foi mais especificamente no período entre 1937 e 1945 que esse conceito de fato se concretizou com a chamada “campanha de nacionalização” promovida pelo governo federal. A expressão assimilação ficou igualmente conhecida como caldeamento, e o conceito de aculturação que mantinha traços de diferenciação racial também foi amplamente utilizado e desenvolvido no país. Um reflexo direto dessa política racial foi a postura empregada na política de imigração que favoreceu nessa época as populações detentoras de culturas mais próximas da brasileira. Ou seja, alguém de origem cultural latina teria maior facilidade de assimilação do padrão de brasilidade esperado pelas autoridades. Portanto, os imigrantes de origem japonesa, e asiáticos de uma maneira geral, deixaram de ser prioridade na aceitação estatal dos brasileiros (Seyferth, 1997). Maiores detalhes desse tema voltarão a ser abordados com maior profundidade no capítulo relativo ao surgimento da noção de nação brasileira.

A utilização do termo assimilação teve seu apogeu após ocorrer a Segunda Guerra Mundial e perdurou até o início dos anos 1960. O contexto de um período pós-guerra, criou a necessidade de afirmações de consensos de âmbito nacional, escondendo de certa maneira parte dos conflitos internos. Até que em meados anos 1960, passou a não ser mais muito bem aceito academicamente tratar das questões migratórias a partir da assimilação. Isso após diversas críticas pela separação racial que estava implícita em tal concepção. Ou seja, constatou-se que o conceito de assimilação estava totalmente baseado em um entendimento etnocentrista. O relevante trabalho de Cardoso & Durham (1972) na obra *“Estrutura familiar e mobilidade social; estudo dos japoneses no Estado de São Paulo”* foi fundamental ao criticar a utilização do conceito de “aculturação”, bem como de “assimilação” dos estudos migratórios. Daí em diante, o termo que teve maior aceitação foi “integração”, para compreender o processo de diminuição da distância cultural entre as diferentes comunidades, e não mais a absorção de uma delas pela outra. Esse novo olhar compreendia que o contato entre diferentes povos afetaria ambas as partes, e não mais uma assimilação somente no sentido de uma cultura “inferior” em direção à outra “superior”. Então, a ideia a partir da identidade étnica, ou etnicidade, se tornou caminho para analisar as transformações dos fenômenos vigentes nos processos migratórios diante de um pluralismo cultural com a reinterpretação analítica a partir da história de cada imigrante (Truzzi, 2012).

A mudança de paradigma ocorreu após a publicação do livro: *Remaking the American Mainstream – Assimilation and Contemporary Immigration*, de Richard Alba e Victor Nee, publicando em 2003, que ressignificou o entendimento do termo no contexto migratório. Os autores afirmavam que o termo assimilação estava sendo empregado indevidamente, e que na verdade, no sentido que eles acreditam, não se deveria supor que há essencialmente o desaparecimento de determinada cultura em detrimento de outra. Portanto, a população dita assimilada não precisa abandonar suas antigas marcas culturais para que possa adquirir novos traços sociais. A assimilação seria redefinida então basicamente a partir de um enfraquecimento de uma diferenciação étnica e cultural com a convivência de diferentes indivíduos, tornando essas distinções menos importantes. O fato da origem étnica ser mais distante passa a não ter relevância no novo conceito de assimilação. Há sim, uma percepção gradativa de que ambos os lados culturais se percebem de parte a parte e são progressivamente menos distantes em termos étnicos, com exceção de situações particulares (Truzzi, 2012).

Descarta-se então a possibilidade ou a pretensão de se criar uma homogeneidade cultural em um ambiente caracterizado por uma disposição pautada na pluralidade para além de se recusar a concepção que acreditava em um etnocentrismo e em uma essência unilateral que ditava o caminho do processo de assimilação. Resumidamente, se entende a assimilação na visão desses pensadores como a ocorrência de uma convergência cultural entre diferentes grupos. Com isso, não restaria dúvidas de que a cultura local e majoritária teria uma tendência a tornar-se algo híbrido compondo elementos antigos e novos que são integrados, recriando um novo padrão dessa sociedade como um todo (Truzzi, 2012).

1.2.4 Identidade

Stuart Hall (2000) refere que o sujeito pós-moderno não contém uma identidade fixa, primordial ou ininterrupta. Pelo contrário, a identidade irá se apresentar como algo móvel, uma metamorfose contínua, relativamente a formatos por vezes percebidos como estáticos que estão associados aos sistemas culturais dominantes. Hall conclui, pois, que a identificação se dá historicamente, e não biologicamente. Logo, a identidade consiste num processo ou formação que ocorre ao longo do tempo, a partir de mecanismos e

estratégias de aproximação e afastamento com outros sujeitos e grupos, de identificação e diferenciação, não sendo algo inato a cada ser humano ao nascer. Ela mantém-se sempre incompleta em um processo, sempre em andamento, pelo que seria talvez mais adequado falar-se de identização do que de identidade.

Uma das principais bases das identidades culturais na modernidade assenta nas culturas nacionais. A identidade nacional se consolidou como uma das maneiras mais significativas de auto-definição das pessoas. A nação, como uma espécie de comunidade simbólica, não somente corresponde a uma instituição política que garante os direitos legais dos cidadãos, mas funciona também produzindo sentidos. Esses sentidos são construídos por meio de um tipo de discurso que impacta nas ações das pessoas, bem como na própria concepção delas mesmas. Essa identidade será fruto de uma produção e transformação de um sistema de representação cultural. Tal sistema, constituído também por instrumentos de padronização cultural, terá como um importante efeito a manutenção de um grau sentimental de fidelidade e identificação com essa nação (Hall, 2000).

Hall se baseará nas reflexões de Benedict Anderson (1983) para acreditar que identidade nacional pode ser considerada uma “comunidade imaginária”. Sendo assim, resumidamente, conclui-se que existem três conceitos dominantes no que constitui uma cultura nacional: as memórias do passado em comum; a aspiração de conviver conjuntamente; e a permanência da herança. Esses componentes unificam essa comunidade e dão-lhe coesão, iludindo as diferenças que subsistem entre os seus membros e conferindo-lhes um sentimento de pertença comum e, boa parte das vezes, também de lealdade. As nações se apresentam hegemônicas culturalmente sobre os diferentes povos que possam formar essa identidade cultural. Stuart Hall exemplifica com o caso do Reino Unido, onde “o povo britânico”, apesar de englobar escoceses, ingleses, galeses, e irlandeses, tende a ser homogeneizado sob a noção hegemônica de cultura “britânica” definida a partir do padrão dos povos localizados ao sul da Inglaterra (Hall, 2000).

Essa frequente busca da retomada do passado está intimamente associada a uma mobilização que geralmente se traduz na “expulsão” do “outro”, como forma de defesa de uma possível ameaça. Hall (2000), se inspirando em Immanuel Wallerstein (1984), afirma que há uma ambiguidade nos desejos dos nacionalismos na modernidade, pois ao

mesmo tempo que se busca uma integração ao nível universal, deseja-se também uma associação com o particular, na reinvenção do sentido que trazem as diferenças. Essa unificação será fundamental, nas palavras do autor:

“não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional” (Hall, 2000, p.59).

As culturas nacionais atuam primordialmente na unificação de diferenças. Entretanto, com o advento da globalização, um novo fenômeno se constatou nas identidades nacionais: o deslocamento. Uma espécie de distanciamento e desintegração nacionais que são sobrepostos por novas identidades híbridas. Isso porque a globalização alterou consideravelmente as noções de tempo e espaço. As novas características se traduzem em compressão das distâncias e das dimensões temporais, assim como na facilidade de comunicação e dispersão de ideias das mais variadas culturas. Essa integração mundial unifica também culturalmente em um processo de homogeneização e padronização dos sistemas de representação mundial. Ou seja, os hábitos e costumes se universalizam resultando em um novo conflito identitário entre o local e o universal. Esse mosaico de identidades a que estamos expostos nos tempos atuais faz com que Stuart Hall se pergunte se será possível haver um sentimento identitário coerente e integral. Outro questionamento que faz é: “o que significa ser europeu, num continente colorido não apenas pelas culturas de suas antigas colônias, mas também pelas culturas americanas e agora pelas japonesas?” (Hall, 2000, p. 84).

Stuart Hall (2000) verificou, a partir das ideias de Laclau e Mouffe, uma tendência identitária associada à globalização, o “eixo comum de equivalência”. Esta consistiria na produção de novas identidades por aglutinação, já que a cultura dominante os enquadra em um mesmo conjunto, sendo esse conjunto formado pelos excluídos. Por mais que dentro dessa nova identidade coexistam muitas diferenças internas - religiosas, étnicas, linguísticas ou fenotípicas - todos os sujeitos acabam sendo assimilados como “a mesma coisa”. Exemplo disso é o fato de, em determinadas sociedades, alguém “não-branco” ser automaticamente considerado como parte integrante de um “outro” pertencente a uma identidade *black*. Portanto, revela-se o caráter posicional, político e conjuntural (formação essa em e para tempos e locais específicos) das novas identidades

pós-modernas: “A identidade e a diferença estão inextricavelmente articuladas ou entrelaçadas em identidades diferentes, uma nunca anulando completamente a outra” (Hall, 2000, p.86 e 87).

Assim, quando tratamos de identidades de grupos sociais que detêm como referência na base da sua integração ou da sua identificação a imprescindibilidade da componente territorial, falamos de identidades territoriais. Essa identidade não deixará de conservar como elemento constituidor a construção social, porém resguarda a particularidade e originalidade que a distingue das outras por conta de seu referencial intrinsecamente geográfico (Chelotti, 2010). Ao relacionar a questão da identidade no âmbito dos imigrantes, e posteriormente de seus descendentes, após ter ocorrido necessariamente um deslocamento territorial notam-se algumas características específicas para esse fenômeno. Essas características se dão pelo desenraizamento de suas antigas relações sociais para a formação de novos laços de convivência. Nesse novo processo, são variadas as possibilidades da maneira que pode ocorrer essa re-territorialização, tanto da atmosfera social externa para determinado indivíduo quanto da sua adaptação psicológica interna diante das intensas mudanças. Um dos elementos centrais para determinar o futuro desses elementos para um migrante e de sua família está relacionado ao nível de “controle” e integração social que se dará nesse novo “espaço”. Ou seja, as condições dessa migração dependem muito do grau das relações de amizade, de trabalho, de parentesco, de vizinhança, de adaptação do clima, dentre outros fatores que são vivenciados diariamente nesse novo convívio. Justa-se a isso a maneira e a intensidade que essa pessoa migrante mantiver de relação com o seu local de partida e as redes sociais criadas por lá. Portanto, ao analisar o conjunto dessas condições socioespaciais no processo de migração é que se pode compreender como se constitui determinada identidade étnico-cultural (Mondardo, 2009).

Diante dessa discussão identitária que está intimamente ligada com conflitos de aspectos de escalas mundiais e locais, que podemos classificar também como aspectos territoriais, é que se conceberá a identidade latino-americana. Entenderemos, a partir do desenvolvimento do pensamento de Stuart Hall (2000), a identidade latino-americana como uma categoria das culturas nacionais. Com um recurso discursivo estabeleceu-se uma estrutura de poder cultural que representa uma união identitária por meio de diferenças. Essa identidade ganhará contornos próprios e narrativas próprias desde sua gênese, mas terá ao final da sua concepção, ou seja, atualmente, a forte influência da

cultura dominante como impositora da classificação ao menos de quem é pertencente ou não a esse grupo identitário. Essa classificação se dá geograficamente a partir do agrupamento entre países do continente americano. O maior exemplo, que é base de muitos discursos, trabalhos e estudos, é a classificação da Organização da Nações Unidas, que enquadra a América Latina numa sua Comissão Regional designada como CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Caberiam aqui muitos questionamentos acerca do porquê dessa composição regional dentro do continente americano, que parece deixar de fora apenas Canadá e Estados Unidos, grupo dominante em diversos aspectos. Contudo, deve referir-se que estes dois últimos países, mesmo não fazendo parte do Caribe ou da América Latina, também integram a CEPAL, uma vez que esta organização incorpora como membros alguns estados exógenos que consideram manter ligações fortes à macroregião em causa. Um outro aspecto intrigante diz respeito ao critério para a separação da América Latina e do Caribe, ou a questão de saber se o Caribe é de fato uma unidade territorial já que vários dos países continentais também tem seus litorais e águas caribenhas. E por que não nos perguntarmos se dentro das fronteiras político-administrativas do Canadá e Estados Unidos não podemos encontrar identidades territorialmente estabelecidas com aspectos latino-americanos? Enfim, questionamentos a que este trabalho não pretende responder nem averiguar profundamente, mas que se fazem presentes e pertinentes para o início da discussão em volta da complexidade que resguarda a identidade latino-americana.

2. América Latina

2.1 A origem do termo e da ideia de América Latina - A identidade latino-americana

Para a compreensão da dimensão que envolve o significado da identidade latino-americana estabeleceu-se um caminho de análise majoritariamente praticado pelos acadêmicos que têm se debruçado sobre o assunto. O trajeto é primeiramente se dedicar à história que originou o termo América Latina, bem como à concretização dessa ideia territorial identitária. Posteriormente ficará mais fácil discernir o processo que levou à construção do sentimento de pertença de pessoas atrelado a um agregado territorial que concebeu o substantivo identitário de latino-americano.

Existem algumas versões distintas relativamente ao modo como apareceu e foi cunhado o termo América Latina. De maneira geral, pode-se considerar um grupo mais clássico que sustenta o entendimento de que o surgimento foi derivado de pensadores europeus. Um segundo grupo de autores, ancorado em estudos ligeiramente mais recentes, advoga a favor do reconhecimento de figuras nascidas em países do continente americano.

Fato e consenso para os expertos é que a criação do termo e concretização da ideia de América Latina aconteceu no recorte histórico do período colonial. Outro ponto constatado é que se mantêm basicamente elementos da visão do colonizador na composição do nome e dos motivos para se agregar as características escolhidas na construção de uma homogeneidade identitária mais perceptível e concretizada nos dias atuais. Na estruturação do nome, América Latina, não se leva em consideração as civilizações antigas que habitavam a região anteriormente à chegada dos europeus e muito menos os africanos e seus descendentes que foram compulsoriamente deslocados para a América. Há nitidamente elementos geográficos referidos ao continente americano e fundamentos culturais da perspectiva do dominante ao afirmar a ideia de “latina” (Farret & Pinto, 2011).

Um bom início para discussão sobre a surgimento da ideia de América Latina será entender parte das distinções territoriais que se formaram a partir das diferenças culturais e de interesses locais. O norte-americano Richard Morse (1982), na sua obra *O*

espelho de Próspero – Culturas e ideias nas Américas, traz uma ideia interessante que ele acredita ser a semente da futura identidade criada no chamado Novo Mundo. O autor reconhece uma divisão entre uma categoria de tradição anglo-saxônica, que ele chama por vezes de “Anglo-América” ou “anglo-atlântico”, em contraste com a cultura ibérica, denominando tal porção como “Ibero-América” ou “ibero-atlântico”.

Morse traz também uma reflexão não habitual sobre esses dois povos, “norte-sul”, que frequentemente consideram as Américas ao sul como vítimas diante dos interesses dos países do norte. A ideia introduzida será de que há dois polos equivalentes tanto a norte como a sul, e que esses dois mundos estabelecem uma relação dialética. Daí a utilização de espelho referenciado no título da obra, onde o que se visualiza ao olhar para o espelho é imagem invertida. Afirma-se então que ambas as partes estão intimamente ligadas pela reciprocidade da fonte civilizatória de cunho ocidental, ainda que oriundas de fontes culturais distintas, e pela história colonial e ocupação migratória (Morse, 1982).

Richard Morse mostra a convicção de que o termo “América Latina” tenha surgido com Napoleão III, diante dos interesses da França do período colonial, no século XIX. O fundamento dessa afirmação encontra-se na obra de John Phelan, *El origen de la idea de America* (1979), também estadunidense. No entanto, Morse apesar de reconhecer o termo, escolhe não fazer a antítese entre América Latina com os Estados Unidos, preferindo a terminologia Ibero-América e Anglo-América por entender que a herança ideológica e institucional advinda dos principais colonos europeus é de fato a base da construção das ideias dessas regiões analisadas, portanto a principal característica a ser destacada (Morse, 1982).

Efetivamente, John Phelan (1979) afirma que o termo “América Latina” surge na década de 1860, na França de Napoleão III, que desejava realizar uma ação estratégica para passar a ter maior influência nos países hispânicos e para limitar o avanço do poderio estadunidense que vinha se fortalecendo com a conquista de territórios e influência na região. Segundo o autor, essas ideias foram derivadas de Michel Chevalier, um economista político reconhecido, que defendia a ideia do panlatinismo e que influenciou bastante as decisões do imperador Napoleão III. Chevalier acreditava que o caminho para a ascensão econômica da França seria dado pela exploração dos recursos dos países da América e da Ásia do Leste. Phelan (1979) indica que Chevalier imaginava uma partilha do mundo entre os três grandes grupos

raciais hegemônicos da Europa, a saber: primeiramente, os povos germânicos ou anglo-saxões originários do norte da Europa; depois, as nações latinas que se fixavam mais a sul; e, por fim, os eslavos que ocupavam a parte oriental do continente. Os líderes ‘naturais’ dessas três composições seriam, para Michel Chevalier, as potências Inglaterra, França e Rússia (Phelan, 1979).

As mesmas tradições culturais e espaçamento territorial de proximidade traziam uma certa unicidade que também se propagou nas terras do Novo Mundo. As diferenças entre latinos e anglo-saxões na Europa, transferiram de alguma forma parte das suas características para a América. Os Estados Unidos, assim como os anglo-saxões europeus, tinham como base religiosa o protestantismo, e os povos hispânicos tinham o catolicismo arraigado nas suas populações, bem como as nações latinas europeias. Tendo em vista essa argumentação, diante do imperador Napoleão III, o principal objetivo de Chevalier como líder pensante das ações francesas era limitar o avanço da dominação territorial dos povos germânicos e eslavos, bem como fortalecer as nações de identificação panlatina. Isso se traduziu concretamente em ações diplomáticas no continente europeu da parte do imperador. Napoleão III influenciou tanto no processo de independência da Romênia, quanto no auxílio e incentivo da unificação italiana e no fortalecimento da imagem de Espanha como uma potência mundial a ser respeitada (Phelan, 1979).

No que tange ao Novo Mundo, esse pensamento do império francês resultou em uma ação para deter a expansão do poder e influência dos Estados Unidos nos territórios hispânicos do continente americano. A França como principal nação capaz de confrontar outras potências teria o dever de liderar as outras nações pertencentes do grupo panlatino. Portanto, fazer do México um país estável serviria como uma barreira geográfica para segurar o avanço estadunidense. Detalhe interessante a se destacar é que a conduta contra uma nação de origem anglo-saxônica se limitou ao outro lado do Atlântico. Quando o assunto era a Inglaterra, a estratégia adotada pelo comando francês consistia em manter prioritariamente boas relações diplomáticas com seu país vizinho (Phelan, 1979).

As afirmações baseadas nesses episódios se mantiveram consistentes por muitos anos até que o uruguaio Arturo Ardao (1980), em sua obra *Génesis de la idea y el nombre de America Latina*, desenvolveu uma tese diferente acerca da origem da ideia de América Latina. Ardao defendia que o termo teria surgido da elite político-

econômica vigorante na América hispânica, comumente chamada de população *criolla*, e não de iniciativa francesa. O princípio de sua argumentação se inicia com a discussão central focada inicialmente apenas no termo “América”, para então chegar na expressão *América Latina* (Farret & Pinto, 2011).

Para alcançar esse primeiro objetivo, três etapas essenciais são consideradas pelo autor no processo de formação da identidade desses dois termos. Inicialmente, a primeira característica que surge é a inexistência concreta de uma consciência, tal como de um nome, para aquela porção geográfica. A próxima etapa já se caracteriza pela compreensão de que existe uma região com características próprias, entretanto sem a fixação ou presença de um nome. E a última etapa é o momento em que há a percepção de uma entidade regional com um nome (Farret & Pinto, 2011).

No caso da “América” foram necessários 15 anos para a concretização total das três etapas acima descritas, mais precisamente de 1492 a 1507. A sua gênese foi exatamente com a chegada das embarcações chefiadas por Cristóvão Colombo às Antilhas. No início, nessa primeira etapa o navegador tinha a convicção de que havia alcançado seu objetivo inicial, um novo caminho marítimo para as “Índias”. Portanto, não havia a consciência de que aquelas eram novas terras até então desconhecidas da civilização europeia. A segunda etapa só se iniciará após a chegada das embarcações lideradas por Américo Vesúcio que foi pioneiro na navegação margeando o litoral daquele continente. Nessas expedições percebeu-se que aquelas terras na verdade não haviam sido mapeadas e descobertas anteriormente o que originou a expressão Novo Mundo, em contraste ao Velho Mundo como era conhecida a Europa. Dessa maneira, configurava-se apenas a percepção de que existia uma determinada região, mas não se sabia como designar exatamente essas novas terras. A terceira etapa passa pela consolidação do nome “América” que, segundo Ardao, ocorre em 1507, com o advento da obra *Introdução à Cosmografia*, publicada pelo alemão Martin Waldseemüller (1897). Este geógrafo ficaria na história ao publicar naquele livro um mapa em que as novas terras descobertas para além do Atlântico surgiam designadas como “América”, em homenagem a Américo Vesúcio (Farret & Pinto, 2011).

No entanto, não consta que inicialmente, as elites que ficaram conhecidas como *criollos* se auto-identificassem como americanos. Logo, tão pouco estava constituído um sentimento de pertença genuíno ao continente americano por parte dessa população. Muitos ainda se consideravam espanhóis que apenas habitavam fora da metrópole, e

comumente aceitavam a designação de “espanhóis das Índias”. Foi no processo de independência que essa aristocracia desgostosa com a perda de certos privilégios diante dos interesses da metrópole europeia sentiu a necessidade de se diferenciar, e então a identidade “americana” passou a ser engrandecida (Farret & Pinto, 2011).

Arturo Ardao (1980) entende que o surgimento do termo América Latina estaria relacionado com conflitos não apenas relacionados com as antigas metrópoles colonizadoras, mas neste momento também em oposição às ambições norte-americanas, que o filósofo uruguaio chama de “América Saxônica”. A Doutrina Monroe, de 1823, clarificou a rejeição dos Estados Unidos relativamente ao colonialismo e ao imperialismo europeus no conjunto do continente americano. Além disso, a expressão “A América para os americanos” deixou uma sutil ambiguidade no que se refere ao termo “americanos”, já que os estadunidenses se auto-identificavam como americanos. Com isso, a dualidade que é formada evidenciará de um lado a América Latina e de outro a América Saxônica, que Ardao (1980) todavia entende que se deveria antes designar por América do Norte. Porém, o filósofo admite que nesse caso a medida adotada na nomenclatura ocorrerá a partir da composição da gênese étnica e cultural advinda de seus colonizadores (Farret & Pinto, 2011).

Ao retomar a discussão sobre o termo “América Latina”, Ardao (1980) contesta a tese de John Phelan que dá o crédito da origem do termo “América Latina” aos franceses. Phelan (1979) afirmou que o termo se estabeleceu após 1861, a partir do texto de L. M. Tisserand, *Revue des Races Latines*, ainda antes da intervenção em terras mexicanas pelos franceses. A obra seguia a versão panlatina difundida por Michel Chevalier. Já Ardao (1980) assegura que foi com o colombiano José Maria Torres Caicedo, em 1856, que a expressão foi cunhada pela primeira vez com o sentido atual do termo. Anteriormente, tal região era popularmente chamada de Hispanoamérica, ou América Meridional, dentre outros nomes que não se sustentaram ao longo do tempo (Farret & Pinto, 2011).

Tomemos agora em consideração as três etapas que o filósofo uruguaio entende que ocorreram no processo de formação da identidade e de surgimento da designação da América Latina. Assim, a primeira etapa vai da época inicial dos movimentos de independência aos anos 1830, período no qual não se tinha exatamente uma unicidade marcante para aqueles territórios e muito menos um nome que os representasse especificamente. A segunda etapa, segundo Ardao (1980), está compreendida

aproximadamente entre 1830 a 1850, na qual há de fato a gênese de uma ideia de América Latina, assim como uma identificação perceptível de alguns novos países que se viam com maior proximidade cultural e estrutural entre si do que com os países norte-americanos. Neste ponto, Ardao (1980) converge em parte com Phelan (1979), ao reconhecer a importância do panlatinismo e dos escritores franceses no desenvolvimento desta ideia. Contudo, ele ressalva que apesar disso este ainda não seria o momento em que aparece o nome da região. A última etapa corresponde ao surgimento e consagração do nome “América Latina”, que, segundo Ardao (1980), se deveu ao poema “Las dos Américas”, do jornalista José Caicedo (1857), a partir do qual o termo latino ou latina deixará de ser usado como adjetivo para se tornar propriamente um substantivo. E por diversas vezes o poema trará expressões como “nações latino-americanas”, “Repúblicas da América Latina” e Estados da América Latina (Farret & Pinto, 2011).

As principais diferenças entre as ideias de Ardao (1980) e de Phelan (1979) serão então, em suma, primeiramente a questão temporal, sendo que Ardao (1980) defende que José Caicedo teria criado e divulgado o nome em escritos em espanhol pelo menos 5 anos antes de Lazare-Maurice Tisserrand (1861), a quem Phelan (1979) atribui a autoria da designação. Outra marca de discordância está no entendimento da justificativa que motivaria o termo: Phelan (1979) acreditava que América Latina era fruto de uma estratégia de pretexto para a intromissão francesa no México; já Ardao (1980) considera que o termo nasceu internamente e para marcar uma posição contra as pretensões hegemônicas e a ameaça dos Estados Unidos da América (Farret & Pinto, 2011).

Além dos dois autores que temos vindo a seguir, um terceiro contributo importante para o debate sobre a origem do termo América Latina foi dado pelo historiador chileno Miguel Rojas Mix. A obra de Rojas Mix (1991) *Los cien nombres de América* reacendeu o debate ao trazer novas evidências que desconsideram também que a origem do termo tenha sido devida aos franceses, atribuindo antes a sua autoria não a José Caicedo e sim ao pensador chileno Francisco Bilbao (1823-1865). Segundo Rojas Mix (1991), isso terá ocorrido numa conferência em Paris, em julho de 1856, com o título “Iniciativa de la América. Idea de un Congreso Federal de las Republicas”.

Importante destacar que, entre os especialistas do assunto, é consensual assumir-se que o nome América Latina tenha realmente surgido na França em meados do século

XIX. Qualquer dos autores que temos estado a seguir acreditam que o termo surgiu no ambiente intelectual francês. Tal fato é justificado pois muitos pensadores hispano-americanos estavam na época exilados em França e comumente difundiam suas ideias de cunho unificador das novas repúblicas de colonização espanhola contra os interesses imperialistas dos americanos do norte. Mesmo Ardao (1980) não esquece a importância que pode ter tido Francisco Bilbao, a quem reconhece certa influência nesse processo.

Em suma, parece haver consenso relativamente a dois pontos primordiais para a base da identidade latino-americana. Por um lado, a importância dos Estados Unidos, como principal elemento de negação face ao qual se constrói uma ideia de americanidade não saxônica, sendo outro ponto a importância da cultura europeia latina que atua em uma mescla entre inspiração e negação da mesma para a construção de uma identidade. A negação tem que ver com o fato de o pensamento panlatino, enquanto criação francesa, estar também carregado de ideais imperialistas. Certo também é que o termo América Latina que dá coerência à identidade latino-americana não terá estado inicialmente ligado a intelectuais brasileiros; pelo contrário, essa noção terá sido gradualmente introduzida com o tempo, difundida a partir dos países que tiveram colonização hispânica para o resto dos países da América Latina, e a par da própria assimilação de pátria por esses países recém independentes.

2.2 Surgimento do sentimento de nação brasileira

A construção da identidade brasileira está fortemente relacionada com a ideia de nação e de pátria que se estruturou desde a época da concretização da independência do país. Alguns acontecimentos na história do Brasil ajudaram na composição do que se entende hoje como ser brasileiro, entre os quais se destacam deliberações estatais e leis determinantes no sentido de uma integração da cultura nacional. Podemos destacar um primeiro momento de ruptura das dependências coloniais no início do século XIX. O segundo momento seria o formato que iria configurar o sistema político brasileiro com o advento da Proclamação da República e abolição da escravatura, no final do século XIX. E um terceiro momento de grande importância situa-se no chamado Estado-Novo, de 1937 a 1945, onde ocorre de fato a unificação dos sistemas culturais dos estados e municípios com as exigências do âmbito federal. A partir disso, essa nação que recebeu por décadas uma enorme quantidade de imigrantes que formaram colônias autônomas

dentro do território brasileiro, teve de se enquadrar nos preceitos da cultura brasileira homogênea que fora institucionalizada. Cabe salientar que na composição do processo de construção da identidade brasileira ocorreram diversos acontecimentos que a influenciaram e há uma série de especialistas que discutem o assunto. Poderíamos citar nomes como Darcy Ribeiro, Caio Prado Junior, Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, entre vários outros intelectuais que dedicaram numerosas obras clássicas ao assunto. Entretanto, o intuito dessa secção será apenas destacar o papel institucional estatal no delineamento dessa estruturação cultural com ações decisivas no contexto brasileiro.

Os processos de independências das nações latino-americanas, incluindo a brasileira, tiveram três aspectos em comum no que tange às suas relações com os povos europeus: primeiramente, uma certa valorização, mesmo que com certa hesitação, da cultura dos povos originários, os indígenas; segundo, adotou-se fortemente o padrão de tradição europeia, conseqüentemente se distanciando das culturas mestiças e indígenas; e o terceiro ponto que traduzia a estratégia das elites na tentativa de manutenção e valorização de uma imagem de civilização europeia transposta para a América (Rowland, 2003).

O momento histórico que resultou na independência brasileira, caracterizou-se como uma das primeiras situações em que a população da colônia do continente americano passou a sentir-se como nação, em contraponto com os outros portugueses que residiam na metrópole. Um dos motivos dessa sensação é que cada vez mais as elites em terras brasileiras exigiam maior autonomia comercial seguindo a tendência de liberalismo econômico mundial. A coroa portuguesa, em reação, viu-se na necessidade da manutenção de restrições e taxaões econômicas para que o sistema colonial se mantivesse. Simultaneamente, esse conflito entre “nós” e “eles” ajudou ao desenvolvimento de um sentimento de nação que percebia grandes diferenças de interesses entre uns e outros. A partir de então, aquele sistema colonial já não conseguiria perdurar diante de um sentimento antilusitano que a partir de certa altura ficou centrado na figura do herdeiro real, Dom Pedro I, a quem coube a missão de gerenciar os novos elementos da nação que se formava com a manutenção do legado cultural português. O imperador soube controlar após a sua coroação em 1822 essas tensões, evitando uma possível desintegração da população e uma eventual desordem social na composição dessa nova nação que oficialmente emergia (Rowland, 2003).

Note-se que as diferenciações entre os que se mantinham *portugueses* e os que seriam *brasileiros* passariam basicamente pelas determinações de interesses dentro da elite que habitava o Brasil, nas palavras de Luiz Felipe de Alencastro:

“Nas classes dominantes do país houve [...] dois comportamentos bem distintos e bem fundamentados quanto à opção a tomar depois de 1822. Todos os proprietários, todos os fazendeiros e senhores de engenho, estivessem eles na América portuguesa havia muitas gerações ou alguns anos somente, tinham de brasilianizar-se. Detentores da ordem privada escravista, exercendo domínio direto sobre os escravos e os homens livres que viviam em suas terras, eles precisavam, assumir plenamente os direitos políticos outorgados pelo império, a fim de garantir sua própria inserção nas novas instituições nacionais. Todos os que tinham comércio, negócio de importação e de distribuição de importados, tomaram uma atitude oposta. [...] Continuavam submetidos às casas comerciais do Porto e de Lisboa. Não convinha, nem aos seus padrões metropolitanos, nem a eles próprios, optar pela nacionalidade brasileira” (Alencastro, 1998 apud Rowland, 2003).

Portanto, nota-se que “brasilianizar-se” não tinha ligação direta com o local de nascimento ou alguma obrigatoriedade. Esse processo passou a ser escolhido pela nobreza de acordo com seus interesses políticos e comerciais que poderiam obter mais vantagens mantendo seus vínculos ou com as cidades portuguesas ou com o novo império. Evidencia-se dessa forma o primeiro conflito identitário a ser resolvido para a evolução de um sentimento de brasileiro, que seria basicamente compreender quem ainda seria considerado português, e passar a perceber o restante da população, a partir de então, como brasileira. Uma ressalva importante de se destacar é que o sistema de escravatura se manteve, sendo esses escravos e libertos, no início do século XIX, não enquadrados como brasileiros (Rowland, 2003).

Neste período, o Estado passou então a ter a missão de realizar a construção política da nação brasileira juntamente da administração da configuração territorial, que passou por muitas transformações no período do Império. Estas tensões conduziram ao processo de abolição da escravatura, concretizado no ano de 1888, seguida de um golpe militar que originou a Proclamação da República do Brasil, no ano seguinte. Esse sistema, além de afastar em definitivo os poderes da dinastia imperial portuguesa, instaurou um sistema político presidencial para o governo do país (Rowland, 2003).

Na segunda metade do século XIX, era notório que a composição social do Brasil ainda não estava formada, pois, como referiam alguns intelectuais, o país era composto por diversos segmentos e não constituía verdadeiramente um povo “uno”. A exemplo disso, na obra *Brasil Pitoresco* de 1867, Charles Ribeirrolles afirma: “no Brasil, existem brancos, negros, mulatos, mas, no verdadeiro sentido da palavra, não há povo (Ribeyrolles, 1980:II, p.173 apud Rowland, 2003). Relativamente à abolição da escravatura brasileira, o contexto político internacional foi decisivo nas definições das políticas internas que geraram o desenvolvimento de políticas de atração de imigrantes. O governo britânico, ao longo do século XIX, impôs uma proibição mundial da manutenção da prática de mercantilização de africanos como mão-de-obra escrava. Com isso, a dificuldade de realizar o tráfico de africanos passou a ser um desafio que encareceu o valor dessas pessoas exploradas que eram usados como mercadoria. No entanto, a alta produção nacional de café exigia, ao contrário do que vinha acontecendo, um aumento da quantidade da força trabalhadora (Mendes, 2010). O Estado brasileiro não poderia confrontar as deliberações britânicas nessa questão o que levou o Império a ter de lidar inevitavelmente com o conflito de interesses internacionais e dos fazendeiros brasileiros. Contudo, ao longo do período do Segundo Reinado (1840-1889) brasileiro, os donos de fazendas não estavam muito preocupados com o tipo de mão-de-obra que iria realizar as tarefas na produção de suas terras. A principal preocupação desse grupo era que os trabalhadores não tivessem acesso às propriedades, e assim ficassem impreterivelmente a trabalhar na produção de suas posses, o que garantiria a inalteração de seus privilégios. Foi nessas circunstâncias que, em 1850, se estipulou a Lei de Terras, que documentava e estabelecia as condições de organização da propriedade privada no âmbito legislativo. Pode-se assim buscar uma mão-de-obra alternativa à africana para recompor o que a demanda cafeeira exigia, sendo a solução obter trabalhadores a partir da imigração (Rowland, 2003).

Cedo as elites e autoridades políticas perceberam que, no caso do Brasil, a formação do Estado antecederia a composição da nação. Diante de uma sociedade que passou a ter os negros antes escravizados como parte integrante da população livre e civil, sobretudo a partir da Lei n° 2.040, de 28 de setembro de 1871 (Lei do *Ventre Livre*), que veio fazer de qualquer criança filha de mulher escrava nascida no Brasil um sujeito livre, fez-se urgente a necessidade da elite buscar uma política para reverter essa situação, a qual foi posta em prática com uma política de imigração voltada para o

branqueamento da população (Rowland, 2003). É hoje reconhecido que os incentivos do estado brasileiro para a captação de imigrantes não visaram apenas responder às necessidades de mão-de-obra para a economia de plantação, senão também trazer uma população migrante com determinadas características étnicas e culturais que pudesse compor aquilo que se idealizava ser exemplo de uma civilização evoluída (Rowland, 2003). Essa vinda massiva de imigrantes brancos, ativamente estimulada e apoiada desde meados do segundo reinado até à proclamação da república, acabou por trazer mais uma componente de diversidade e complexidade à composição da nação brasileira.

Por fim, cabe evidenciar o momento institucional divisor de águas na construção não só da nação mas de uma identidade brasileira, que corresponde à ação do Presidente Getúlio Vargas durante o chamado Estado Novo, de 1937 a 1945. O seu governo, com fortes características nacionalistas, teve entre os seus grandes objetivos a unificação e integração dos vários segmentos da população brasileira sob uma mesma ideia de nação por via da padronização cultural, ao mesmo tempo que pretendia assegurar a integridade do território. Neste quadro, grande atenção foi dada aos limites territoriais político-administrativos do país, aumentando e garantindo a ocupação das terras nas porções Norte, Oeste e Sul, bem como à integração das populações espalhadas pelo interior do Brasil sob a identidade brasileira. Nesse período, cerca de 90% da população brasileira residia nas cidades próximas da costa litorânea e as porções interiores eram locais onde muitas comunidades minoritárias permaneciam isoladas e à margem dos poderes executivos centrais como forma de manutenção de suas culturas e mesmo de resistência até aquele momento. Além de populações indígenas, residiam nessas áreas menos povoadas várias colônias de imigrantes entre outras comunidades autônomas e isoladas. A prioridade do Estado Novo foi integrar todos esses povos dispersos, articulando-os com as metrópoles litorâneas e o resto do país (Garfield, 2000).

A estratégia do presidente Getúlio Vargas para integrar essas populações preteridas foi resgatar a figura dos indígenas como simbologia da fonte genuína das raízes do brasileiro. Assim, foram realizadas várias visitas e expedições às terras anteriormente abandonadas pelo Estado. Essas expedições foram realizadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão federal criado anteriormente, que teve nesse governo a missão de doutrinação dessas comunidades para integrá-las ao restante da sociedade brasileira a partir de uma ideologia de cunho nacionalista. A ideia era eliminar os resquícios de nomadismo no país e fazer desses grupos indígenas novos

cidadãos aptos a trabalharem juntamente da restante população nacional. Essas viagens contaram com a presença e a participação ativa também do próprio presidente, que foi acompanhado por uma equipe de cinegrafistas do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que realizaram filmagens de algumas expedições. O objetivo foi mostrar as boas relações entre o Estado e os índios, bem como a estrutura de assistência investida naquela população, que passaria a fazer parte dos cuidados do governo (Garfield, 2000).

Trazer os índios para o palco principal da política brasileira foi importantíssimo para a composição da identidade cultural brasileira, que integraria dentro da miscigenação já existente dos imigrantes europeus com a população de origem africana também a população originária da terra. Concretamente, o governo Vargas, com sua política tutelar sobre as regiões marginais, levou o desenvolvimento de infraestruturas de comunicação e transporte e de serviços escolares e de saúde ao interior. Portanto, esses índios e sertanejos passaram a fazer parte do grande planejamento de consolidação do Estado brasileiro, e muitas foram as narrativas criadas para enaltecer esses povos que viriam a se sentir representados pelo Estado (Garfield, 2000). Contudo, faltava um elemento essencial na formação do ideal nacionalista de integração da identidade brasileira daquela época, no sentido de padronização cultural, que seria a utilização de uma mesma língua e de um mesmo sistema de escrita. Por conseguinte, diversas restrições foram criadas para limitar a utilização de língua estrangeira dentro do território brasileiro, algo que impactou diretamente nas colônias e comunidades formadas por imigrantes. Com o avanço da Segunda Guerra Mundial, os imigrantes e descendentes de alemães, italianos e japoneses, sofreram uma perseguição e repressão ainda maior. Essas pessoas, por estarem associadas às potências do Eixo, foram consideradas inimigas do Estado chegando algumas delas a ser colocadas em campos de detenção. No âmbito mais geral da socialização, foram obrigadas a frequentar as escolas brasileiras, e não mais os estabelecimentos internos das comunidades, para se familiarizarem com o português e adquirirem os costumes locais (Rocha, 2006). Com grande foco na região sul do país, os atuais estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul foram alvos da “campanha de nacionalização” implementada pelo governo Getúlio Vargas. O foco foi realmente erradicar as ideias entendidas como “alienígenas” que eram propagadas e utilizadas pelas pessoas classificadas como “não-assimiliadas” dentro do contexto da cultura da unidade nacional. Ou seja, o sentido de

imposição do “espírito nacional” em cima das populações que ainda mantinham seus costumes distantes dos compatíveis com aquilo que se acreditava ser os princípios de brasilidade foram altamente combatidos. O que os idealizadores dessas ações tinham como objetivo era combater frontalmente a política adotada anteriormente no país tanto no período imperial quanto no início de período republicano, uma vez que em ambos os momentos os detentores do poder permitiram o isolamento de certas comunidades no território brasileiro (Seyferth, 1997). A partir de então, é esse sistema autoritário implementado pelo governo brasileiro que vai configurar a última grande intervenção direta estatal que demarcaria a uniformização cultural da nação e estimularia o desenvolvimento de uma grande miscigenação na identidade brasileira.

2.3 Identidade latino-americana no Brasil

Nos dias atuais, falar que o Brasil faz parte da América Latina talvez não soe estranho para a população de boa parte do mundo. Contudo, quando saímos do senso comum mundial e tentamos analisar mais minuciosamente a real adesão da população nacional à ideia de América Latina, percebemos que essa conexão não será tão forte e nem mesmo de tão longa data. A questão é que habitualmente esse termo esteve mais associado aos países de origem colonial espanhola. Isso foi claro por muito tempo no ponto de vista dos hispano-americanos, que não consideravam o Brasil integrante de uma América Latina tomada como sinônimo de América Espanhola. Igualmente no Brasil, durante muito tempo, tampouco se considerava a hipótese dos brasileiros integrarem o conjunto dos latino-americanos (Bethell, 2009). O contexto dessa reviravolta histórica que trouxe o Brasil para o seio do mundo latino-americano será tratado nesta seção.

Ao longo do século XIX, terão sido poucos os intelectuais, escritores e políticos influentes a considerarem o Brasil como parte de América Latina. Para ilustrar, Simon Bolívar, figura tutelar do processo de independência da América do Sul e que ambicionou a criação de uma única nação independente na América hispânica, entendia o Brasil como uma entidade exterior a essa realidade. Para o Congresso do Panamá, que organizou em 1824, foram convidados representantes de todos os países que ele considerava fundamentais para a composição desse grande grupo de nações americanas,

tendo sido exceção o Haiti, os Estados Unidos e o Brasil. Especificamente no caso do Brasil, algumas particularidades o afastavam dos restantes países do continente. Basicamente a diferença estava na língua (portuguesa e não espanhola), na manutenção do tráfico de escravos africanos, e em ter mantido um sistema monárquico com traços europeus, ainda mais vinculado por sangue à família real portuguesa. A tudo isso se juntava por fim a ameaça do Brasil, que ao sustentar um sistema político imperial, podia ter possíveis desejos imperialistas sobre a região (Bethell, 2009).

Durante todo o Segundo Reinado brasileiro (1840-89), o país foi raramente convidado para debater e para encontros sobre os assuntos regionais. Quando era convidado para algumas conferências, esses convites limitavam-se a meras formalidades, o que foi respondido de forma recíproca e desinteressada pelo Estado brasileiro, que sempre rejeitou esses convites. A identificação do governo do Brasil com os países da hispano-américa era muito limitada. Um forte motivo para esse afastamento era de cunho econômico e político, pois as relações comerciais com os países vizinhos eram quase nenhuma. O Brasil manteve uma orientação para o Atlântico, privilegiando as ligações comerciais à Grã-Bretanha e as relações culturais com os franceses, e portugueses em menor medida. Logo, o país não parecia sentir-se em momento algum ameaçado pelas potências europeias e nem mesmo pelo imperialismo estadunidense, contrariamente ao que sucedia com muitos outros países da América (Bethell, 2009).

Já do lado hispano-americano, a transformação pelo qual o Brasil passou no final do século XIX, ao se ter tornado por fim uma república e por ter abolido a escravatura, fez intelectuais de vários países reconhecerem semelhanças entre a situação dos brasileiros e dos demais latino-americanos. A similitude tornava-se mais visível no que tange aos aspectos culturais, religiosos, de estrutura política e social, e principalmente pela formação a partir da miscigenação. Com isso, passou a usar-se frequentemente o termo “Iberoamérica” em referência aos países anteriormente colonizados pelos dois reinos da Península Ibérica. Essa harmonização foi sendo construída com cada vez maior força ao longo de toda República Velha brasileira que durou até 1930 (Bethell, 2009), não obstante a relutância dos brasileiros em aderirem a esta ideia.

Efetivamente, foi necessário esperar até ao período posterior à Primeira Guerra Mundial para se identificar um efetivo reforço no processo de intercâmbio cultural entre os pensadores brasileiros e hispano-americanos. Nesta fase, intensificaram-se as conexões, principalmente acadêmicas, entre professores brasileiros que lecionaram em

países vizinhos e professores de outros países da América Latina que deram aulas no Brasil. Neste quadro, a sensação de se considerar um cidadão da América passou a ser mais difundida no Brasil, já que fazer parte da América Latina ainda era algo que não atraía os brasileiros. Exemplo disso foi uma das correspondências de Mario de Andrade, pioneiro na poesia moderna brasileira, ao argentino e escritor Jorge Luis Borges, onde revela um: “horror dessa história de América Latina muito agitada hoje em dia” (Bethell, 2009).

Outra questão primordial ao longo do período entre guerras era a necessidade dos países do continente americano concretizarem e consolidarem uma identidade nacional própria, assegurando a integração do território e das populações e, também, o fortalecimento desse formato de Estado-nação. No Brasil não foi diferente, sendo muitos os intelectuais que se dedicaram arduamente à missão de uma melhor compreensão da cultura brasileira. Entre os nomes brasileiros de maior contribuição estão: Gilberto Freyre, com sua obra *Casa grande e senzala* (1933); Sérgio Buarque de Holanda, com o livro *Raízes do Brasil* (1936); ou Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) (Bethell, 2009).

No mesmo período, o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) cavalcando sobre essa onda de intelectuais que se dedicavam aos estudos sobre a sociedade brasileira, acabou por levar a cabo uma política que reforçou a identidade nacional. Essas ações salientaram ainda mais as diferenças em relação aos países vizinhos em um movimento claramente nacionalista que acabou por fortalecer o distanciamento entre esses Estados (Bethell, 2009).

Poucos anos antes do início da Segunda Guerra Mundial, o Brasil começou a ser classificado internacionalmente como parte integrante da América Latina, sendo colocado no pacote de países que se diferenciavam com maior nitidez dos Estados Unidos e do Canadá. Essa noção ficou ainda mais consolidada após o final da guerra, quando os Estados Unidos passaram a ter um papel ainda mais hegemônico mundialmente. Os estadunidenses ajudaram então a confirmar uma ideia de América Latina que abarcava tudo ao sul de suas fronteiras com o México, inclusive o Brasil. Com o seu poder de influência sobre as agendas internacionais, foi criada em 1948 a primeira organização internacional que cuidaria dos assuntos relacionados com a América Latina - a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). Esse órgão fazia parte da recém-criada Organização da Nações Unidas, que viria a determinar os

rumos mundiais nas décadas posteriores. Na sequência disso, várias outras instituições começaram a utilizar essa nomenclatura para englobar todos os países da América Central e do Sul. Cursos universitários também criaram ramos de “Estudos Latino-americanos” baseados nesse agrupamento regional, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. A conjuntura estava demarcada por um momento histórico em que se distinguiam as nações desenvolvidas das não-desenvolvidas, e essa América Latina era composta, diante dessa classificação, de países econômica, social e culturalmente atrasados, ou seja o que os países ditos desenvolvidos estabeleceram chamar de “Terceiro Mundo” (Bethell, 2009). Essa disposição colocava os países considerados latino-americanos à parte dos países hegemônicos desenvolvidos ocidentais. Curiosamente, em 1984, deliberou-se a mudança da nomenclatura que indicava em direção àquela região. A CEPAL passou a ser a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, e assim é a forma como o mundo inteiro passou a reconhecer a região tendo esse forte órgão como legitimador.

Não cabe aqui entrar no mérito dessas classificações, e nem dessas mudanças de nomenclaturas, mas sim evidenciar o impacto dessa e de outras instituições internacionais na composição da imagem que é passada mundialmente desses países e, obviamente, na maneira como as próprias populações se passaram a ver e auto-identificar.

No período pós-segunda guerra, muitos escritores e intelectuais brasileiros aderiram à ideia do seu país ter realmente semelhanças com os demais países vizinhos, assumindo a identidade latino-americana nas suas obras. A progressiva consolidação deste processo levou a que, em 1980, ocorresse a criação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que contou com a participação brasileira, apesar da pouca influência efetiva dessa entidade nas questões desses países. Entretanto, foi somente com o fim da Guerra Fria que o cenário brasileiro mudou totalmente e se afirmou uma visão interna que privilegiou a importância da união com os países vizinhos na formação de blocos econômicos comuns para a disputa de mercados que a globalização trouxe à tona. O Brasil, principalmente nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), procurou assumir um papel de país articulador na política internacional, não somente representando os países latino-americanos mas também boa parte do grupo de países considerados não desenvolvidos. Todavia, o resultado mais significativo deste processo

consistiu no reforço concreto de relações do Brasil com os países sul-americanos e não exatamente com todos os países considerados latino-americanos, como confirma a formação do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), em 1991 (Bethell, 2009). Verifica-se assim que os processos de integração econômica em que o Brasil está envolvido contribuem para difundir uma imagem de “América Latina” e de relações latino-americanas, embora esta seja perturbada pela introdução de outras componentes, como a correspondente à América do Sul.

3. A relação Brasil-Japão na formação da comunidade Nipo-brasileira

3.1 Contexto histórico da imigração japonesa para o Brasil e sua ocupação territorial

Para alcançarmos a compreensão do processo que levou ao hibridismo entre as culturas brasileiras e japonesas resultando na comunidade nipo-brasileira, torna-se indispensável uma contextualização ao nível institucional e histórico. A situação do cenário político de cada um desses países no final do século XIX facilitou a sua cooperação futura. As consequências dessa conexão cultural resultaram em transformações nos costumes, nos hábitos alimentares e comportamentais na sociedade brasileira, contribuindo para a diversidade cultural que hoje a caracteriza. Isso após um grande esforço de uma comunidade estrangeira, oriunda do Japão, em traçar diversas estratégias de sobrevivência, adaptação e aceitação no outro lado do mundo. O ano de 1908 surge com importância pelo marcante desembarque no Brasil das primeiras famílias de japoneses, que dariam início a um intenso processo de imigração ao longo dos anos e décadas seguintes (Kodama, 2000). Ao se fixarem definitivamente no território brasileiro, esses imigrantes deram oportunidade aos seus descendentes de serem agregados integralmente à sociedade brasileira. O capítulo também mostrará parte das dificuldades, desilusões e rejeições que sofreram, bem como as formas de resistência que fizeram essa comunidade prosperar no mundo ocidental. Outro fator importante será discutir como se deu o surgimento da identidade nipo-brasileira, para além de se abordar a distribuição desta população no território do Brasil.

Na segunda metade do século XIX, o Japão passava por uma transformação política e econômica, em virtude do enfraquecimento do poder que residia na linhagem da família Tokugawa, diante da crise que vinha sofrendo. Essa dinastia durou mais de dois séculos e ficou conhecida como xogunato, comandado por generais, além de ter o caráter feudal e de fechamento relativamente às negociações com o exterior. A crise se deu no momento da intensificação das disputas imperialistas mundiais, tendo os Estados Unidos pressionado o governo japonês a abrir suas fronteiras e portos ao comércio exterior. A consequência foi o desgaste do sistema político vigente e resultou no reforço do poder político do imperador e do seu governo, num processo que culminou, em

1868, naquilo que ficou conhecida como a Restauração Meiji. A mudança significou o desenvolvimento político e econômico juntamente com um processo de modernização. Foi promulgada uma nova constituição, bem como a abertura do país para negociações internacionais. Esse processo de transição foi caótico para a sociedade que enfrentava dificuldades econômicas e sociais que forçaram o governo japonês a viabilizar a emigração de parte da sua população para trabalhar em países estrangeiros (Yamamura, 1996) Os mais afetados eram os trabalhadores rurais que enfrentavam muita escassez de terras diante de um crescimento demográfico vertiginoso e acabaram se endividando muito nessa época. Os primeiros destinos desses migrantes foram Havaí e Estados Unidos, que antes vetara a entrada de japoneses, bem como a Coreia e a China, nas regiões ocupadas pelo governo japonês (Kodama, 2000).

Essa conjuntura japonesa coincidiu com um dos auge da produção cafeeira na economia brasileira, que também contou com uma forçada transformação do sistema de trabalho realizado, passando de mão-de-obra escrava para assalariada. A abolição da escravatura brasileira, no ano de 1888, criou a necessidade de os fazendeiros trazerem novos trabalhadores para o cafezal. Essas vagas anteriormente eram preenchidas pelo contingente de africanos que eram forçados a trabalhar compulsoriamente em todo o país. A solução encontrada pelo governo brasileiro para resolver a adversidade causada pela abolição da escravatura foi iniciar um intenso incentivo à vinda de imigrantes para o país. Entretanto, a elite brasileira idealizava que o Brasil necessitava de selecionar os seus imigrantes, sendo o alvo desejado os europeus, na busca de eventualmente tornar o Brasil um país mais “civilizado”. A república brasileira, instaurada em 1889, teve seu início marcado então por essa política de estímulo pela imigração europeia e imposição de dificuldades para a chegada de asiáticos e africanos que ficou conhecida como parte da política de branqueamento nacional (Kodama, 2000).

A Câmara dos Deputados, no ano de 1890, chancelou essa política migratória com a criação de um Decreto de 28 de junho, no qual limitava a entrada tanto de africanos como de asiáticos no país, como explicitamente ilustrado no trecho abaixo:

“Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas.” (BRASIL, 1890)

Portanto, apesar desse obstáculo cultural que a elite brasileira inicialmente tentou impor na relação entre Brasil e Japão, os dois países partilhavam deficiências de estruturas demográficas que, pela sua natureza diferente, acabavam por se complementar. Com os brasileiros carentes de mão-de-obra e os japoneses a enfrentarem mudanças estruturais de teor político-econômico que tinham um forte impacto sobre a população jovem e rural sem acesso à terra e a outros recursos, conjugava-se a urgência destes em buscarem alternativas laborais fora de seu país e a oportunidade que o governo brasileiro detectava na possibilidade de chegada de mais um tipo de trabalhadores imigrantes. Além disso, outra questão pesou para os brasileiros passarem a considerar a ideia de receber imigrantes de outros países que não somente da Europa. Os primeiros europeus que chegaram no Brasil, com a intenção de trabalharem nos cafezais, foram colocados em situação de precariedade com condições sub-humanas de trabalho, pois os donos das fazendas de café ainda não tinham se adaptado às novas formas de trabalho livre e assalariado, sendo que vários mantinham um posicionamento contrário à abolição da escravatura, acabando por prolongar alguns dos seus traços. Face a esta espécie de manutenção de um sistema de trabalho muito próximo da escravatura envolvendo os imigrantes europeus que chegavam às fazendas, os governos destes países começaram a contestar essas práticas e passaram a dificultar a migração de seus cidadãos para o Brasil (Da Silva *et al.*, 2015).

A dificuldade da manutenção da ideia de trazer quase exclusivamente europeus para o país fez o governo brasileiro flexibilizar seu rigor na origem dos imigrantes que viriam a compor o quadro de trabalhadores no país (Da Silva *et al.*, 2015). Foi assim que o poder legislativo se viu obrigado a aprovar a Lei n.º 97, de 5 de outubro de 1892, permitindo assim a livre entrada de chineses e japoneses no Brasil. Diante dessa abertura, Brasil e Japão, que com a Restauração Meiji também passou a dialogar mais abertamente com o exterior, firmaram oficialmente a primeira relação diplomática que, nos anos subsequentes, viria a facilitar a implementação do processo migratório. Na sequência deste início das relações bilaterais, foi então estabelecido o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, acordado em 1895, entre os dois países (Nunes, 2006).

Boa parte desses japoneses que imigraram para o Brasil tinham como origem as cidades de Kagishima, Fukushima, Hiroshima, Kumamoto e a ilha de Okinawa. Esses imigrantes vinham com a expectativa de alcançarem melhores condições de vida e

juntar dinheiro para voltar ao seu país natal. As propagandas da ideia de uma terra com boas oportunidades foram amplamente difundidas, principalmente nas cidades referidas acima (Kodama, 2000).

O fator decisivo para a concretização da ida em massa dos japoneses para o Brasil foi a criação da Lei de Imigração de 1907, que basicamente dava a cada estado brasileiro a autonomia que julgasse mais adequada para firmar acordos de imigração, contando com a responsabilidade tanto da recepção quanto das instalações dos imigrantes. O grande articulador para a solidificação desse projeto foi Ryu Mizuno, presidente da Kokoku Shokumin Kaisha - Companhia Imperial de Emigração, que estabeleceu o acordo com o governo de São Paulo garantindo que traria 3 mil japoneses em um período de 3 anos. O tratado foi firmado institucionalmente entre a Companhia de Migração Japonesa e a Secretaria de Agricultura de São Paulo (Da Silva *et al.*, 2015).

Em 18 julho de 1908, o navio chamado Kassato Maru desembarcou no Brasil, no porto de Santos. Essa data foi marcante na trajetória da comunidade nipo-brasileira por representar a primeira grande leva de imigrantes japoneses a chegar no território brasileiro. A viagem durou aproximadamente 2 meses e permitiu a chegada de cerca de 165 famílias, majoritariamente de trabalhadores rurais. Coincidentemente, a data de chegada do Kassato Maru foi a mesma em que se comemorava a festa junina no Brasil, que contava com tradição da solta de fogos de artifício e de grandes comemorações. Os japoneses que chegaram e viram toda aquela festividade na sua chegada ficaram impressionados e muito animados com aquilo que eles imaginavam ser uma celebração em homenagem à sua chegada. Essa terá sido uma das suas primeiras decepções naquelas terras (Da Silva *et al.*, 2015).

Os orientais recém-chegados se depararam, logo nos meses iniciais, com uma realidade bem diferente do que buscavam. O trabalho árduo nas lavouras de café aliado às ações das companhias de imigração atrelou esses trabalhadores japoneses aos fazendeiros, tornando-se claro, desde cedo, que seria muito difícil alcançar o projeto de um retorno breve para seu país de origem. Isso se dava porque nessa primeira fase de imigração o formato do tratado configurava-se no sistema de colonato. O contrato de colonato era formalizado por meio de um financiamento à imigração compartilhado entre o governo do estado paulista e os fazendeiros que, progressivamente, descontavam o seu investimento nos proveitos remuneratórios dos seus trabalhadores. Esse sistema foi utilizado não somente com os imigrantes japoneses, mas também com trabalhadores

de outras nacionalidades. O investimento monetário era efetuado supostamente tanto na passagem marítima quanto nas condições de trabalho e moradia que eram oferecidas aos imigrantes e que seriam pagas ao longo do tempo de trabalho. Esse sistema era vicioso e não deixava que esses imigrantes acumulassem montantes de dinheiro suficientes para liquidarem essas dívidas e, eventualmente, regressarem ao seus países de origem (Kodama, 2000).

O acordo inicial da realização do processo de imigração de trabalhadores estabelecia que os japoneses deveriam ir para o Brasil em grupos familiares de 3 a 10 pessoas aptas para exercer o trabalho no cafezal, sendo considerados para tal apenas os indivíduos de 12 a 45 anos de idade. Todavia, as condições de vida desses imigrantes apresentavam alta precariedade, pois as suas habitações tinham parca qualidade construtiva e raríssimas mobílias, a que se juntava o baixo nível de higiene e, também, as muitas horas de trabalho. O baixíssimo valor que recebiam pela atividade realizada forçava todo o núcleo familiar a trabalhar nas lavouras, ou seja, tanto as crianças quanto as mulheres junto de seus maridos. Todos esses fatores impediam esses japoneses de comprar muitos mantimentos nos armazéns e de terem algum tempo livre para cuidarem do plantio do seu próprio pedaço de terra, quando o possuíam. Tais dificuldades levaram muitos dos imigrantes dessa primeira geração a sofrerem com a desnutrição e com o desgaste físico excessivo, gerando frequentes mortes precoces e doenças que acarretaram muitos conflitos e fugas das fazendas (Da Silva *et al.*, 2015).

Após essa primeira fase, os japoneses passaram a se adaptar melhor à nova dinâmica de sobrevivência no Brasil. Surgiu então o anseio por conquistarem o direito às suas próprias propriedades, de modo a produzirem seus alimentos de forma independente. Contudo, na fase inicial desse processo, a primeira geração de imigrantes tinha apenas conhecimentos básicos da língua portuguesa para poder lidar com as negociações e principalmente com os trâmites burocráticos que exigiam a habilidade da leitura dos documentos. Para ultrapassar esse obstáculo, a estratégia adotada consistiu na criação de um sistema formador de colônias. Essas colônias se iniciavam a partir de um líder e fundador dotado dos conhecimentos mínimos da língua e com capacidade para lidar com a tramitação burocrática associada à compra de terras. Tal líder realizava a compra de determinada porção de terra e posteriormente a subdividia em lotes para conceber o assentamento, mediante o pagamento, por parte dos imigrantes. Nota-se que naturalmente despontaram dois grupos sociais distintos entre os imigrantes: os letrados

na língua portuguesa, que também serviam de intérpretes e participavam em negociações, o que os deixava mais inseridos na sociedade brasileira; e os trabalhadores rurais, majoritariamente falantes apenas da língua japonesa, que dependiam do sucesso do grupo anterior para alcançarem uma certa independência (Daigo, 2008).

As colônias japonesas passaram a ocupar terras ainda não utilizadas em sua maioria no interior brasileiro, chamadas terras virgens. O sentido oeste foi o destino dessas comunidades em virtude da já ampla ocupação de fazendas no sentido do litoral, a leste, ou mesmo nos caminhos para Minas Gerais e Rio de Janeiro A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (Figura 1), que saía da cidade de Bauru, no estado de São Paulo, e ia até Corumbá, localizada no atual estado do Mato Grosso do Sul, já na fronteira com a Bolívia, serviram de base à ocupação dessa população (Daigo, 2008).



Figura 1 - Ferrovia Noroeste S.A. (Bauru/SP - Corumbá/MS)

Essas colônias foram se estabelecendo na proximidade das estações que faziam parte do caminho dessa estrada nacional. Algumas cidades derivaram de colônias

formadas nessa época como por exemplo Cafelândia, Lins, Birigui, Araçatuba ou Promissão, que anteriormente se chamava colônia Uetsuka. O início dessas ocupações teve lugar em 1915, a partir da Colônia Hirano, e seu sucesso gerou-se ao longo da década de 1920, com um crescimento vertiginoso e a mobilização de outros japoneses (Daigo, 2008).

Com o avanço dessas colônias, foram formadas associações de japoneses e escolas de língua e costumes culturais nipônicos. A promoção de esportes de origem japonesa, bem como a organização de grandes competições, eram práticas regulares. E com o tempo, o processo de fixação desses japoneses se estendeu também para o Mato Grosso, norte do Paraná, Minas Gerais e a região da chamada Alta Paulista, no interior do estado de São Paulo (Daigo, 2008).

Tal foi o sucesso desse empreendimento, se assim pudermos classificar, que os japoneses podiam até mesmo fazer o pagamento desses lotes de terra ainda estando no Japão, para posteriormente se moverem com essa garantia de propriedade para o Brasil. Essa estabilidade garantida trouxe, para além do perfil dos imigrantes da primeira remessa migratória, que era composta basicamente por trabalhadores rurais com baixo nível de instrução acadêmica, também alguns eruditos. Tal processo gerou uma intensificação da migração japonesa para o Brasil, como demonstra o aumento do número de imigrantes entrados nos decênios de 1920 e 1930 (Tabela 1).

Esta tabela mostra, precisamente, a chegada dos imigrantes japoneses a São Paulo, entre 1870 e 1951, que se iniciava no porto de Santos, local de entrada da maior parte dos imigrantes de todas as nacionalidades chegados ao país durante este período. Nota-se que o auge da chegada de japoneses em termos absolutos ocorreu na década de 1930, verificando-se, logo em seguida, nos decênios de 1940 e 1950, uma repentina e muito significativa diminuição, indissociável da deflagração da segunda guerra mundial.

Tabela 1 - Imigrantes entrados em São Paulo – período de 1870 a 1951

Período temporal	Total de imigrantes	Japoneses	
		Absoluto	Relativo (%)
1870-1879	11.330	-	-
1880-1889	183.505	-	-
1890-1899	734.985	-	-
1900-1909	364.834	825	0,22
1910-1919	446.582	22.114	6,07
1920-1929	487.253	57.164	11,73
1930-1939	198.122	101.666	51,31
1940-1949	53.992	2.946	5,46
1950-1951	55.537	49	0,09
Total	2.536.140	189.764	7,47

Fonte: Boletim do Departamento de Imigração e Colonização apud Nogueira, Arlindo Rocha. A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922). São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1973 (Reproduzido de Kodama, 2000, p. 202).

Para além desse grande foco de imigração no entorno do interior de São Paulo (Tabela 2), surgiram alguns outros focos de fixação dos japoneses no Brasil. A ocupação da Amazônia por japoneses foi uma das tentativas que se procurou colocar em prática, dado o acordo firmado em 1925 entre o governo do Pará e a embaixada japonesa com objetivo de desenvolver a região amazônica (Tabela 2). Chegou-se a afirmar que as terras cedidas para esse grupo seriam ilimitadas o que despertou muito interesse por parte dos japoneses. Como resultado dessas tentativas, em 1937, a região já contava com aproximadamente 2000 pessoas oriundas do oriente. Outras localidades do imenso território amazônico passaram a negociar acordos semelhantes para vinda de japoneses. Essas iniciativas não obtiveram grande prosperidade e, além disso, muitos desses imigrantes foram dizimados na sequência de um surto regional de malária (Daigo, 2008).

Tabela 2 - Distribuição dos imigrantes oriundos do Japão segundo as Unidades da Federação do Brasil – 1940/1950

Unidades da Federação	População oriunda do Japão			
	Total absoluta		Proporção por 100.000	
	1940	1950	1940	1950
Rondônia	-	-	-	-
Acre	6	7	4	5
Amazonas	-	-	-	-
Pará	467	421	323	326
Amapá	-	1	-	1
Maranhão	21	21	15	16
Piauí	-	-	-	-
Ceará	4	-	3	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	-
Paraíba	23	4	16	3
Pernambuco	24	12	17	9
Alagoas	-	1	-	1
Sergipe	-	2	-	2
Bahia	39	70	27	54
Minas Gerais	893	917	618	710
Espírito Santo	5	-	3	-
Rio de Janeiro	380	1.086	263	841
Distrito Federal	538	392	372	303
São Paulo	132.216	108.912	91.484	84.302
Paraná	8.064	15.393	5.580	11.915
Santa Catarina	5	13	3	10
Rio Grande do Sul	204	168	141	907
Mato Grosso	1.128	1.172	780	907
Goiás	180	397	125	307
Brasil	144.523	129.192	100.000	100.000

Fonte: Censo Demográfico 1940-1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1950 – 1957 (Reproduzido de Kodama, 2000, p. 205)

Outro eixo de concentração dos japoneses foi a cidade de São Paulo. Quando deflagrou a Primeira Guerra Mundial, em 1914, abriu-se também um Consulado Geral do Japão em São Paulo. Depois desse fato, foram criadas muitas organizações relacionadas à cultura japonesa, tais como alguns clubes de esportes, hotéis e restaurantes abertos para abrigarem japoneses e servirem comidas típicas do Japão. Industrialmente passou-se a produzir, entre outros bens tradicionais japoneses, o shoyo (molho de soja) e o tofu (queijo de soja). Pequenos ramos do comércio urbano também foram se expandindo como marcenarias, quitandas e tinturarias, dentre outros estabelecimentos pequenos que necessitassem apenas do trabalho do agregado familiar para tocar o negócio. Há também o caso de grandes empresas de capital japonês que formaram diversos escritórios na cidade de São Paulo. O exemplo mais notável é a *Kaigai Kogyô Kabushiki Kaisha* (KKKK), também conhecida como a Companhia

Ultramarina de Fomento Industrial S.S., que trabalhava diretamente com o fluxo de migração (Daigo, 2008). Essa empresa era oriunda da fusão de três diferentes companhias sob orientação estatal japonesa: a Cooperativa de Emigração para o Brasil (*Burajiru Imin Kumiai*); a Companhia de Colonização da América do Sul (*Nambei Shokumin*); e a Companhia de Colonização Japonesa (*Nitto Shokumin*). Esse empreendimento idealizado pelo governo japonês estava diretamente voltado para o início de mais uma fase de emigração japonesa. Kazue Shoda, ministro da Fazenda do Japão, foi o mediador direto para a fusão e incrementação dessa companhia fundada no dia 1º de dezembro de 1917. Esse foi um novo impulsionador que recrutou muitos japoneses no seu país natal para efetivar a emigração (Fukasawa, 2013). Um cartaz (Figura 2) emblemático feito por essa empresa serviu como estímulo direto para a ida de mais japoneses para as terras brasileiras contando com subsídio público japonês (Azuma, 1999).



Figura 2 - Pôster de recrutamento da empresa *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (KKKK) promovendo a emigração japonesa para a América do Sul, ano de 1925.

Fonte: Coleção do National Diet Library of Japan. Extraído de Azuma (1999, p.7).

Esse período de formação de colônias e prosperidade da comunidade japonesa no Brasil está muito associado ao fechamento cultural dessa população em torno dos seus costumes, o que teve como consequência o fato de boa parte não se ter integrado

realmente na sociedade brasileira. A expectativa, muito alimentada, de um eventual retorno definitivo desses japoneses para sua terra natal, contribuiu para esse maior fechamento. Todavia, esse formato não teve muita aceitação por parte da população brasileira que passou por um momento histórico de fortalecimento do nacionalismo juntamente com o espoletar de nova guerra mundial (em 1939), em que o Japão, entrado em 1941, se posicionava do lado oposto ao dos aliados brasileiros. Esses fatores dificultaram a vivência e a manutenção do isolamento dos japoneses, na maneira como haviam se habituado no território e sociedade brasileiras (Daigo, 2008).

3.2 Surgimento da consciência de uma identidade nipo-brasileira e as complicações da Segunda Guerra Mundial

Diante das enormes diferenças culturais que existiam entre o Brasil e o Japão, as colônias japonesas fizeram o esforço de preservar boa parte dos costumes e tradições japonesas mesmo estando no Brasil. Boa parte dessas colônias ensinavam nas suas escolas língua japonesa, detalhamento da história e da geografia do Japão, e muito pouco a respeito do Brasil, mesmo já sendo moradores há muito tempo no país (Kodama, 2000).

No final dos anos 1930, o governo brasileiro a partir do Estado Novo começa a enfrentar não somente o isolamento da comunidade japonesa, mas também os focos resistentes de outras nacionalidades, uma vez que colocou em marcha o projeto de uma cultura e identidade nacional única e integradora. O ano de 1938 ficou marcado pela proibição do ensino de línguas estrangeiras e da veiculação de livros de línguas estrangeiras dentro do território brasileiro. Depois desse fato, as relações diplomáticas entre Japão e Brasil pioraram, ocorrendo também um deteriorar na interação com os imigrantes japoneses dentro do próprio Brasil, que se foi agravando por conta do contexto internacional da Segunda Guerra Mundial. No início da guerra, o Estado brasileiro tentou manter uma postura neutra apesar de começar a dar indícios do caminho que escolheria. O país chega a criar o Decreto n.º 8.403 de 17 de dezembro de 1941, oficializando sua neutralidade nos conflitos internacionais. Entretanto, no ano seguinte, o decreto-lei n.º 4.717, de 21 de setembro de 1942, cria medidas especiais para empresas que tivessem no seu quadro de funcionários especificamente alemães, italianos e japoneses. Nesse mesmo ano, o Brasil também rompeu oficialmente as relações diplomáticas com o Japão, em virtude do ataque dos japoneses aos

estadunidenses. Posteriormente, o desenvolvimento da guerra levou o Estado brasileiro a tomar partido por um dos lados do conflito. Então, o presidente Getúlio Vargas promulgou o Decreto 18.811, de 6 de junho de 1945, declarando oficialmente guerra contra o Império do Japão (Nunes, 2006).

Com a derrota japonesa na guerra, a relação diplomática do Japão com os demais países só voltou a concretizar-se após o estabelecimento do Tratado de Paz firmado na Califórnia em 1951, e oficializado no ano seguinte nos regimes internos brasileiros por meio do Decreto-legislativo n.º 29/1952. Foi essa reconciliação que possibilitou novamente que navios japoneses desembarcassem nos portos brasileiros, configurando-se um recomeço da relação entre os dois países. O Japão, após a guerra, foi largamente desmilitarizado e iniciou um período de reconstrução que abriu o país para a reindustrialização e o desenvolvimento, com apoio de capital ocidental (Nunes, 2006).

No Brasil, um ano após o término da guerra, abrandaram as proibições contra os japoneses e assim foram fundados vários jornais de língua japonesa. A população de japoneses e descendentes que ali habitavam pode finalmente se informar dos relatos e desdobramentos da Segunda Guerra Mundial (Daigo, 2008). Entretanto, muitos não admitiam que o Japão pudesse realmente ter sido derrotado e acreditavam que as informações que estavam recebendo eram falsas. Tal descrença é oriunda da tradição que a comunidade seguia e que vinha da época do Império Meiji, um movimento chamado *Shindô Renmei*. Essa atividade servia de manutenção à identidade cultural baseada nas figuras dos seus antepassados, e consistia em um preceito religioso orientado pela figura do Imperador japonês que seria dotado de caráter divino. Portanto, esses seguidores se compreendiam como súditos do imperador, e mantinham um patriotismo e lealdade ao Japão e ao imperador, um ser invencível que tinha a ancestralidade da deusa *Amaterasu* (Kodama, 2000).

Essas crenças, após o término da guerra, geraram um intenso conflito dentro da comunidade nipônica que residia no Brasil. Dois grupos foram formados: os *Kachigumi*, conhecidos como vitoristas; e os *Makegumi*, identificados como derrotistas. O primeiro grupo acreditava fielmente que o Japão venceu a guerra mesmo com a constante divulgação de informações contrárias (Kodama, 2000). Esse grupo se organizava na perseguição e eliminação dos derrotistas, por meio de assassinatos, uma vez que os últimos tinham aceitado a ideia de que o Japão havia realmente perdido a guerra. Esses

ataques ocorreram tanto na capital, como também em outras cidades do interior, onde se localizavam as colônias japonesas. Tais atos não tiveram longa duração, pois em 1947, os oficiais do governo brasileiro identificaram boa parte dos integrantes desse movimento vitorista violento, o que levou boa parte do grupo à prisão e, assim, ao fim desses atentados (Daigo, 2008).

O grande evento brasileiro unificador da comunidade nipônica face ao resto da população aconteceu nos festejos de comemoração do aniversário da cidade de São Paulo. A colônia japonesa foi convidada para participar, no ano de 1954, da composição do evento que ficou oficialmente conhecido como o Quarto Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo ou, popularmente, o São Paulo Quatrocentão. Assim, a participação ficou a cargo da Comissão de Colaboração da Colônia Japonesa, liderada pelo Dr. Kiyoshi Yamamoto, que posteriormente se tornou a Sociedade Paulista de Cultura Japonesa. A participação conjunta dessas populações deu início a uma série de práticas de integração que serviram de motivação para os imigrantes desejarem permanecer com suas famílias em terras brasileiras, e não mais voltar para o Japão como era desejado anteriormente (Daigo, 2008).

Após esses acontecimentos, se assistiu ao desenvolvimento de uma intensa conexão dessa comunidade e de seus descendentes aos brasileiros, ocorrendo uma integração de fato na sociedade do país de destino. Isso possibilitou que os *nikkeis* (descendentes de japoneses que nasceram fora do Japão), se inserissem na vivência e na cultura brasileira. Diferentes serão os graus de interação dependendo da geração de descendentes, sendo os primeiros descendentes, ou seja, a segunda geração que corresponde aos filhos dos que imigraram, denominados em japonês por *nissei*. A terceira geração, que corresponde aos netos dos imigrantes, integra os denominados *sansei*, sendo os bisnetos os *yonsei*. Esses nipo-brasileiros contam com a adversidade de lidar tanto com a cultura de raízes japonesas de seus ascendentes, quanto pelo jeito de viver do brasileiro, por terem nascido e crescido no Brasil (Kodama, 2000). Essa fusão do encontro de tradições culturais distintas pode ser vista e encarada como uma dificuldade, por ocorrer recorrentemente uma espécie de “dupla consciência”, uma indeterminação que levaria a um relativismo de certa forma prejudicial. Entretanto, também se acredita ser vantajoso ser fruto de uma mistura de culturas por geralmente trazer além de uma forte capacidade criativa, uma maior diversidade de competências que deixam essas pessoas muito mais apropriadas a enfrentarem o contexto da

atualidade em comparação aos tradicionalismos ancorados nas identidades do passado (Hall, 2000, p. 91).

Uma das consequências dessa mescla no interior da sociedade brasileira foi surgirem alguns estereótipos específicos para adjetivar os descendentes de japoneses. A imagem criada está associada a características como “estudiosos”, “dedicados”, “disciplinados” ou “inteligentes”, entre outras coisas. Esses elementos despertam o interesse da restante população brasileira de não ascendência japonesa para as tradições orientais, e o contato com essa raiz cultural distante causa a ilusão de que conhecem realmente o “típico” comportamento japonês por meio desses nipo-brasileiros. Este quadro teria como consequência a geração de uma certa empatia pelos japoneses e pelo Japão como um todo. No entanto, essa realidade comportamental não se aplica necessariamente, nem mesmo aos atuais japoneses moradores no Japão. Isso acontece porque as características atribuídas aos “japoneses” seguem preceitos da tradição do espírito *bushidô*, que hoje já não estão presentes – ou estão muito vagamente – na sociedade japonesa. Efetivamente, a raiz de tais elementos baseia-se na reprodução das particularidades do grande guerreiro que possui uma enorme capacidade de enfrentar desafios, um grande auto-controle e resistência perante as dificuldades. Essas práticas que boa parte dos nipo-brasileiros herdaram culturalmente de seus pais e avós são originárias das condutas criadas durante a era Meiji (Kodama, 2000).

Mais recentemente, a história de migração entre os países é retomada em dois momentos marcantes. Em 1962, há uma ratificação oficial por meio do Acordo de Imigração para que tivesse reinício o envio de mais imigrantes japoneses para o Brasil. Contudo, a década de 1960 foi um momento de grande prosperidade e desenvolvimento no Japão, que gerou a finalização do programa de emigração japonesa no ano de 1973 (Sasaki Pinheiro, 2009). Essa retomada, que apenas aconteceu na década subsequente ao pós-Segunda Guerra Mundial, foi seguida da diminuição progressiva da imigração japonesa para o Brasil que vai atingir valores de expressão quase irrisória no decênio de 1980 (Gráfico 1).

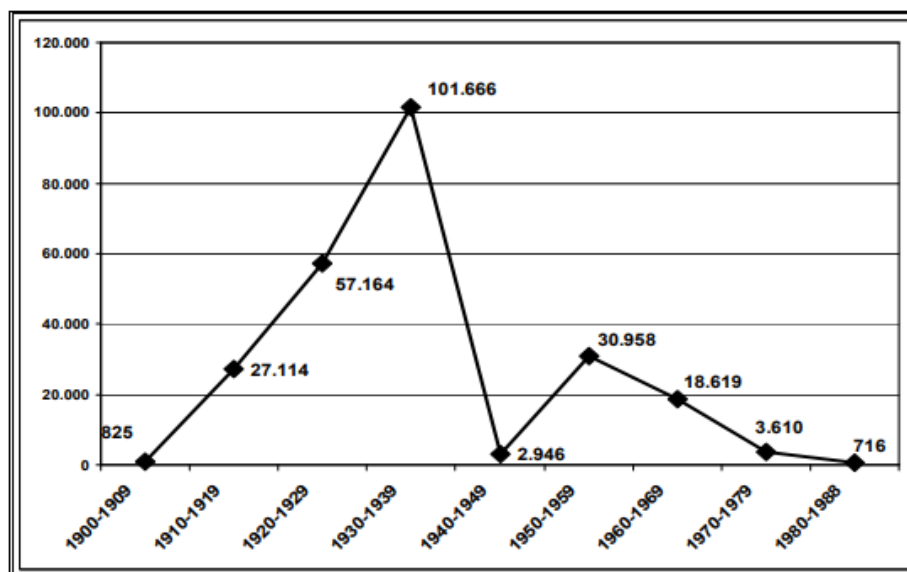


Figura 3 - Entrada de Imigrantes Japoneses no Brasil (1900-1988).

Fonte: Dep.to de Imigração e Colonização, Secretaria do Estado de São Paulo (dados do período de 1900 e 1952); JICA, Estatística de Emigração Ultramarina (dados de 1952 a 1988). Extraído de Sasaki Pinheiro (2009, p. 109)

A ascendência do Japão teve correspondência no momento contrário do cenário econômico brasileiro, que ao longo da década de 1970 passou por grandes dificuldades com déficit público e hiperinflação. O outro momento chave no conjunto de migrações modernas entre o Japão e o Brasil corresponde ao processo de inversão do sentido dos fluxos, com o Japão a passar de emissor a receptor, acontecendo o oposto com o Brasil. Efetivamente, a partir da década de 1980, foram os brasileiros descendentes de japoneses que passaram a emigrar para trabalhar no Japão (Daigo, 2008). Nesse período, o Japão começou a experimentar uma escassez de mão-de-obra nas suas fábricas, tendo a solução encontrada correspondido ao resgate dos japoneses que emigraram para outros países, em especial para o continente americano. Como esse número de emigrantes japoneses não era suficiente para compor a demanda, foram aceitos também os filhos e os netos já nascidos fora do país, constituindo-se desta forma o conjunto de trabalhadores do pujante processo de industrialização japonês da época. A historiadora Kaori Kodama (2000), que participou do projeto de “500 anos de povoamento” do Brasil organizado pelo Ministério do Planejamento e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com contribuições para a história da imigração japonesa no Brasil, afirma a respeito desse tema:

“A migração no sentido inverso da corrente que trouxe seus antepassados começou na década de 1980. Os dekasseguis, como são chamados esses descendentes, cujos traços físicos revelam os vínculos

com o país para o qual se direcionam em busca de trabalho, confrontam-se com uma sociedade muito distinta da qual cresceram, como brasileiros. Embora em parte estejam ligados à cultura japonesa, através das tradições de seus antepassados, são diferenças marcadas também pelo tempo que despontam.

Lembro-me de minha avó, que, na década de 1970, em visita a São Paulo, espantou-se com o modo de falar dos *nikkeis* do bairro da Liberdade. Ouvia-se ali expressões antigas, de quando ela era criança no Japão. Este Japão que não mais existe e cujas formas culturais vimos transplantadas para um espaço geográfico tão distante é a maneira como a comunidade *nikkei* encontrou para manter em parte sua identidade.”

Essas contradições encontradas no oriente se fazem ainda mais presentes pelo preconceito comentado que esses brasileiros sofriam, mesmo quando sabiam falar japonês. Os únicos empregos que esses imigrantes conseguiam no Japão eram os de baixa qualificação e que exigiam que esses trabalhadores ficassem demasiadas horas dentro dos locais de trabalho. Então, muitos puderam sentir na pele a distância cultural existente entre aquilo que eles imaginavam ser o Japão e aquilo que eles efetivamente estavam experimentando. Após anos tentando prosperar na “terra do sol nascer”, alguns continuam por lá, enquanto outros resolveram voltar para o Brasil (Kodama, 2000). Desse modo, com esses caminhos traçados historicamente mediante muitos confrontos culturais ao longo da trajetória da comunidade, foi-se construindo a base da identidade nipo-brasileira.

3.3 A comunidade nipo-brasileira entre 1980 e a atualidade

3.3.1 Relação dos restantes dos brasileiros com os nipo-brasileiros

Nas últimas décadas, os descendentes de imigrantes japoneses no Brasil, denominados de *nikkeis*, foram sendo cada vez mais reconhecidas como brasileiros que apresentavam como quesitos diferenciadores a tonalidade da cor da pele e o formato dos olhos. O primeiro destes elementos foi reforçado pelas próprias ações estatais, como comprova o estabelecimento da categoria “amarelo” nos questionários do Censo Demográfico do ano de 1940. Ou seja, foi introduzida pela primeira vez a opção de um grupo de pessoas brasileiras poderem se auto-identificar como amarelas, e não somente negras ou brancas, como nas edições anteriores. Essa alternativa foi estabelecida

pensando exatamente em atender a população de ascendência japonesa. Essas categorias foram apuradas nos censos seguintes que priorizaram a classificação e a diferenciação da população a partir da cor da pele e não mais dos países de origem dos próprios ou dos familiares. Na pesquisa governamental mais recente dessa temática, publicada em 2008 (Tabela 3), o processo de incorporação da população de origem japonesa à categoria amarelo se somou aos outros descendentes ou imigrantes asiáticos, como chineses e coreanos. Note-se que na auto-identificação no âmbito da categoria de “cor ou raça”, se poderiam apontar livremente algumas nacionalidades, como a alemã e a italiana por exemplo, mas não as de origens asiáticas, mesmo com a grande quantidade de nipo-brasileiros. Esse fator provavelmente se deve à auto-identificação na categoria de brasileiros de cor amarela por boa parte dessa população (Petruccelli & Saboia, 2013).

Observando a supracitada Tabela 3, verifica-se que o Estado de São Paulo se destaca como aquele que registra maior proporção de população classificada como “amarela”, aproximando-se este valor de 2% do total. Embora isto não corresponda, como vimos, diretamente aos japoneses e aos seus descendentes, funciona como um bom *proxy* e torna clara a importância deste espaço (onde se localizam as áreas específicas em que se desenvolveu o trabalho de campo desta tese) para a fixação daquela população.

Tabela 3 - Pessoas de 15 anos os mais de idade, total e distribuição percentual por cor ou raça, nas 14 categorias mais frequentes, segundo as unidades da Federação selecionadas – 2008.

Unidades da Federação selecionadas	Pessoas de 15 anos ou mais de idade							
	Total (1)	Distribuição percentual por cor ou raça nas 14 categorias mais frequentes (%)						
		Branca	Morena	Parda	Negra	Morena clara	Preta	Amarela
Total	47 540 099	49,0	18,7	13,6	7,8	3,0	1,4	1,5
Amazonas	2 158 153	16,2	40,5	23,3	3,6	8,6	1,7	1,6
Paraíba	2 755 674	31,9	37,6	10,9	4,3	8,1	0,7	0,8
São Paulo	30 616 595	51,4	17,0	14,5	8,9	2,1	1,3	1,9
Rio Grande do Sul	8 110 801	63,5	10,5	3,8	5,0	1,9	1,6	0,4
Mato Grosso	2 113 582	30,4	29,4	18,6	9,7	6,1	2,0	1,0
Distrito Federal	1 785 294	29,5	16,3	29,5	10,9	4,8	0,7	1,0

Unidades da Federação selecionadas	Pessoas de 15 anos ou mais de idade							
	Distribuição percentual por cor ou raça nas 14 categorias mais frequentes (%)							
	Brasileira	Mulata	Mestiça	Alemã	Clara	Italiana	Indígena	Outras
Total	0,8	0,6	0,6	0,5	0,4	0,4	0,4	1,4
Amazonas	0,1	0,4	0,2	-	1,2	-	1,5	1,0
Paraíba	-	1,3	1,2	-	0,6	-	0,4	2,2
São Paulo	0,4	0,4	0,4	-	0,3	0,1	0,2	1,1
Rio Grande do Sul	2,9	0,5	1,3	3,0	0,7	2,0	1,1	1,9
Mato Grosso	0,2	0,3	-	0,1	0,3	0,0	0,2	1,4
Distrito Federal	-	2,8	1,9	-	0,2	-	-	2,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008. Nota: Cor ou raça declarada de forma espontânea.

(1) Exclusivo sem declaração.
Reproduzido de IBGE (2008, p.41).

Atualmente, é possível afirmar com clareza que a comunidade *nikkei* no Brasil, ou nipo-brasileira, faz parte definitivamente da composição da sociedade brasileira. Diferentes estudos apontam a composição dessa comunidade atualmente no Brasil a partir da segmentação por gerações. Um estudo realizado pela Universidade Estadual de Campinas indicou que em 2005 nasceu a primeira criança *rokusei* no Brasil, termo japonês que significa sexta geração de descendência do imigrante. Aparecendo os *issei* (primeira geração de imigrantes) com cerca de 9%, *nisseis* (segunda geração, ou seja, seus filhos) com aproximadamente 37%, *sanseis* (terceira geração) por volta de 41%, *yonseis* (quarta geração) com aproximadamente 7% e o restante para as gerações seguintes (Mendes & Gibo, 2010).

Há de se salientar que os trabalhos e pesquisas envolvendo especificamente os jovens e novas gerações de nipo-brasileiros e suas vivências no Brasil contemporâneo são bem escassos (Mendes & Gibo, 2010). Ainda mais se compararmos com a imensidão de estudos sobre as condições de vida dessa comunidade ao emigrarem para

o Japão no final do século XX (Sasaki Pinheiro, 2009). Essa escassez pode indicar que basicamente a diferenciação étnica além de não ser mais alvo de luta social também não desperta tanto interesse como fator de segmentação social brasileira. Muitos integrantes dessas novas gerações já se casaram com pessoas de diferentes origens que não somente a japonesa, e além de serem provenientes de pais de diferentes origens acabam por criar também filhos de diferentes fenótipos e tradições culturais que não necessariamente são remetidos diretamente ao de gênese japonesa.

Não raramente um nipo-brasileiro é identificado ou chamado de “japonês” ou simplesmente “japa” no Brasil. Esses termos atualmente não remetem à ideia realmente de “estrangeiro”, e sim, de um brasileiro que tem sua maneira de ser e cultura de origem assente naquilo que os brasileiros compreendem ser a cultura dos nativos do Japão. Esse tipo de alcunha é muito comum na sociedade no Brasil, de acordo com as origens da família de cada indivíduo brasileiro, estando geralmente associada à própria aparência das pessoas. Exemplo disso são os termos “galego” ou “alemão” aplicados às pessoas com cabelos loiros, “portuga” para filhos ou neto de portugueses, na mesma linha dos “japas” para nipo-brasileiros (Utsunomiya, 2014).

A percepção dos outros brasileiros relativamente aos nipo-brasileiros parece privilegiar dois aspectos majoritários que podem ser considerados, por um lado como uma visão positiva e, por outro, como um ponto de entendimento negativo correspondente à adoção de um determinado estereótipo. O primeiro caso (positivo) relaciona-se com o constante bom aproveitamento escolar e acadêmico, ligado à dedicação, disciplina e esforço, o que acaba sendo também assumido por boa parte dessa comunidade como qualidades atribuídas à maioria dos seus membros. Já como ponto negativo, destaca-se a depreciação, que remete mesmo para uma exotização, que exacerba os estereótipos associados a essa comunidade, no tocante à falta de capacidade para comunicar em português, excesso de timidez, além de uma desqualificação de aspectos físicos que os diferenciam do padrão do ideal “ocidental” (Utsunomiya, 2014).

3.3.2 Nipo-brasileiro, definição e negociação da aceitação da identidade

O termo *Nikkei*, referente aos imigrantes japoneses e seus descendentes, era a maneira mais comum de identificação da população de raízes japonesas que vivia ou nascia em outros países. A comunidade *Nikkei*, como até então eles se chamavam,

mantinha um certo isolamento e insegurança face à integração na cultura brasileira. Foi somente a partir dos anos 1980 que esse receio foi se transformando em orgulho. Essa transição contou com uma composição maciça de produção literária desses integrantes no idioma português, entre outras formas de integração social e cultural (Zanirato, 2018). Os estudos de Marcel Vejmelka (2014) no artigo “*O Japão na literatura brasileira atual*” revelam bons exemplos de produção *nissei* desta época. O autor destaca obras marcantes como: o romance *Sonhos bloqueados*, escrito por Laura Honda-Hasegawa (1991); o estudo histórico apresentado em *O imigrante japonês*, realizado por Tomoo Handa (1987); e *Ipê e Sakura: Em Busca da Identidade*, de Hiroko Nakamura (1988). Todavia, essas primeiras escritas nipo-brasileiras em português não alcançaram posições de destaque na composição da literatura brasileira em virtude da maioria desses escritos convergirem que na totalidade para uma temática voltada para a tentativa de reviver a memória da história imigração japonesa. Foi somente com o romance *Nihonjin*, do autor Oscar Nakasato (2011), que apesar de também seguir a temática da migração e identidade, que as obras nipônicas ganharam relevância e reconhecimento nacional. A obra recebeu uma das principais premiações da literatura brasileira, o prêmio Jabuti na categoria de melhor romance do ano de 2012 (Vejmelka, 2014). Esse processo de integração e a ascensão da auto-descrição como recurso ao uso do termo nipo-brasileiro começa a fortalecer as novas vozes brasileiras que passaram a impor seu reconhecimento definitivo como brasileiros descendentes de pessoas do Japão. Assim, amplia-se o espaço representacional dessa parcela da população no interior da sociedade brasileira, sendo esta considerada, cada vez mais, como parte integrante da identidade brasileira (Zanirato, 2018).

A experiência da ida de brasileiros descendentes de japoneses ao país de origem de seus antepassados contribuiu para a consolidação da identidade nipo-brasileira por parte dos seus integrantes. Sasaki Pinheiro (2009), afirma:

“Foi no Japão que muitos brasileiros devem ter se deparado pela primeira vez, ou de modo muito claro e cristalino, com a brasilidade da sua identidade, que também faz parte de sua origem, ao lado da nipônica – seja ela real, imaginária, simbólica. O brasileiro migrante foi buscar no Japão, o japonês que supunha ser. E acabou lá encontrando o brasileiro que é.”

Portanto, esses brasileiros que haviam assumido a figura de japoneses no Brasil, por conta de sua ascendência e de seu fenótipo tipicamente asiático, perceberam o quão diferentes eram dos japoneses criados no Japão. Esse contato foi essencial para se perceberem como não-japoneses, e fortalecer assim os aspectos particulares da identidade nipo-brasileira ao se perceberem mais do que nunca como brasileiros, independentemente da sua fisionomia.

Além disso, ao deslocarem-se para trabalhar no Japão, muitos brasileiros descendentes de japoneses, geralmente de segunda e terceira geração (*nisei e sansei*), tinham como principal interesse apenas exercer uma profissão por determinado tempo, acumular uma quantidade de dinheiro e voltar para seu país de origem. Essa prática ou mentalidade gerou um apelido para esses imigrantes no Japão: *dekasegi*. Essa palavra de origem japonesa tem como significado “sair para ganhar dinheiro”, e é um termo que teve origem nos movimentos de êxodo rural de populações nipônicas que se deslocavam no interior do próprio país em busca de emprego (Tsuda, 2003).

Esse movimento e a manutenção dessa mentalidade de retorno, que se tornou conhecida em terras japonesas, associadas a outros fatores diferenciadores (o desconhecimento frequente da língua japonesa, o gosto por elementos culturais específicos como a música brasileira, a forma de estar no espaço público), gerou uma não aceitação desses descendentes japoneses que faziam, quase um século depois, o caminho de volta que seus ancestrais realizaram indo para o Brasil. Essa condição de decasségui (formato da escrita após o aportuguesamento da palavra), tornou-se tão problemática que os imigrantes que resolveram continuar suas vidas no Japão, porque não tinham vontade ou perspectivas de retorno ao Brasil, resolveram rejeitá-la e oficializaram um documento denominado: Declaração de Yokohama – Acabou a era decasségui – escolhemos ficar no Japão¹. Com essa carta, endereçada aos governos brasileiro e japonês, no dia 3 de outubro de 2015, realizada pelo Conselho de Cidadãos (brasileiros) de Tóquio, considerou-se encerrada a “era decasségui” (Lourenção, 2016).

Mesmo nesse novo patamar de auto-aceitação identitária, o conflito presente na negociação da identidade nipo-brasileira é comum a todas essas comunidades criadas a partir dos processos de imigração dos últimos séculos. Esse grupo em especial se enquadra no que o autor Jeffrey Lesser (2001), identificou como brasileiros hifenizadas

¹ <http://www.ipcdigital.com/nacional/conselho-de-cidadaos-de-toquio-decreta-acabou-aera-decassegui/> [Acesso em novembro de 2019]

(hyphen brazilians). Esse termo inicialmente colocado por Gustavo Pérez Firmat, no conceito de “viver en guion” (Rinaldi, 2016), remete à complexidade de se auto-posicionar diante de um conflito interno que resulta da ligação a duas culturas distintas. A partir de um estudo dedicado às identidades de migrantes não-europeus que passaram a morar no Brasil, Lesser conclui que ocorre uma negociação ou, nas palavras do autor, uma espécie de “barganha cultural” (Lesser, 2001).

Em paralelo, o antropólogo Takeyuki Tsuda (2003) descreveu a comunidade nipo-brasileira como algo que se tornou especial após a Segunda Guerra Mundial, considerando-a uma “minoría positiva”. Esse processo se dá principalmente por conta de um rápido desenvolvimento do Japão pós-guerra, que gerou uma admiração pelas características culturais oriundas desse país, responsáveis pelo patamar de sucesso atingido. A imagem de inteligência, disciplina e dedicação serviu de preservação de boa parte da etnicidade japonesa nos nipo-brasileiros. O que anteriormente foi alvo de preconceito na sociedade brasileira passou a gerar sentimentos positivos, e tal fenômeno teve como consequência a apropriação cultural desses aspectos pelos descendentes de japoneses. Afirmar-se japonês, por parte dos nipo-brasileiros, passou a ser a melhor maneira de promoverem a aceitação entre os outros brasileiros.

Essa maneira positiva com que os nipo-brasileiros estavam acostumados a serem tratados e identificados pelos restantes brasileiros não foi encontrada na recepção que tiveram no Japão durante o período de kassegui. Pelo contrário, esses descendentes que tiveram a facilitação governamental para se estabelecerem e trabalharem no Japão, não encontraram a mesma facilidade para se integrarem e serem aceitos junto ao restante da comunidade japonesa. No Japão, essa população, na condição de imigrante, se tornou uma “minoría negativa” no país. Esses imigrantes que estavam acostumados a defender suas origens japonesas no Brasil, vivenciaram a condição de estrangeiros (mesmo sendo cidadãos japoneses formalmente) isolados socialmente. Tal transformação afetiva fez esses nipo-brasileiros também reconsiderarem suas perspectivas identitárias, fortalecendo um fenômeno que Tsuda (2003) caracterizou como “nacionalização da consciência étnica” brasileira. De algum modo, tratou-se de um momento histórico essencial na composição da atual identidade nipo-brasileira.

3.3.3 Múltiplas “japonesidades”: nova tendência de estudos da comunidade nipo-brasileira e uma nova perspectiva a partir da identidade latino-americana

Desses estudos sobre a “japonesidade” (originalmente *japaneseness*) realizados por Tsuda (2003), surgiram novos caminhos para entendimento da comunidade nipo-brasileira através de uma diferenciação da “consciência étnica” desse grupo face aos restantes dos brasileiros. Por essa perspectiva étnica são percebidas certas expressões particulares dessa comunidade que correspondem a tradições e comportamentos específicos apreendidos pelos descendentes japoneses (Hatugai, 2014). O trabalho organizado por Igor Machado (2011) na obra *Japonesidades multiplicadas: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil*, realizado em conjunto com alguns de seus orientandos, boa parte deles também nipo-brasileiros com destaque para: Hatugai (2014); Kubota (2015); Lourenção (2016) e Kebbe (2008), surgiram na vanguarda dos estudos brasileiros sobre o assunto. Machado (2011) rompe o ponto de vista estereotipado dessa população brasileira descendente de japoneses vista como um grupo homogeneizado, para trazer uma compreensão do que o autor chama de “diferencialidades” que compõem a reunião de distintas identidades existentes dentro dessa comunidade. Esses descendentes de japoneses carregam ao longo de sua trajetória e da história da sua família uma imagem constituída de uma série de símbolos, conflitos vividos e características próprias muito distintas das experiências e criação familiar de outros nipo-brasileiros. Portanto, será fundamental compreender a variedade de *Nikkeis* que se espalharam pelo território brasileiro criando dinâmicas únicas e relativamente específicas de interação e integração (Machado, 2011).

O professor Jeffrey Lesser, com especialidade nesta área de conhecimento, além de servir de base para boa parte dos estudos contidos na obra de Machado (2011), contribuiu com o prefácio do livro. Lesser afirma que *Japonesidades multiplicadas* ajuda a construir os “Novos Estudos Étnicos” latino-americanos que surgiram sobre a América Latina. Jeffrey Lesser compreende que apesar do grupo de “japoneses” ser compreendido tanto por nipo-brasileiros quanto por imigrantes japoneses no Brasil, a obra diferencia essas categorias mostrando suas peculiaridades. Além disso, o livro destaca os estudos identitários em minorias étnicas no Brasil como uma perspectiva de identidade nacional sem desconsiderar a influência da identidade diaspórica. Portanto, a obra não segue o caminho de uma investigação científica pelo viés daquilo que Lesser

chama de *excepcionalismo*, que vê a etnicidade como uma manifestação separada da questão nacional. Logo, a etnicidade transnacional não aparece como superior à cultura nacional na formação das identidades. Com essa concepção é possível perceber a importância dessas minorias étnicas na composição da identidade brasileira. Por fim, Jeffrey Lesser afirma que esses estudos evidenciam que os nipo-brasileiros não são indivíduos japoneses no Brasil, e sim são brasileiros como quaisquer outros que têm a particularidade da sua ascendência ter origem japonesa. Portanto, estão tão aptos quanto os outros a participar de qualquer debate ou conflito identitário no tocante aos assuntos de interesse nacional (Machado, 2011).

Quando nos focamos na perspectiva de uma identidade que poderíamos chamar de “nipo-latino-americana”, de certa forma isso já se faz presente ao menos em documentos oficiais oriundos principalmente do Japão. Essa forma de tratamento deve-se ao fato de o processo migratório ter levado japoneses para outros países latino-americanos para além do Brasil, sendo o segundo maior destino na região, o Peru. Exemplo da utilização dessa ideia de descendentes de japoneses originários da América Latina é o documento da Embaixada do Japão no Brasil, de outubro de 2018, que visava o “Fortalecimento da parceria com a comunidade nipo-brasileira”. Na parte referente aos programas de intercâmbio oferecidos no documento, refere-se contém um “Convite a Nipo-Descendentes Latino-Americanos para uma Visita ao Japão e Fortalecimento de divulgação estratégica” (Embaixada, 2018, p. 1).

Então, esses nipo-brasileiros quando emigram acabam sendo classificados como estrangeiros oriundos do Brasil e conseqüentemente da América Latina. Essa nova concepção para integrar mais um elemento identitário nas pessoas que já pertencem a uma identidade híbrida, passa a ser um desafio natural. A adição de elementos de características latino-americanas, aos já perceptíveis nas componentes culturais japonesas e brasileiras, torna-se assim parte da vida de muitos dos nipo-brasileiros, exista ou não uma conscientização daquelas. É por meio dessa nova perspectiva acadêmica de estudos sobre as variadas “japonesidades” que a investigação empírica sobre a identidade latino-americana dos nipo-brasileiros foi idealizada e concretizada.

4. Identidade latino-americana na atual comunidade nipo-brasileira a partir de entrevistas

4.1 A entrevista enquanto método fundamental de recolha de informação: características e aplicação

A entrevista semiestruturada, ou semidirigida, evidenciou-se como a opção mais adequada para alcançar os objetivos dos nossos estudos identitários. Essa técnica dispõe de uma sequência de perguntas-guias, parcialmente flexíveis, que servirão para extrair importantes informações dos entrevistados. Esse procedimento permite-nos atingir muita profundidade nos elementos de análise e, também, uma boa coleta de testemunhos e interpretações pessoais diante da maleabilidade da abordagem (Quivy e Campenhoudt, 2005).

Adotou-se como método de coleta das informações a realização das entrevistas presenciais e telefônicas diretamente com as figuras envolvidas e relacionadas com o objeto de estudo. Tal prática é considerada um dos melhores instrumentos de pesquisa científica na área social. Para isso, buscou-se a concretização a partir de cinco elementos básicos que auxiliam na construção de um trabalho feito com qualidade: fazer o menor número de perguntas possíveis; tratar as intervenções da maneira mais aberta possível; tentar não se implicar no conteúdo da entrevista, isto é, nas respostas dadas pelos sujeitos; buscar o ambiente mais adequado para a realização das entrevistas; proceder à gravação destas (Quivy e Campenhoudt, 2005).

O período de realização das entrevistas foi de três meses, entre março e maio do ano de 2019. Durante o mês de março as entrevistas foram realizadas *in loco*, com o contato direto entre os entrevistados e o entrevistador. Estas entrevistas não foram marcadas com antecedência, optando-se por abordar os interlocutores por via de um contato direto e sem pré-aviso nos seus locais de trabalho ou residência. As entrevistas realizadas nos meses de abril e maio foram todas efetuadas virtualmente por meio de ligações telefônicas, com recurso a aplicativos móveis. No caso dessas entrevistas, necessitou-se efetivar um agendamento prévio para a sua concretização.

As entrevistas foram todas gravadas por áudio com a permissão dos entrevistados quanto à sua realização. Caso isto fosse negado, a alternativa seria a

utilização apenas de um bloco de anotações, fato que não ocorreu. Portanto, todas as entrevistas puderam passar pelo processo de transcrição a partir dos áudios gravados. Não houve a estipulação prévia de um tempo máximo de duração das entrevistas, optando-se por deixar os entrevistados “falar à vontade”, contando a sua história e deixando as suas perspectivas. Contudo, a existência de um guião pré-elaborado (Anexo B), ainda que aplicado de forma flexível, acaba por ter também a função de controlar a extensão de cada entrevista, para além de reforçar as possibilidades de comparação entre as respostas.

A linguagem que o entrevistador utilizou consistiu numa fala informal e descontraída, na tentativa de deixar quem estava sendo entrevistado o mais aberto e confiante possível. Também a vestimenta escolhida para o estudo em campo teve por objetivo chamar pouca atenção e atenuar a eventual formalidade do processo. Elaborou-se uma carta de apresentação (Anexo A) para fins de formalização da entrevista que, caso fosse necessário, podia ser enviada por e-mail juntamente com o convite para participar ou apresentada pessoalmente ao entrevistado. Essa carta contém o mínimo de detalhes a respeito do conteúdo da pesquisa para evitar influenciar o interlocutor. Tal abordagem também será a utilizada no trabalho implementado no campo.

As visitas de campo foram realizadas em duas áreas previamente selecionadas para encontrar a maior quantidade possível de nipo-brasileiros. Na área rural, o local escolhido foi o bairro de Cocuera, na cidade de Mogi das Cruzes. O trajeto foi percorrido de carro e transitando pelas propriedades rurais que são em boa parte das vezes residência e local de trabalho desses entrevistados. Já na área urbana, o campo foi realizado na cidade de São Paulo, no bairro da Liberdade. Na zona urbana, a mobilidade pelo bairro foi realizada a pé passando pelos estabelecimentos comerciais típicos do local. Em ambos os casos, o deslocamento não teve um estudo detalhado e pré-determinado do percurso, somente a delimitação de um perímetro. O procedimento adotado consistiu na observação do entrevistador para encontrar em campo seu público-alvo e por indicação dos entrevistados, numa lógica do tipo “bola de neve”. No caso das entrevistas à distância, direcionadas apenas para os segmentos de pessoas de trabalho ou residência da zona urbana, ampliou-se a delimitação da área de estudo para todo o estado de São Paulo.

Quanto à quantidade de entrevistados, utilizou-se o critério de saturação teórica para justificar a interrupção na continuidade de abordagem de mais interlocutores de

determinado segmento. Ou seja, quando as entrevistas passam a apresentar uma certa padronização e alguma repetição de perspectivas será então determinado que essa é uma quantidade suficiente de entrevistados daquele grupo de pessoas. Nesse momento, é constatado pelo investigador que para alcançar novos elementos já não é necessário continuar o trabalho produzido em campo (Pires, 2008). Outro componente limitador do número de participantes das entrevistas, sobretudo em segmentos específicos de respondentes, resultou das próprias limitações de tempo associadas à realização desta pesquisa de mestrado.

O objetivo principal das entrevistas, mais especificamente, foi “explorar” o entrevistado, a partir da sua história pessoal, sua auto-identificação espontânea e da ligação com as raízes culturais dos seus ancestrais, o seu entendimento do que é ser um latino-americano. Trata-se assim de descobrir se essa pessoa percebe alguma relação entre a sua história de vida, o território em que viveu, suas essências culturais, a forma como a sociedade o vê e a sua identidade brasileira e latino-americana. À vista disso, procurou-se verificar se há na pessoa entrevistada uma identificação latino-americana, bem como também compreender quais são, para essas pessoas, as principais características que demarcam um latino-americano.

A estrutura de perguntas do guião de entrevista (Anexo B) seguem o mesmo modelo de orientação sequencial dos questionamentos aos entrevistados. Primeiramente, o que se tenta é gerar uma abertura para que a pessoa se apresente da forma que achar melhor, ou seja, a forma como ela se identifica em termos gerais, sem colocar barreiras ou influenciar com imposições. Em seguida, tenta-se fazer uma conexão entre essa identidade e a história de origem da sua família. Ou seja, resgatar ainda mais os elementos mais sensíveis na construção da identidade da pessoa, estimulando o relato de determinadas trajetórias da sua história e da sua família. Com esses elementos, o próximo passo consiste em compreender sua ligação com a sociedade, com o território em que vive e a cultura oriunda da terra de seus antepassados. O objetivo com essas primeiras abordagens é resgatar, da forma mais espontânea possível, boa parte da identidade da pessoa.

Em um segundo momento, as perguntas começam a ser muito mais direcionadas para o objeto essencial de pesquisa, isto é, para a interpretação da identidade da pessoa e do significado daquela. As perguntas voltam-se então para se alcançar a resposta para um dos principais objetivos do trabalho que é perceber se quem está sendo entrevistado

tem algum tipo de afetividade com o ser latino-americano, mesmo que boa parte de suas raízes culturais sejam provenientes do Japão. Neste processo também intervém o fenótipo, ou a identificação através do fenótipo, já que na maioria das vezes os entrevistados vão ser identificados primariamente pelos seus traços faciais que são orientais e não necessariamente do ocidente, do continente americano ou da América Latina.

Independentemente da respostas obtida na fase que se acaba de descrever, a última meta será alcançar o entendimento imaginário de latino-americano para os entrevistados. Isto passa por perceber quais seriam os aspectos políticos, culturais, econômicos e históricos que refletem a composição desse grupo ou comunidade e, de algum modo, a identificação dos sujeitos de pesquisa com ele (ou não).

4.2 Público-alvo e a caracterização do perfil dos participantes

O público entrevistado será composto pelos brasileiros descendentes de japoneses segmentados em quatro elementos de diferenciação. Primeiramente, entrevistas com pessoas com idade superior a 60 anos de idade, ou seja, que estejam o mais próximo possível da geração de familiares que fizeram a imigração para o Brasil. Dentro dessa categoria etária haverá uma separação entre os moradores de áreas urbanas e os moradores de áreas rurais.

Outra parcela dessa população escolhida para estudo será na faixa etária de pessoas com idade inferior a 35 anos e superior a 18 anos. Trata-se de explorar o nicho das pessoas que estejam enquadradas nas gerações mais recentes. O fator de diferenciação entre rural e urbano também é aplicado aos entrevistados deste intervalo de idades.

Por fim, houve a tentativa de um equilíbrio entre o gênero feminino e o gênero masculino na quantidade de entrevistados para que ao longo da análise pudesse ser verificado o surgimento de determinadas diferenças também neste quesito dentro do grupo de entrevistados. Finaliza-se assim um conjunto que será composto basicamente por 6 diferentes elementos de discriminação dentro das pessoas entrevistadas da comunidade nipo-brasileira (Tabela 4). No total, realizaram-se 20 entrevistas,

segmentadas segundo o gênero e a idade, no entanto o fator quantitativo não foi prioritário na composição dos entrevistados, e sim, o critério de saturação teórica.

Tabela 4 – Perfil dos nipo-brasileiros entrevistados

	Gênero Feminino	Gênero Masculino	Total
Número Absoluto	9	11	20
Maiores de 60 anos	6	6	12
Menores de 35 anos	3	5	8
Urbano	3	4	7
Rural	6	7	13
Cursou ensino superior	6	4	10
Não cursou ensino superior	3	7	10
Visitou/esteve imigrado no Japão	4	7	11
Não visitou/não esteve imigrado no Japão	5	4	9

4.3 A importância do município de Mogi das Cruzes e o destaque do bairro de Cocuera

4.3.1 Mogi das Cruzes e o processo de ocupação nipônica na região do Alto Tietê

A cidade de Mogi das Cruzes está localizada na região que é conhecida como Alto Tietê (Figura 4), já que lá se situam as nascentes do Rio Tietê, considerado o mais importante do estado de São Paulo. A cidade que atualmente faz parte da chamada Grande São Paulo, ou da região metropolitana de São Paulo, historicamente servia de ponto de parada e de descanso no caminho dos viajantes e comerciantes que se deslocavam entre Rio de Janeiro e São Paulo (Hirata, 2005).

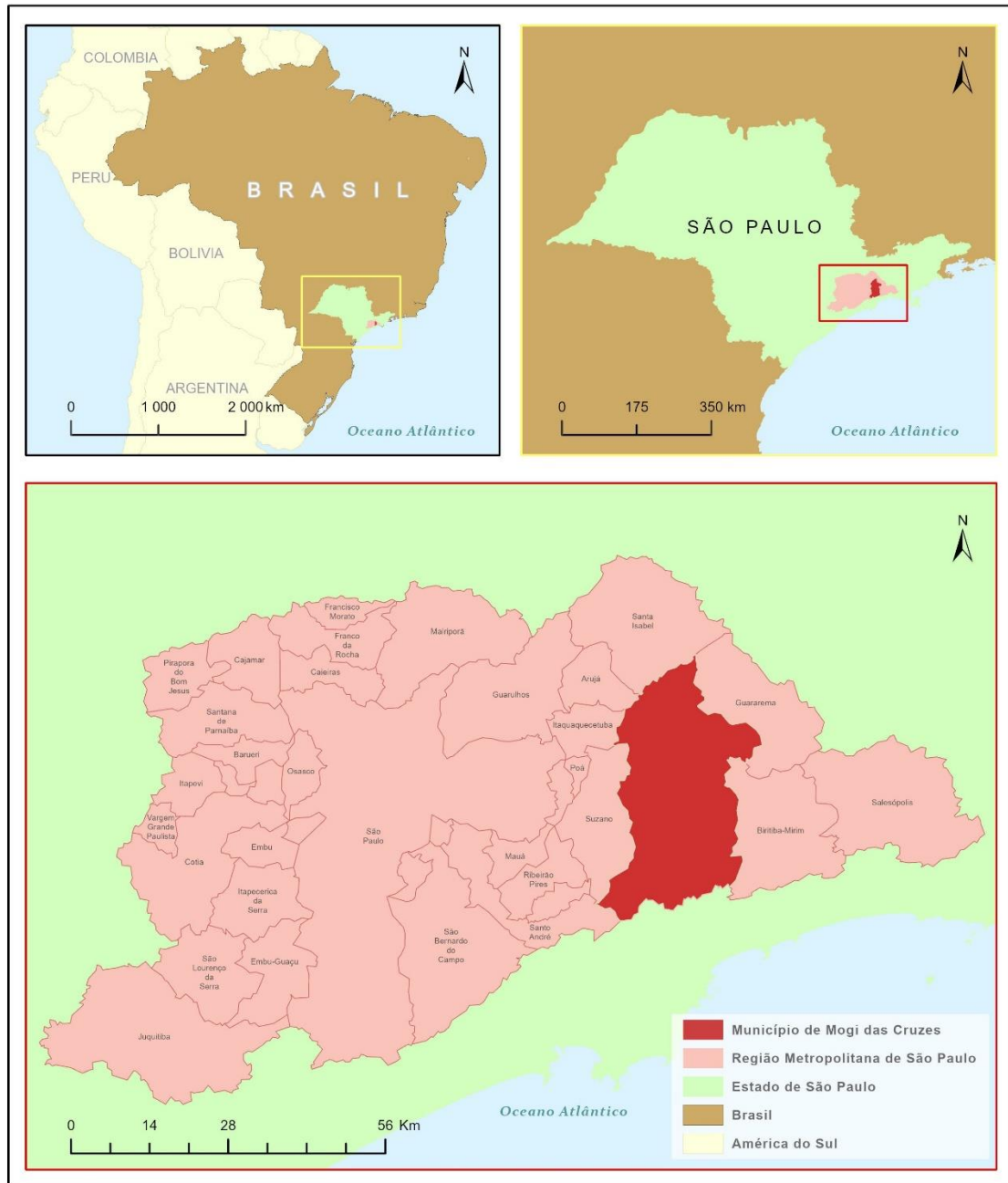


Figura 4 - Localização do município de Mogi das Cruzes - SP

A história dos japoneses e seus descendentes na região do Alto Tietê teve seus primeiros registros a partir do ano de 1915. O pioneirismo da ocupação nessa localidade estava associado tanto à atividade econômica desenvolvida naquele período voltada para a produção de carvão, quanto aos preços daquelas terras que se mostraram muito mais baratas e acessíveis em comparação à porção cafeeira do Oeste Paulista. Um dos principais articuladores na vinda de mais japoneses para a região de Mogi das Cruzes foi o doutor Sentaro Takaoka. Esse médico enviado a mando do governo do Japão, em

1917, teve a missão de dar a assistência necessária às colônias japonesas que se instalavam no Brasil. O sucesso de sua empreitada gerou posteriormente uma homenagem do município nomeando uma escola no Bairro de Cocuera com seu nome: Escola Estadual Doutor Sentaro Takaoka (Hirata, 2005).

A década de 30 serviu basicamente para a consolidação da comunidade nipônica nas cidades da região do Alto Tietê. O caminho que ligava a cidade de São Paulo ao Rio de Janeiro, até então a capital do país, recebeu uma ferrovia chamada Estrada de Ferro Central do Brasil e os bairros e municípios ao longo desse caminho foram ocupados por essa comunidade. A Tabela 5 destaca o crescimento do número de japoneses que ocuparam as cidades e localidades da região, com destaque para os municípios de Suzano e Mogi das Cruzes.

Tabela 5 – População japonesa nas localidades ao longo da Estrada de Ferro Central do Brasil do ano de 1930 a 1940.

Localidades	População japonesa		
	1930	1935	1940
Itaquera	30	65	110
São Miguel	10	10	20
Suzano	37	125	305
Mogi das Cruzes	91	240	325
Jacareí	2	30	75
Taubaté	5	15	20
Tremembé	8	10	25
Pindamonhangaba	5	8	15

Fonte: Niponjin Hattenshi, Tomo I, p. 400-1 apud Saito, 1961, p. 144.
Extraído de Hirata (2005, p. 62).

O diferencial para que a comunidade pudesse se desenvolver na região foi o fato de muitos dos imigrantes que resolveram se instalar nas localidades terem a possibilidade de se tornar proprietários de terras em virtude do baixo preço praticado pelos moradores da época, o que tornou essa área muito atrativa. Ora esse fator não ocorria com tanta facilidade no Oeste Paulista que já estava em boa parte ocupado por fazendas de café.

No momento da chegada dos japoneses, Mogi das Cruzes já mantinha características urbanas com centros industriais e comerciais. A alternativa foi buscar algumas áreas mais afastadas da cidade e assim a comunidade nipônica desenvolveu

suas atividades agrícolas nas áreas periféricas ainda pouco exploradas. O registro das primeiras famílias nesses bairros periféricos correspondente a: primeiramente à família Susuki, em Cocuera, no ano de 1919; depois a família Nishie se instalou em Porteira Preta, em 1920; em 1924, as famílias Honda e Meiuja habitaram o bairro de Botujuru; e deram início assim ao processo de ocupação dos imigrantes japoneses em Mogi das Cruzes (Hirata, 2005). Detecta-se assim um processo de “instalação por contágio” que resulta dos próprios contatos entre os imigrantes japoneses na região, verificando-se que a instalação dos primeiros fornece informação e apoio aos seguintes que, por sua vez, atraem ainda mais famílias.

A chegada desses japoneses impactou fortemente a maneira como se praticava a agricultura local em virtude das suas experiências trazidas do Japão. A habitual prática da monocultura teve uma transformação, passando-se a realizar uma agricultura em pequenas propriedades, com diversidade de vegetais e com o propósito de subsistência. A comunidade japonesa introduziu o uso de novas tecnologias além de novas técnicas de plantação. Esse período coincidiu com o aumento da demanda por alimentos que São Paulo e Rio de Janeiro necessitavam para abastecer sua população que passava por um crescimento demográfico acelerado. A localização estratégica entre esses dois grandes centros urbanos, além da facilidade de escoamento pelas vias férreas renderam às comunidades agrícolas da região um forte crescimento econômico e uma ascensão social (Hirata, 2005).

Com o tempo, a comunidade japonesa percebeu que o clima úmido da região serrana onde estava localizado o Alto Tietê seria ideal para a produção de hortaliças. A alta produção desses alimentos transformou a região em uma espécie de cinturão verde que abasteceu a cidade de São Paulo durante décadas. Atualmente, esse tipo de produção agrícola ainda é o que predomina juntamente com a produção de cogumelos, fruticultura e floricultura, introduzidas posteriormente. O desenvolvimento da comunidade junto à atividade agrícola fez surgir uma forte cooperativa de produtores agrícolas japoneses no município de Mogi das Cruzes. O primeiro encontro entre os produtores foi no bairro de Cocuera, no ano de 1931, com o intuito de proteger seus negócios, facilitando as negociações com intermediários e consumidores finais, bem como garantindo o escoamento dos seus produtos. Em 1933, houve a consolidação dessa associação com a criação de um estatuto criado por uma assembleia com representantes da comunidade que deram início oficial a “Cooperativa de Produtores

Japoneses de Mogi das Cruzes”. A formalização dessa cooperativa ajudou tanto as famílias de agricultores que ainda mantinham dificuldade de comunicação na língua portuguesa como na aquisição de créditos bancários para a manutenção e expansão de seus negócios (Hirata, 2005).

4.3.2 O destaque do bairro de Cocuera para entrevistas em área rural

O bairro de Cocuera, localizado na porção leste do município de Mogi das Cruzes, faz fronteira político-administrativa com a cidade de Biritiba Mirim. Essa localização demarca a sua característica periférica em relação ao centro urbano da sua cidade que tem como uma das suas principais referências a Estrada Mogi-Salesópolis que corta parte do bairro. A colônia de Cocuera foi a primeira ocupação japonesa na região do Alto Tietê. O casal do senhor Shiguetoshi Suzuki e da senhora Fujie Suzuki formaram a primeira família a habitar a região, no ano de 1919. O sr. Suzuki, que havia realizado um curso de ensino superior na área de agricultura no Japão, iniciou a sua trajetória em terras brasileiras, junto de sua família, na cidade de Taquaritingua. O intuito era trabalhar no cafezal; entretanto o Departamento de Imigração determinou seu deslocamento para uma fazenda que tinha a produção de cebola como principal elemento. As condições de vida oferecidas não eram muito boas nessa fazenda o que levou a família a buscar alternativas e, então, Cocuera foi o local escolhido para um novo início (Hirata, 2005).

A importância histórica, que traz um sentido simbólico forte para a comunidade japonesa, quanto o significado e continuidade da população nipo-brasileira no bairro de Cocuera, em Mogi das Cruzes, justificaram a escolha desse bairro como o local para a realização das entrevistas *in loco* no âmbito rural. Portanto, os critérios fundamentais para a escolha deste bairro nesta cidade, consideram-se a distinção entre áreas rurais (caso de Mogi das Cruzes) e áreas urbanas, como categorias conceituais; a concentração de integrantes da comunidade nipo-brasileira na região; e o histórico de ocupação e fortalecimento de laços sociais e institucionais de descendentes japoneses no Brasil.

A distinção entre o que pode ser considerado área urbana e área rural terá como base o critério utilizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Esse órgão governamental classifica as áreas do território brasileiro, separando-as a partir de distritos chamados setores censitários. O setor censitário corresponde a uma unidade

territorial criada por esse órgão governamental com o objetivo de obter um registro cadastral de determinada área. O último Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi do ano de 2010. A população do município de Mogi das Cruzes foi contabilizada nas diferentes secções que o compõem. No quesito de situação domiciliar, foi contabilizado o total de 387.779 habitantes em Mogi das Cruzes, sendo 357.313 moradores de zona urbana e 30.466 pessoas moradoras de zonas classificadas como rurais (IBGE, 2012).

Contudo, algumas características qualitativas também podem determinar essa segmentação e complementar os elementos que formam o conceito de rural. Tais características como o modo de vida, as principais atividades econômicas desenvolvidas, a predominância da agricultura (Figura 5) como meio de subsistência e comercialização, as relações sociais próprias do ambiente rural, a paisagem campestre (figura 6) e uma menor “artificialização dos ecossistemas”, em comparação ao ambiente urbano (Marques, 2002, p.98).

O bairro de Cocuera se destaca como um dos bairros do município de Mogi das Cruzes com a maior presença de nipo-brasileiros na região, tanto para moradia como para trabalho. Os nomes das ruas (Figura 7 e Figura 8) e estradas do bairro ilustram esse histórico de ocupação e reconhecimento pela importância que a comunidade de imigrantes e descendentes japoneses.



Figura 5 – Plantação de hortaliças com sistema de irrigação.
Foto do autor do trabalho.



Figura 6 - Estrada não asfaltada do bairro de Cocuera.
Foto do autor do trabalho.



Figura 7 – Placa indicativa da entrada da Estrada Ichiro Konno.
Foto do autor do trabalho.



Figura 8 – Placa indicativa da entrada da Estrada Ritsuji Kayasima.
Foto do autor do trabalho.

4.4 O bairro da Liberdade como espaço de referência dos japoneses da cidade de São Paulo

O bairro da Liberdade, na cidade de São Paulo, foi o local escolhido para a realização das entrevistas *in loco* aos descendentes de japoneses das áreas urbanas. Aqui, tal como em Mogi das Cruzes, também é marcante e histórica a presença de nipo-brasileiros. Está localizado bem no centro da cidade, correspondendo a uma área totalmente urbanizada onde predomina o setor econômico de comércio e serviços.

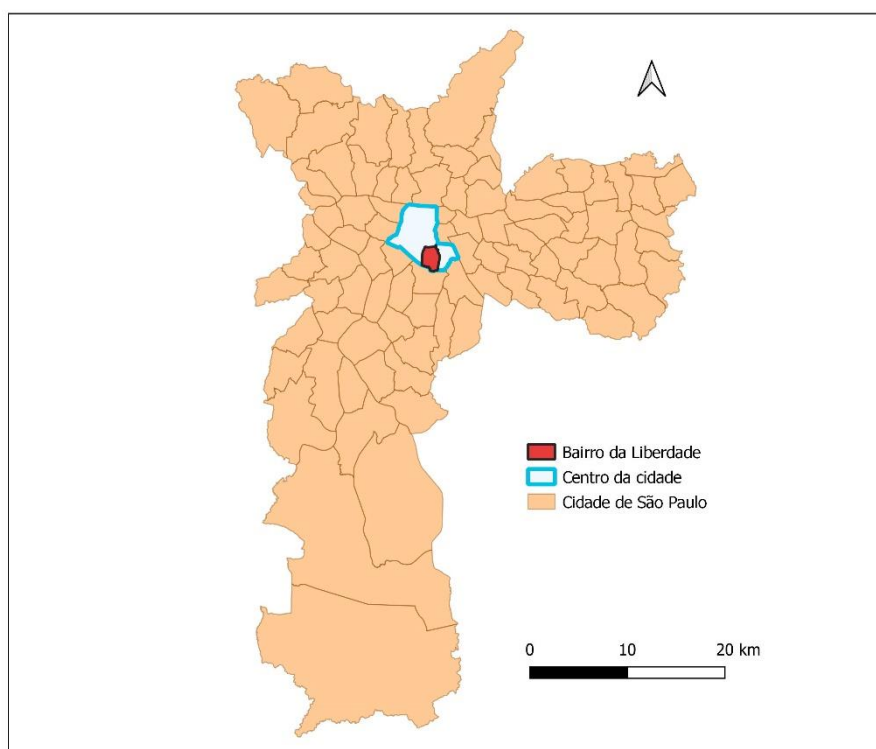


Figura 9 – Localização do Bairro da Liberdade no centro da cidade de São Paulo

A história do bairro está associada à própria história de desenvolvimento da cidade de São Paulo que ainda no século XIX era predominantemente rural. No final desse mesmo século inicia-se lentamente um processo de urbanização, que só se intensificou propriamente no século XX. O desenvolvimento da capital do estado ocorreu em virtude da alta produção de café no oeste paulista e no Vale do Paraíba. A intensificação da produção agrícola cafeeira também incentivou a criação da primeira

ferrovia do estado de São Paulo, a estrada de ferro São Paulo Railway, que ligava o interior paulista ao porto de Santos passando pelo centro da cidade de São Paulo. Como parte do crescimento, reorganização territorial e enriquecimento da cidade, no ano de 1905, a partir da Lei nº 975 de 20 de dezembro, ocorreu a divisão do antigo Distrito da Sé. Assim, o Distrito da Sé do Norte passou a se chamar apenas “Sé”, e o Distrito da Sé do Sul, deu origem ao bairro da “Liberdade” (Fantin, 2013).

Desde o início do século XX, esse território que viria a se chamar Liberdade, passou a se caracterizar como um bairro de predominância de pessoas imigrantes. Os primeiros a se instalarem foram italianos, espanhóis e portugueses que passaram a desenvolver atividades voltadas para o comércio e ofereciam serviços como motoristas, pintores, pedreiros, cabeleireiros, alfaiataria e outras. Outra característica marcante do bairro da Liberdade na época era a presença de diversas instituições voltadas para a ajuda às colônias imigrantes que chegavam ao país. Essas associações ofereciam tanto hospedagem quanto linhas de crédito para os imigrantes recém chegados. Com o estímulo do governo japonês para a grande massa imigratória destinada ao Brasil a partir do 1908, algumas famílias japonesas ficaram hospedadas no bairro. A maioria ficou pouco tempo e depois foi encaminhada para as fazendas de café no interior do estado. Já outra parcela muito pequena se estabeleceu no bairro da Liberdade ao conseguir se empregar na região, fixando suas moradias nos porões da rua Conde de Sarzedas. Foi nessa mesma rua que com o tempo esses japoneses desenvolveram seus próprios negócios com a abertura de pensões e de restaurantes. Tais empreendimentos aliados à instalação de um escritório da Companhia de Imigração *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (KKKK), em 1910, possibilitaram que outros japoneses tivessem a chance de trabalhar e morar na região. Adicionalmente, isto acabou por criar um contexto social propício ao auxílio a muitos imigrantes japoneses que foram chegando ao longo de décadas e não sabiam falar português, bem como aos que fugiam das fazendas de café. Foi somente a partir dos anos 1950 que a comunidade japonesa se espalhou de fato por todo o bairro da Liberdade, com seus integrantes se tornando proprietários de muitos imóveis (Fantin, 2013).

Atualmente, destacam-se as muitas referências japonesas no bairro, que incluem os nomes de ruas, de viadutos (Figura 9) e o próprio estilo arquitetônico de prédios. Ademais, podem ainda se encontrar designações dos estabelecimentos comerciais redigidas em idiomas de países asiáticos (japonês, coreano, chinês) com os seus

caracteres ideográficos (Figura 11). Isso acontece porque nas últimas décadas o bairro foi se transformando ao ponto de deixar de ser um espaço com ocupação quase exclusiva de japoneses e seus descendentes, passando a ser partilhado com outros asiáticos, o que manteve o caráter simbólico de ligação ao Extremo Oriente, mas justificou um processo de diversificação étnica que contribuiu para o cosmopolitismo e o enriquecimento cultural da cidade de São Paulo. Notam-se as diferenças, face à envolvente, tanto nos restaurantes, como na paisagem visual (marcada por elementos asiáticos) e sonora, esta última associada à multiplicidade de idiomas que se fala no bairro.

Não obstante as mudanças em curso, o bairro da Liberdade é ainda um espaço de referência para a comunidade japonesa de São Paulo, que ainda aí mantém algumas residências, assim como espaços de trabalho, para além de utilizar a sua oferta comercial para aquisição de bens e serviços. Tudo isto justificou que funcionasse como o espaço de referência para a realização de entrevistas em meio urbano.



Figura 10 – Viaduto Cidade de Osaka, homenagem aos imigrantes japoneses – Bairro da Liberdade.
Foto do autor do trabalho.



Figura 11 – Estabelecimentos com faixadas escritas em idioma de origem asiática – Bairro da Liberdade
Foto do autor do trabalho.

4.5 Análise das entrevistas

A partir dos elementos analisados nas entrevistas foram elaborados dois quadros comparativos que formam perfis identitários de brasileiros descendentes de japoneses no Brasil. Os quadros revelam as tensões identitárias predominantes, considerando quatro dimensões analíticas distintas: o gênero, patente na Tabela 6, e a escolaridade, idade e tipo de habitat, que, por estarem muito interligados, são considerados de forma conjugada na Tabela 7. Portanto, a partir das entrevistas foi possível realizar uma sistematização das respostas com base nas dimensões analíticas fundamentais sublinhando os elementos comuns predominantes.

Tabela 6 – Respostas predominantes dos entrevistados de gênero feminino e gênero masculino

	Feminino	Masculino
Auto-identificação (dominante)	Brasileira	Brasileiro; paulistano; descendente de japoneses.
Número de gerações no Brasil	2ª e 3ª gerações (filhas e netas de imigrantes).	2ª e 3ª gerações (filhos e netos de imigrantes).
Cônjuge (sim ou não; nipo-brasileiro ou não)	Metade sim, metade não. Com cônjuge nipo-brasileiro.	Metade sim, metade não. Com cônjuge não nipo-brasileira.
Visitas ao Japão/esteve imigrado no Japão?	Metade sim, metade não.	Sim.
Avaliação da experiência no Japão - sentimentos.	Sofreu bullying por ser brasileira; Não demonstrava a sua origem brasileira, lá agia apenas como japonesa.	Positiva; mas prefere morar no Brasil pois é necessário trabalhar muitas horas no Japão.
Língua utilizada em família	Japonês com os pais e português com os filhos.	Japonês com os pais e português com os filhos.
Lugar ou lugares de identificação (cidade, região, país).	Brasil; cidade de nascimento e residência.	Brasil; cidade de nascimento e residência.
Ligação à comunidade japonesa no Brasil – Intensidade (fraca, média, forte); práticas que faz com a comunidade e sua frequência.	Média. Associação dos agricultores; comércio de produtos alimentares japoneses; atrações turísticas para público japonês e descendente.	Média. Associação dos agricultores; Judô; e frequência em escolas japonesas na infância.
Avaliação das relações com “outros” brasileiros – boas, normais, más. Experiências de rejeição – sim, quando, quais.	Normal, não percebe a diferença de tratamento.	Normal, não percebe a diferença de tratamento.
Sentimentos de identidade – brasileira, japonesa, nipo-brasileira. Existência de conflitos identitários e dúvidas?	Brasileira com raiz japonesa.	Brasileira misturada com japonesa.
Percepção sob a forma como os “outros” brasileiros o enxergam e enxergam os nipo-brasileiros em geral.	Brasileira normal; e atração sexual fetichizada da imagem da asiática que é exotizada.	Brasileiro; associados a boas condições financeiras; Japonês.
Noção de América Latina dominante	Países da América do Sul; ex-colônias; língua espanhola; ritmo das músicas e danças. Muitas referem não ter conhecimento do assunto e não dão resposta.	Países da América do Sul; ex-colônias, com história e elementos econômicos e de desenvolvimento comuns; países não tão desenvolvidos x desenvolvidos;
Semelhanças/diferenças entre Brasil e outros países do continente (elementos dominantes)	Semelhanças: Continente América; colonizados por países ibéricos; fazem amizades facilmente; Povos indígenas originários. Diferenças não reportadas. Muitas referem não ter conhecimento do assunto e não dão resposta.	Violência; ditaduras militares; miscigenação com povos indígenas originários; a estrutura das cidades. Poucas diferenças destacadas.
Já visitou ou teve contato com outros países da América Latina	Metade sim, metade não.	Metade sim, metade não.
Sentimento de identidade latino-americana. Existe? Como se expressa. Sente-se latino-americano? Em que medida.	Metade se sente latina, “jeito latino” já está incorporado. Outra metade não se sente latino-americana apesar de afirmar que o Brasil faz parte da América Latina. Muitas referem não ter conhecimento do assunto e não dão resposta.	Sim. Se sente mais brasileiro, mas tem o sentimento latino-americano por considerar um “automatismo” (decorre de ser brasileiro).
Perspetivas da “latinidad” (dominantes)	Falantes de espanhol e ex-colônias espanholas; países da América do Sul. Muitas referem não ter conhecimento do assunto e não dão resposta.	Países da América do Sul; danças; cultura de origem espanhola; Países não tão desenvolvidos; aspectos políticos e sociais parecidos.
Importância de uma América Latina	Positivo pela integração de diferentes países. Muitas referem não ter conhecimento do assunto e não dão resposta.	O senso de comunidade e união existente no continente. Muitos não opinaram a respeito.

Percebe-se na Tabela 6 a presença de duas tensões identitárias predominantes que merecem destaques para análise nessa secção: Primeiramente, uma envolvendo o conflito entre a identidade japonesa e a identidade brasileira; a segunda tensão

identitária ocorre quanto ao sentimento de identidade latino-americana nessa comunidade. Esses dois pontos refletem bastante das bases constituidoras das identidades de ambos os gêneros analisados. A primeira tensão fica bem evidenciada ao se verificar a resposta dominante no campo de auto-identificação, já que o ser brasileiro ou brasileira foi de fato uma afirmação categórica e majoritária. Contudo, apesar dessa necessidade de reforçar a ideia de que são brasileiros, verifica-se nesse mesmo campo uma componente adicional que corresponde à emergência dos elementos de identidade japoneses, sobretudo no caso das respostas masculinas. Efetivamente, os indivíduos do sexo masculino se consideram, em diversos casos, também descendentes de japoneses, o que acaba por originar uma identidade hifenizada que corresponde à categoria nipo-brasileiro (brasileiro misturado com japonês). Portanto, os dois gêneros apresentam predominantemente diferentes percepções quanto à relação entre suas origens japonesas e brasileiras. Por exemplo, o entrevistado 7 se auto-identifica como “*brasileiro descendente de japonês. Educação aqui no Brasil, e com a raiz oriental*”. Mostra essa característica de afirmação de sua nacionalidade, mas também apontando que há traços orientais na sua composição. Curioso notar a continuação da auto-identificação desse mesmo entrevistado que afirma em determinado momento da conversa: “*sou mais brasileiro que você*”, ao mesmo tempo que também faz questão de afirmar que sua família vem de Okinawa, e não do Japão. Isto serve de exemplo para mostrar que a questão de auto-identificação no gênero masculino se mostra muito mais naturalizada a partir do reconhecimento de suas origens, abrem-se caminhos para a introdução de outros elementos característicos e mais específicos de sua auto-identificação que vão para além de ser somente brasileiro. Essas pessoas além de aceitarem e respeitarem suas origens orientais convivem ao mesmo tempo com a sua vertente identitária e cultural brasileira.

No gênero feminino o que se observa é uma relação de sobreposição de identidades. Ou seja, na relação entre a identidade brasileira e a japonesa ao invés de haver uma mistura dessas culturas na sua identidade, o que transparece é a afirmação mais convicta de uma ou de outra; a lógica da identidade hifenizada atenua-se, sendo menos frequente. Essas mulheres, em determinados espaços se apresentam como japonesas e são enxergadas como japonesas e em outros locais como brasileiras. Como exemplo, a entrevistada 20, afirmou: “*Sou brasileira! Só que eu tenho dupla nacionalidade. A japonesa no Japão, lá não posso dizer que não sou japonesa. E aqui*

sou brasileira.” Então, nota-se esse caráter de reconhecimento tanto da identidade brasileira quando da identidade japonesa mas esse processo de hibridez cultural não se apresenta totalmente naturalizado. Outro ponto de destaque nas diferenças desse conflito entre Brasil e Japão especificamente para as nipo-brasileiras está na forma como os outros brasileiros do gênero masculino as enxergam. Persiste nas relações amorosas um objetivo masculino de realização de um desejo sexualizado na figura imaginária da asiática. A entrevistada 1 relata: *“Porque existem alguns homens que têm aquilo que as pessoas chamam de yellow fever, tipo uns caras que têm fetiche por asiática, sabe?”*. Essa maneira como os brasileiros não descendentes de japoneses enxergam as mulheres nipo-brasileiras também é notado na fala da entrevistada 4: *“eles dizem: nossa, eu nunca beijei uma japonesa... A forma como que eles me abordavam era uma coisa como se eu fosse um coisa muito exótica. Muito diferente, sabe?”*. Emerge assim um fator de hétero-reconhecimento que leva a que as mulheres de ascendência japonesa tenham consciência da sua identidade asiática a partir de processos de exotização impostos de fora, sobretudo por elementos do sexo masculino com origens não japonesas.

Em compensação, a imagem do gênero masculino para o restante da população brasileira está muito mais relacionada com o fator econômico e social. O entrevistado 9, por exemplo, afirma: *“Somos mais visados pelos bandidos, por considerarem que são bem sucedidos financeiramente por ser de família japonesa.”* Portanto, essa suposição de sucesso direcionado para esse grupo está ligada tanto com a ascensão socioeconômica de algumas família nipo-brasileiras em território brasileiro mas também com a própria imagem do Japão como uma potência econômica e tecnológica de sucesso no pós Segunda Guerra Mundial.

Interessante também notar a sutileza que diferencia a dominante resposta do gênero feminino e do gênero masculino quanto aos seus sentimentos de identidade brasileira, japonesa e/ou nipo-brasileira. As nipo-brasileiras afirmaram predominantemente serem brasileiras com raiz japonesa, já os nipo-brasileiros afirmaram ter uma identidade brasileira misturada com japonesa. Nota-se, como referimos, um sentimento cultural mais híbrido no gênero masculino (o que proporciona identidade hifenizada mais explícita) do que o apresentado nas respostas do gênero feminino, apesar do reconhecimento do fenótipo ser asiático. A entrevistada 10, ao ser

questionada sobre os sentimentos identitários responde categoricamente: *“É brasileira! Porque tenho só cara de japonesa, mas nasci aqui”*.

Neste domínio, uma última nota para o fato de algumas mulheres e de alguns homens tomarem como elemento de referência identitário a sua cidade natal. Sobretudo no caso das pessoas de São Paulo (os paulistanos). Por Exemplo, o Entrevistado 2 afirma: *“Sou cidadão paulistano suburbano”*. Essa afirmação nos revela o caráter já bem incorporado desse descendente japonês dentro da comunidade brasileira. Ou seja, apesar de se reconhecer como brasileiro, tem incorporado na sua identidade uma questão regional dentro do Brasil, o que revela que a necessidade de se auto afirmar brasileiro já não é tão preponderante ou necessária; de algum modo, seria como afirmar o óbvio. Nestes casos, a escala geográfica de referência identitária desloca-se do nível do país (Brasil; Japão) para o nível da cidade, sendo sobretudo evidente quando esta proporciona uma marca identitária significativa e reconhecível, como acontece com São Paulo.

Ao analisar a segunda vertente de tensão identitária revelada ainda no quadro da Tabela 6, correspondente ao sentimento latino-americano, constata-se que esse assunto é de certa maneira encarado como uma reflexão secundária. Esse tema e sentimento de ser latino-americano não surge em momento algum como primeira auto-identificação dos entrevistados mas é encarado predominantemente de forma aceitável. O entrevistado 9, por exemplo, ao ser perguntado sobre seu sentimento de identidade latino-americana, responde: *“Sim, de certa forma sim, por ser brasileiro, né?”*. Portanto, é algo que quando questionado é aceite com certa tranquilidade mas que não surge em nenhum dos entrevistados como uma identificação espontânea e essencial ao se auto apresentarem. De algum modo, surge como uma consequência “normal” da condição de ser brasileiro (ou nipo-brasileiro), isto é, nacional de um país da América do Sul, não gerando um sentimento de identificação que esteja “naturalizado” ou sobre o qual se reflita. Efetivamente, a parte da entrevista direcionada para tal assunto, evidencia que os respondentes de ambos os gêneros apontaram predominantemente um entendimento voltado para os países da América do Sul como sendo basicamente sinônimo de América Latina. Os países da América Central, do Caribe e o México raramente foram citados de forma direta.

Na análise das respostas do gênero masculino e nas perspectivas de “latinidade” que referem, são privilegiados predominantemente aspectos econômicos e políticos. Isso

ocorre na apreciação masculina das semelhanças entre os países da América Latina, ao identificarem elementos como a estrutura das cidades, um com ditaduras militares, e classificarem os países integrantes como não tão desenvolvidos quanto outros países do Norte. O entrevistado 13 ao ser questionado sobre o assunto faz uma reflexão: *“europeu é mais desenvolvido que a gente, não é? Então eles veem que temos um nível mais abaixo que o deles”*. Para além dessas referências, os respondentes do gênero masculino revelaram que predominantemente a sua identidade latino-americana é supletiva, tendo a identidade brasileira marcadamente como dominante. O entrevistado 15 chega a afirmar sobre o sentimento identitário: *“Latino-americano não sei, mas brasileiro eu sou”*. Ou seja, poderiam até chamar ele de latino-americano eventualmente, mas sempre se afirmará brasileiro. Isto mostra que embora ocorra uma identificação do Brasil com a América Latina, o sentimento expresso revela claramente elementos de diferenciação interiorizados que conduzem para que a identidade brasileira prevaleça e seja explícita e a latino-americana seja consequente e mais difusa.

Analisados os mesmos aspectos nas respostas dadas pelas mulheres, o elemento cultural e de certa maneira sentimental prevalece mais na sua conexão com a “latinidade”. Aparecem como destaques de semelhanças desses povos: o “jeito latino”; a língua espanhola; os ritmos musicais e danças; e a facilidade de fazer amizades. Portanto, privilegia-se a proximidades entre os latino-americanos a partir das suas expressões corporais, sociais e culturais. Quanto ao sentimento latino-americano, nota-se um traço identitário de ambivalência. Uma parcela das entrevistadas enfrenta esse tema como uma não-questão, ou seja, não reconhecem ou associam tal problemática identitária latino-americana como um elemento comum da sua realidade cotidiana ou da sua auto-concepção. Em contrapartida, outra parte das entrevistadas tem o entendimento de que por serem brasileiras, estão enquadradas no grupo classificado como latino-americanos, o que evidencia uma aproximação à ideia dominante entre os homens. A entrevistada 14 faz uma interessante reflexão acerca do assunto ao relacionar seus sentimentos identitários de raízes japonesas e brasileiras, quando perguntada sobre sua identidade latino-americana: *“não tem como falar que não tem o mesmo sangue, né? Embora a gente seja oriental. Mas a gente já se incorporou nesse espírito latino”* e complementa: *“a gente nasceu aqui então a gente já é brasileira mesmo, nem cogita falar que não é”*. Nota-se uma nítida negociação interna na composição da identidade

que ao ser questionada sobre essas diferentes vertentes culturais e muito pessoais acaba não sendo tão fácil de se conceber.

Tabela 7 – Respostas predominantes dos entrevistados por hábitat, idade e nível de escolaridade.

	Grupo A - Rural, maiores de 60 anos, sem ensino superior	Grupo B - Urbano, menores de 35 anos, com ensino superior
Auto-identificação (dominante)	Brasileiro(a) ou não quis (ou não soube como) se auto identificar e poucos disseram descendente/ <i>nissei</i> .	Brasileiro(a); descendentes de japoneses ou oriundos de alguma região brasileira.
Número de gerações no Brasil	2ª e 3ª geração (filhos e netos de imigrantes), sendo a 2ª predominante.	2ª, 3ª e 4ª gerações (filhos, netos e bisnetos de imigrantes), sendo a 3ª predominante.
Cônjuge (sim ou não; nipo-brasileiro ou não)	Sim. Maior parte com cônjuge não nipo-brasileiro.	Não
Visitas ao Japão/esteve imigrado no Japão?	Sim	Metade sim, metade não.
Avaliação da experiência no Japão - sentimentos.	Experiência positiva mas prefere morar no Brasil pois no Japão são muitas horas de trabalho.	Positiva. Foi marcante o tratamento diferente por serem brasileiros.
Língua utilizada em família	Japonês com os pais e português com cônjuge e filhos.	Português
Lugar ou lugares de identificação (cidade, região, país).	Okinawa (Japão); Mogi das Cruzes; cidades de nascimento no interior de São Paulo.	Suas respectivas cidades de nascimento no Brasil.
Ligação à comunidade japonesa no Brasil – Intensidade (fraca, média, forte); práticas que faz com a comunidade e sua frequência.	Forte – eventos festivos da comunidade japonesa e participações na Associação Japonesa de Agricultores do bairro de Cocuera.	Fraca/Média – Prática de judô e comércio de alimentos japoneses.
Avaliação das relações com “outros” brasileiros – boas, normais, más. Experiências de rejeição – sim, quando, quais.	Normal, nenhuma rejeição relatada.	Normal, nenhuma rejeição relatada.
Sentimentos de identidade – brasileira, japonesa, nipo-brasileira. Existência de conflitos identitários e dúvidas?	Mais brasileiro do que japonês. Maioria se sente pertencente a duas culturas.	Brasileiros com sangue japonês; brasileiro misturado com japonês; brasileiros descendentes de japoneses.
Percepção sob a forma como os “outros” brasileiros o enxergam e enxergam os nipo-brasileiros em geral.	A maioria é vista como qualquer outro brasileiro; alguns são tratados como japoneses no Brasil.	A maioria é vista como qualquer outro brasileiro; mestiço; misturado; atração sexual fetichizada da imagem da asiática que é exotizada (mulheres)
Noção de América Latina dominante	Países da América do Sul; ex-colônias europeias; histórico de ditaduras e de desenvolvimento comuns entre os países. Muitos referem não ter conhecimento do assunto e não dão resposta.	Países da América do Sul; mesma origem do idioma latino e espanhol; ex-colônias espanholas com história e elementos econômicos e de desenvolvimento comuns; histórico com povos indígenas originários.
Semelhanças/diferenças entre Brasil e outros países do continente (elementos dominantes)	Semelhanças: cultural; na língua; vestimenta; mesmo segmento histórico e político. Diferenças: um maior respeito com povos indígenas originários e mais acolhedores dos outros países; sócio-econômica. Muitos referem não ter conhecimento do assunto e não dão resposta.	Semelhanças: orientações políticas, população miscigenada, origem da língua latina; histórico colonial e de povos originários; tipo de natureza presente no território e localização geográfica. Diferenças: culturais; idiomas. Muitos não identificaram muitas diferenças.
Já visitou ou teve contato com outros países da América Latina	Não visitaram e alguns tiveram contato no Brasil e no Japão.	Sim, já visitaram outros países.
Sentimento de identidade latino-americana. Existe? Como se expressa. Sente-se latino-americano? Em que medida.	Sim, se sentem pois acreditam que é automático, se é brasileiro também é considerado latino-americano. Muitos referem não ter conhecimento do assunto, portanto, não se sentem latino-americanos.	Sim, se sentem. Apesar de muitos destacarem que se sentem mais brasileiros do que latino-americanos.
Perspetivas da “latinidade” (dominantes)	Alegria, união e povo feliz. Muitos referem não ter conhecimento do assunto e não dão resposta.	Idioma espanhol; ritmos musicais e danças alegres; países da América do Sul; menor nível de desenvolvimento.
Importância de uma América Latina	A integração de povos de nacionalidades diferentes. Muitos referem não ter conhecimento do assunto e não dão resposta.	O senso de comunidade e união existente no continente. Muitos não opinaram a respeito.

A Tabela 7 combina três elementos que se assemelharam na análise das respostas às entrevistas, traduzindo uma comunalidade nas categorias associadas em cada uma das colunas do supracitado quadro. Em termos concretos, esses elementos correspondem a categorias dicotômicas e são: o nível de escolaridade (com ou sem a realização de algum curso de ensino superior); a idade (menores de 35 anos de idade e maiores de 60 anos); e o seu local de hábitat (área rural ou área urbana). A coincidência das categorias permitiu agrupar as respostas em dois grupos analíticos: i) mais velhos, menos instruídos e localizados no espaço rural e ii) mais jovens, com instrução superior e localizados no espaço urbano.

Tendo em consideração esta organização, a análise das entrevistas, sintetizada na Tabela 7, segue um padrão comparativo cuja lógica é idêntica à efetuada para o quadro anterior. Foi analisada a tensão identitária predominante entre a identidade japonesa e a identidade brasileira e, posteriormente, colocado um segundo foco na relação com o sentimento de latino-americano.

A primeira consideração reside no fato de ambos os grupos selecionados terem como auto-identificação dominante ser brasileiro ou brasileira. O impacto da cultura nacional na formação das suas auto-identidades é marcante e sentido quase por unanimidade, a não ser naqueles que não souberam como se auto-identificar. A primeira distinção entre os grupos acontece, também, na categoria de auto-identificação desse quadro da Tabela 7. Os membros do grupo A, quando afirmam ser descendentes de japoneses, fazem tal afirmação se auto-identificando como *nissei* (termo japonês frequentemente utilizado entre os mais velhos), ainda que a maioria fizesse sobretudo questão de afirmar seu sentimento brasileiro. Adicionalmente, surge a indicação de Okinawa como local específico de identificação, ou seja, a origem local da sua família no Japão ainda está presente, aparecendo com um elemento ainda remanescente da sua memória afetiva. Por exemplo, o entrevistado 7 se auto-identificou: “...*descendente de japonês. Educação daqui do Brasil. E com a raiz oriental, né? Ligado a Okinawa. Porque o pessoal de Okinawa é diferente do Japão, né?*”.

Já no Grupo B, das pessoas mais novas, muitos especificaram sua auto-identidade relacionando-a com suas cidades natais dentro do Brasil, o que mostra uma relação muito mais intrínseca com o espaço brasileiro, aqui considerado a um nível mais específico, abaixo do país. Neste grupo, as ligações afetivas com as origens orientais de seus antepassados não são, portanto, tão presentes como acontece no grupo A, onde se

verifica uma proximidade familiar de 1º e 2º grau com os imigrantes nipônicos, uma vez que se trata predominantemente de filhos de japoneses que receberam diretamente dos progenitores parte da cultura de sua terra natal. Essa diferença vai dar origem a um uso relativamente frequente da língua japonesa, sendo este idioma utilizado conjuntamente com o português no ambiente familiar, pois a interação com as gerações mais velhas era efetuada em japonês, enquanto os diálogos com filhos e cônjuges privilegiavam o português. O entrevistado 13, que morou em uma colônia organizada por japoneses no território brasileiro, revela que seu contato com falantes de português foi tardio: “...no tempo dos meus avós. Eu nasci falando japonês, porque não tinha muito brasileiro”. Relativamente aos integrantes do grupo B, pelo contrário, o distanciamento das novas gerações faz com que esses descendentes tenham o português como língua materna e o utilizem de modo praticamente exclusivo. Os poucos casos de elementos deste grupo que ainda falam japonês resultam de uma atitude proativa que os levou a buscar esse conhecimento por vontade própria e não de uma aprendizagem geracional ocorrida no seio da família.

Podemos ainda destacar a forte ligação dos entrevistados do Grupo A à comunidade japonesa no Brasil, através da sua participação mais ativa e constante em associações de agricultores e eventos onde os intervenientes são predominantemente japoneses ou descendentes. Em compensação, os integrantes do Grupo B registram uma intensidade fraca a moderada no seu envolvimento nas organizações e atividades ligadas à comunidade nipônica no Brasil, voltando-se antes para práticas de origem japonesa (artes marciais e culinária do Japão) mais mercadorizadas e difundidas na sociedade, cuja adoção ultrapassa largamente os descendentes desta população. Mesmo assim, há que destacar este “elo mais fraco” dos respondentes do grupo B em relação à manutenção ou mesmo recuperação dos elementos de identidade japonesa, o que evidencia um esforço por recuperar, ou pelo menos entender melhor, as origens familiares. Como comenta o entrevistado 2 comenta: “O judô acho que foi o resgate de uma cultura oriental. De alguma maneira eu sentia que estava dentro de mim, mas que eu não tinha muito acesso pelo fato de eu ver que a minha vida não tem muito a ver com a cultura oriental. Na minha casa a gente não fala japonês, a gente não tem o hábito de comer e criar receitas japonesas, enfim. A nossa ligação com o lado japonês é mais pelo lado familiar, indo na casa da minha avó, que também foi uma pessoa que não carregou tão forte as tradições. Se perguntar para minha avó se ela prefere sushi

ou feijoada, ela prefere feijoada". Verifica-se assim que essas pessoas mais jovens da área urbana mantêm um sentimento de identidade eminentemente brasileiro ao qual acrescentam a ideia do "com sangue japonês", que remete para uma "mistura" com japonês ou simplesmente para a sua condição de descendentes. Revela-se assim a aceitação de uma condição muito mais híbrida e interiorizada de suas identidades culturais em relação grupo A de gerações anteriores, o que reflete a ideia de identidade hifenizada, embora esta seja assimétrica porque o elemento brasileiro emerge com mais força do que o japonês, embora sejam ambos reconhecidos.

Por fim, o Grupo A apesar de exaltar seu sentimento brasileiro respeita e se sente pertencente à cultura japonesa também. As suas experiências em terras japonesas são distintas por terem na maioria ido com objetivos de trabalho, guardando más recordações desta modalidade que lhes exigia muitas horas de esforço, apesar de afirmarem que as memórias desses períodos de emigração no Japão ancestral são positivas. Essas pessoas tiveram também o privilégio de vivenciar as transformações na forma como os outros brasileiros tratavam a sua comunidade, e que conheceu momentos de ostracização e rejeição, evoluindo depois, até que o Entrevistado 14 lembrou, por exemplo, um fato da época da Segunda Guerra Mundial: *Não foi bem na segregação racial. Então, falavam que o japonês tinha começado a guerra, então de fato o japonês era o vilão da história*". Uma aceitação bastante generalizada de uma identidade nipo-brasileira hifenizada. Contudo, afirmou no decorrer da entrevista que hoje em dia se sente muito mais aceite e integrado na sociedade brasileira. Ainda sobre esse episódio histórico, o entrevistado 11 confirmou a questão da dificuldade de se manter falando o idioma japonês no Brasil: *"Teve o negócio de guerra lá. Aí não podia falar em japonês mais. Tinha que falar em português"*.

O Grupo B, da geração dos mais novos, apresentam um padrão contrário em termos do perfil sociodemográfico e de respostas em relação ao Grupo A, em diversos aspectos. Essa geração mais jovem é composta em boa parte por netos ou até mesmo bisnetos dos imigrantes japoneses. Predominantemente não são casados, e metade deles já tiveram a oportunidade de visitar ou morar no Japão. Contudo, o que se nota é que a condição em que essas pessoas mais novas visitaram o Japão foi bastante diferente da situação e dos objetivos que levaram a geração do Grupo A àquele país. Boa parte dos entrevistados do Grupo B que visitaram ou viveram no "país do sol nascente" estavam na condição de turistas ou de jovens visitantes em idade escolar, pelo que, suas

avaliações quanto às experiências ocorridas serão mais de aceitação no grupo de amigos do que de relações de trabalho, embora nem sempre tudo tenha ocorrido de modo fácil. Por exemplo, a entrevistada 1 relata sobre sua experiência no Japão quando frequentou o colégio do país: “...falavam muito do ijime, seria como se fosse um bullying com brasileiros. Morria de medo disso”.

A segunda parte do quadro da Tabela 7 permite analisar o modo como o sentimento latino-americano é reconhecido e experienciado pelos dois grupos de descendentes de japoneses entrevistados, emergindo um conjunto de semelhanças e diferenças nas respostas dadas. Neste caso, a influência do nível de escolaridade nas respostas foi muito mais evidente, uma vez que o menor conhecimento e o reconhecimento da América Latina parecerem inibir o discurso dos menos escolarizados, apontando também para um maior afastamento em relação ao conceito e ao que ele pode gerar em termos de sentimentos identitários.

Efetivamente, o Grupo A, com uma idade mais avançada e predominantemente com menor nível de escolaridade, tem recordações de ditaduras que envolveram o Brasil e os países vizinhos, relacionando a sua noção de América Latina aos países da América do Sul que foram ex-colônias europeias e que registram um patamar de desenvolvimento comum. Ademais, uma parte relevante desses entrevistados deixou claro que essa temática não era do conhecimento deles, pois poucos tiveram a oportunidade de conhecer os outros países latino-americanos, os contatos com as pessoas desses países foram bastante limitados, diversos não se recordam de ter estudado os países vizinhos do Brasil e, na maioria dos casos, esse tema nunca fez parte nem do seu cotidiano, nem da sua vida. As suas perspectivas de “latinidade” estão associadas com a alegria, união e felicidade que esses povos demonstram ter além de serem povos acolhedores. Verifica-se, portanto, ou uma ausência ou afastamento em relação à ideia ou uma demonstração mais afetiva, de empatia e sentimentos diretos, do que respostas bem elaboradas e reflexivas em torno do conceito, dos sentimento e da adesão que este pode gerar. A entrevistada 20 ao ser questionada sobre seu sentimento latino-americano afirma: “*latina porque eu convivi com peruano, boliviano, com o pessoal lá, e o peruano é mais ou menos igual nós assim*”. Esse contato com pessoas dos países vizinhos ocorreu durante a sua experiência no Japão. Sobre a América Latina, ela ainda acrescenta: “*Aqui é muito bom. Bom assim, no ambiente, assim de viver. Porque tem muita mata e o pessoal é muito aconchegante*”.

O Grupo B apresenta uma relação diferente tanto com os outros países considerados latino-americanos quanto ao sentimento identitário latino-americano. Isso ocorre porque muitos afirmam já ter visitado ao menos algum dos países da América Latina que são vizinhos do Brasil. A formação acadêmica mais avançada da geração da maioria dos integrantes desse grupo vai se refletir também no entendimento de semelhanças e diferenças entre o Brasil e os outros países da região. As semelhanças predominantemente apontadas são: orientações políticas, população miscigenada, origem da língua latina, tipo de natureza presente e localização geográfica. Nota-se, então que o vocabulário utilizado para descrever suas impressões sobre esse assunto é muito mais elaborado e reflexivo, incorporando conceitos mais complexos ditos de forma espontânea. São exemplos “miscigenação”, “orientação política” ou “localização geográfica”, entre outros termos recorrentes nas respostas dos integrantes do grupo B, o que denota um certo discurso ou mais elaborado, pensado e reflexivo, e não prioritariamente seus instintos afetivos e que foram característicos da informalidade e simplicidade que caracterizam as falas dos entrevistados do Grupo A.

Finalmente, cabe destacar o seguinte na análise das respostas predominantes no Grupo B relativamente ao sentimento latino-americano. A maioria dos entrevistados respondeu que se sente latino-americano, apesar de ser recorrente a reafirmação de se considerar mais brasileiro do que latino-americano. O entrevistado 2 por exemplo afirma que se sente latino-americano: *“porém não é a primeira coisa que eu vou falar, se você falar: o que você é? Sou latino-americano, não é. Mas dentro de umas coisas que eu sou sim. Eu posso dizer, eu sou latino-americano... A minha primeira identificação em relação a um grupo seria dizer que eu sou brasileiro”*. O mesmo entrevistado conclui que: *“eu acho que essa questão da nacionalidade ela vem antes da questão continental”*.

Em suma, embora os respondentes do Grupo B assumam uma atitude mais reflexiva e elaborada em relação à questão da identidade latino-americana, acabando, na maioria dos casos, por assumir a existência de um sentimento identitário relativamente a este espaço e ao seu conteúdo sociocultural, verifica-se que este não está naturalizado. De algum modo, tal como referimos a propósito dos respondentes do sexo masculino, existe uma aproximação ao sentimento identitário latino-americano, mas este não é pleno e imediato, surgindo como algo secundário e supletivo da condição de brasileiro.

5. Considerações finais

A globalização traz-nos frequentemente o fortalecimento de identidades locais e regionais em contraposição aos elementos homogeneizadores de um padrão mundial que tem como base a cultura dita ocidental, que basicamente se resume à cultura estadunidense e europeia ocidental (Hall, 2000). Esse revigoramento das identidades locais produz novas identidades, assim como novas territorialidades que estabelecem uma conexão entre povos que se sentem ameaçados ou depreciados pela difusão dessa cultura hegemônica. O sentimento latino-americano do século XXI, renasce ou se reproduz a partir de uma nova configuração que difere das particularidades do momento de surgimento dessa ideia e identidade. A atual América Latina é formada por uma multidiversidade cultural onde tais diferenças fazem a força da unicidade dentro desse espaço geográfico que se estabelece a partir do sentimento de pertença, mais ou menos explícito, dos cidadãos dos países que o integram. Esses latino-americanos são, entre outros, brasileiros, argentinos, colombianos e mexicanos, mas não somente se identificam a partir das suas nacionalidades, pois há grandes misturas étnicas de diversas origens, que incluem uma base indígena e intensas migrações, seus históricos de independência e composições fronteiriças e identitárias específicas como: brasiguaios, teuto-argentinos, afro-caribenhos, “porto-riquenhos-estadunidenses”, nipo-brasileiros, entre outros.

Surge assim a reflexão acerca da real possibilidade de se afirmar atualmente que diante dessa dialética das identidades, seja possível gerar uma única e exclusiva definição de identidade específica. Há que salientar que Stuart Hall (2000) é extremamente cuidadoso com o rigor dos termos que utiliza, tendo referenciado diversos exemplos que remetem de maneira implícita à noção territorial. No entanto, o autor em momento algum faz uma relação direta com o conceito de território na reflexão sobre identidades culturais. Emprega termos como estado-nação, identidades regionais, locais. Ou seja, sua preocupação é essencialmente com a fonte cultural das identidades, apresentando Hall (2000) diversas motivações para o sentimento de pertencimento, mas não agregando esse valor primordialmente em torno do pedaço de chão, da terra habitada de maneira concreta, mas sim, do valor abstrato e da representatividade que guardam esses lugares. Essa discussão parece em um primeiro

momento trazer algum tipo de contradição na reflexão ou até mesmo nos termos, mas na verdade nos revela o que há de mais essencial na territorialidade das identidades culturais. Mostra-nos a força existente no discurso, no sentimento, e não somente o que aparece arreigado ao solo ou contido nos limites político-administrativos. Se seguirmos essa ideia adiante e a concretizarmos no exemplo concreto do sentimento latino-americano, perceberemos que apesar da forte demarcação territorial associada à ideia (uma parte fixa do continente americano), na realidade esse fenômeno identitário poderá ocorrer em outras áreas do mundo onde estejam presentes pessoas com ligações culturais e sociais a este espaço e aos seus cidadãos. Do mesmo modo, a exclusão clássica dos Estados Unidos e Canadá do que seria a América Latina, não impede a possibilidade do desenvolvimento de sentimentos latino-americanos neste espaço e até mesmo de uma territorialização tipicamente latino-americana formada dentro dos limites estatais desses dois países. Convém lembrar que estes também tiveram dentro da sua própria formação histórica e dos seus limites políticos-administrativos, áreas administradas por potências latinas europeias e uma presença de pessoas de origem cultural latina. Os exemplos mais explícitos são: Quebec, uma província canadense que teve no início da sua história uma colonização francesa, tanto que o francês ainda é o idioma oficial na região; e nos Estados Unidos, para além de um vasto território que foi conquistado ao México, uma significativa presença de gerações de imigrantes, especialmente latino-americanos, que passaram a viver e a constituir família dentro desse território e mantiveram boa parte de suas práticas culturais.

São essas ideias primárias que nos despertaram para alguns questionamentos relativos à complexidade da identidade dos descendentes de japoneses no Brasil e, também, ao modo como estes percebem a noção de América Latina e que tipo de sentimentos geram em relação a esta. Em termos concretos, no caso de filhas de pessoas nipo-brasileiras nascidas no território japonês e que se mantêm escutando samba, funk e reggaeton e comendo feijoada, qual o sentimento identitário que as define? Os sentimentos delas deixam de ser legítimos caso se identifiquem como latino-americanos, mesmo nunca tendo visitado algum país latino-americano? Bem como os descendente de japoneses, que nunca tenham ido para o Japão, e que se identificam como um japoneses. Num globo marcado por fortes interações entre países e regiões² e

² Esta dissertação foi concluída durante uma das maiores crises sanitárias e econômicas ocorridas desde a Revolução Industrial de finais do século XVIII. Esta crise, que teve origem na pandemia da COVID-19, é possível de alterar significativamente vários processos que caracterizavam as sociedades e as economias

uma crescente diversidade, seguem assim aumentando as complexidades associadas às metamorfoses identitárias e aos sentimentos de pertença cultural no mundo contemporâneo. Esses questionamentos nos levaram a trabalhar essencialmente os processos de auto-identificação, no sentido de conhecer melhor as características de determinada identidade.

No caso específico dos nipo-brasileiros, e da pesquisa que realizamos neste trabalho, o histórico de desenvolvimento identitário passa pelas tradições e costumes de seus ancestrais provenientes do Japão que remontam, em muitos casos, à época do Império Meiji. A manutenção dos imigrantes japoneses, que remete para as estratégias de sobrevivência do grupo por tantas décadas em território brasileiro, se torna um elemento extremamente importante na compreensão da formação dessa identidade. Na verdade, ao mesmo tempo que se isolava – ou, de algum modo, “protegia” - da influência cultural brasileira, essa comunidade também se afastou das transformações que ocorriam no país de sua própria origem. E quando há o reencontro dessas gerações de japoneses que traçaram distintos caminhos, muitas diferenças são notadas, e ao se encontrarem já não se reconhecem enquanto alguém que partilha a mesma identidade. A língua falada, os costumes, entre outras produções culturais se distanciaram, até porque muitos acontecimentos sucederam na história do Japão ao longo do século XX, que forçaram a mudança total dos sistemas políticos, sociais e econômicos do país. Ao mesmo tempo, o fator de construção da identidade nacional brasileira, bem como o momento (anos 30-40 do século XX) em que japoneses, alemães e italianos e seus descendentes que moravam no Brasil foram vistos como inimigos ou espiões do Estado brasileiro causou um impacto significativo para o início da construção da identidade nipo-brasileira.

A partir deste momento, já não existia mais a possibilidade de manter o afastamento, tornando-se cada vez mais premente a necessidade de interação com a sociedade brasileira. Os filhos que nasceram a partir das décadas de 1940 e 1950 tiveram que inevitavelmente estudar a língua portuguesa e experimentar o convívio com outros brasileiros, para além de “mergulharem” em processos de sociabilização institucionais que veiculavam os símbolos e valores do Brasil (a construção da identidade nacional, o conhecimento de símbolos nacionais como a bandeira ou o hino)

em contexto de globalização. Decorre daqui, que a manutenção de um mundo fortemente ligado pela circulação efetiva de bens materiais e de pessoas pode sofrer alterações profundas, atualmente impossíveis de prever.

e de começarem a incorporar a prática de costumes nacionais. Estes nipo-brasileiros, nascidos em terras brasileiras, mas com o Japão como país de origem, tiveram então que lutar pelo desafio da inserção social no país, tentando não abandonar boa parte das práticas orientais.

É dentro dessa lógica que esses brasileiros de origem japonesa passaram a ser vistos e se auto-reconheceram como brasileiros. Além do processo de transformação ocorrido em contexto brasileiro, os contatos com o Japão ancestral e, sobretudo, uma fase migratória que levou milhares de decasséguis brasileiros para o Japão contribuíram também para o auto-conhecimento e a definição identitária deste grupo de pessoas. Perceberam que por mais que fossem chamados de japoneses na sua terra natal (o Brasil), quando entraram em contato com o país do seus antepassados (o Japão), não se identificaram com muitas práticas e costumes e não tiveram também a aceitação que julgavam existir, mesmo no caso daqueles que sabiam falar o idioma japonês. Perante este quadro, marcado por uma conjugação simultânea de tensões e referências identitárias que remetem para dois territórios e as suas respectivas populações, a ideia de identidade hifenizada (nipo-brasileira) ganha claramente força.

Para analisar empiricamente a questão relativa ao reconhecimento e às eventuais características de um sentimento latino-americano entre descendentes de Japoneses no Brasil, realizámos um conjunto de 20 entrevistas exploratórias a uma pequena amostra desta população, conjugando meio rural e meio urbano, uma geração mais idosa e uma geração mais jovem, homens e mulheres³. As duas componentes do instrumento de recolha de informação incidiam, por um lado, na construção, identificação e caracterização da identidade nipo-brasileira e, por outro lado, na identificação (ou não) enquanto latino-americanos e nos elementos que dão suporte a esta ideia, o que corresponde aos dois grandes pilares desta dissertação.

Os resultados obtidos mostram que o segmento das pessoas de maior faixa etária, mais próximas da primeira geração de imigrantes, guardam ainda um grande sentimento de luta pelo reconhecimento da sua identidade, enquanto cidadãos brasileiros (ou nipo-brasileiros), perante a sociedade do país de destino migratório dos seus pais e/ou avós. Desse modo, seus sentimentos pelas questões latino-americanas, de uma maneira geral, aparecem em suas respostas como uma temática claramente

³ Para detalhes relativos ao processo de inquirição e à composição desta amostra ilustrativa, ver capítulos 4.1 e 4.2.

secundária em comparação à necessidade de afirmar convictamente: eu sou brasileiro(a). Boa parte deles aceitam a rotulação de latino-americanos, por verem algumas semelhanças entre o Brasil e os outros países da América do Sul, mas quase sempre se sentem um pouco diferentes dos restantes latinos pois nunca ou muito raramente foram colocados a pensar nessa perspectiva identitária anteriormente. Afinal, isto demonstra uma certa contemporaneidade no pensamento e no conceito de latino-americano entre a população brasileira. Basicamente, essa discussão não se fazia no Brasil, sendo as próprias conexões com os outros países do continente, também limitadas até há pouco tempo. Esse relativo isolamento do Brasil nas questões relacionadas com os seus vizinhos, está também relacionada com a dificuldade de acesso e a forma de organização do território, como atesta a distância dos grandes centros às outras cidades do continente e o facto de estarem voltados para o Atlântico e não para o interior. Portanto, para essa população mais velha, em sua maioria não tão conectada com os avanços tecnológicos, que não teve, na maioria dos casos, em sua formação identitária um sentimento de familiaridade e proximidade cultural com os países vizinhos, a ideia de América Latina e a identificação enquanto latino-americanos corresponde a uma “não-questão”, algo que não faz parte da sua matriz identitária (com algumas exceções). Na verdade, o que foi marcante, e ainda hoje tem significado, diz respeito à luta por se afirmarem tão brasileiros quanto os demais que habitam e nasceram no território que hoje é o seu, sendo outras dimensões identitárias (por exemplo, a latino-americana) relegadas para um plano totalmente secundário, se não forem completamente ignoradas.

A história de vida e os ensinamentos dos pais dessa geração mais próxima dos imigrantes japoneses que foram para o Brasil se fazem mais importantes e presentes na composição da identidade desses nipo-brasileiros idosos. Aquilo que ouviram sobre o Japão na infância e boa parte da idealização ainda estão fortemente presentes, até porque alguns frequentaram escolas das colônias japonesas aprendendo além do idioma, os costumes de seus antepassados. Para além de manterem algumas práticas de sociabilização de grupo específicas dos nipo-brasileiros, como a participação em associações de agricultores, a maioria dessas pessoas tiveram a oportunidade e o interesse de viajar para o Japão, para constatarem com os próprios olhos as maravilhas que eram contadas desde sua infância. Muitos mantiveram boa parte de suas imagens mas foram confrontados com as dificuldades de aceitação por parte da sociedade

japonesa que já não mais segue os hábitos oriundos da época do império Meiji. Lá no Japão, esses brasileiros que imigraram ou apenas foram para fazer turismo eram igualmente tratados como *gaijin*, ou seja, estrangeiros. Os nativos japoneses deixavam clara essa diferenciação e, segundo relatos, o brasileiro era percebido pelos demais por suas vestimentas e jeitos mesmo antes de falar. E nesse país, os brasileiros tiveram muitas vezes contatos com outros latino-americanos, como relatado nas entrevistas, o que gerou um certo sentimento de empatia com esses outros estrangeiros descendentes de japoneses que viviam experiências semelhantes longe das suas “casas”. Esses contrastes na vida destes nipo-brasileiros impactaram intensamente suas visões de mundo, mas não os aproximaram necessariamente das lutas pelas causas políticas da América Latina. Contudo, alguns encontram na comunalidade dos quadros políticos (e.g. a resistência e as ditaduras dos anos 60 e 70) um elemento desta identidade comum, havendo vários que consideram aceitável que estas causas façam parte de uma ideia de identidade partilhada latino-americana.

Na geração mais jovem dos nipo-brasileiros, residentes essencialmente no meio urbano paulista, a discussão sobre ser brasileiro já não aparece como dúvida ou como necessidade de auto-afirmação, ocorrendo aparentemente o mesmo com a sociedade que os circunda. Essa geração já nasceu incorporada à sociedade brasileira, no meio de uma metrópole diversa e cosmopolita, não tendo sido constatado em nenhum dos casos analisados a exposição de alguma dúvida interna ou externa sobre essa identificação. O que se afirma claramente, é que apesar da maioria ter um fenótipo que não esconde a sua origem familiar, majoritariamente os hábitos e os costumes são similares aos dos outros brasileiros. Essa aceitação inicial abre caminhos para mais jovens nipo-brasileiros se voltarem para as questões identitárias e políticas que englobam o Brasil, principalmente no que diz respeito às relações internacionais. Nesse sentido, essa juventude em sua maioria se sente latino-americana, e vê muitas semelhanças entre si e as pessoas dos outros países latinos. Ademais, utilizam boa parte das vezes como fator agregador a diferença existente entre os países da América Latina como um todo, em termos de história, localização geográfica e nível de desenvolvimento, face aos países desenvolvidos. O fator globalização também ajuda no conhecimento dos países vizinhos, para além do reforço da interação também contribuir para um maior conhecimento de outros estados latino-americanos, não tendo sido difícil encontrar quem já tivesse visitado outros países no continente. As dificuldade enfrentadas pelos

nipo-brasileiros dessa geração mais jovem, se não passam pela afirmação de serem brasileiros, passam sobretudo pelo fetiche e estereótipo que de certa forma é associado a esses descendentes. A imagem daquele japonês estudioso, rigoroso, determinado e disciplinado ainda figura não somente nas famílias desses nipo-brasileiros mas também no restante da população brasileira que assimilou esta imagem da cultura asiática. Quanto mais parecido fisicamente com os antepassados japoneses mais comparações serão feitas pelo restante da sociedade principalmente no caminho dos relacionamentos amorosos. Há um exagero nos estereótipos físicos criados que causam um desconforto que nas nossas entrevistas foi mais evidente no caso das mulheres jovens. Algumas delas são realmente vistas como asiáticas e como fonte de possível realização de fetiches eróticos contemporâneos de determinadas pessoas.

A discussão sobre as identidades desses jovens acaba ganhando novos contornos psicológicos, pois apesar de muitos ainda manterem contatos com grupos, eventos e festividades de tradição nipônica, e utilizarem produtos e serviços de origem japonesa que entraram nos roteiros de consumo contemporâneo, encaram essas experiências como fatores adicionais diante das misturas étnicas relativas à sua composição familiar. A ascendência japonesa, que por vezes é revalorizada por via da prática de alguns dos processos descritos, nem sempre será a mais marcante nem culturalmente, nem necessariamente no fenotipo de muitos membros dessa geração. Com isso, o peso de estar somente associado à simbologia representativa do japonês tradicional não se faz tão concretamente no presente. Entretanto, mesmo sem aparentar fisicamente ou não seguir hábitos orientais, todos os entrevistados mantêm um enorme respeito e um reconhecimento positivo da origem da família da parte japonesa. Alguns se interessaram por conta própria a conhecerem mais sobre a cultura japonesa e levam esse elemento como uma parcela de um todo que compõe suas características e identidades.

A visão de que o Brasil faz parte da América Latina não é muito contestada dentro dessa geração mais jovem por constantemente verem essa classificação sendo utilizada desde suas épocas escolares. Contudo, alguns consideram que esta perspectiva ainda está por concretizar, quer de um ponto de vista sentimental individual, quer na população, em termos gerais. É perceptível para boa parte dessa geração um certo isolamento do Brasil relativamente aos outros países, o que se traduz em algum desconhecimento destes e das suas especificidades. Esse isolamento se transforma em solidariedade e mesmo identificação quando são percebidas dificuldades

socioeconômicas semelhantes e uma afetividade no contato direto e na exposição de danças, ritmos musicais e comportamentos que lhes parecem familiar.

A questão da diferença do idioma trabalha de forma dialética, ora surgindo como algo que aproxima, pois português e espanhol possuem muitas semelhanças, ora como algo distanciador no sentido que leva os falantes de cada uma dessas línguas a buscarem referências culturais apenas nos seus idiomas. E aqui cabe o destaque para o estereótipo e característica que mais foi citado e compreendido como fator determinante para ser um latino-americano: a oficialização e o uso da língua espanhola. Músicas e ritmos musicais com tema latino ou latino-americano no território brasileiro estão sempre relacionados com as músicas espanholas oriundas do continente americano. E nesse sentido, o pensamento internacional também não atrela necessariamente o “samba”, em uma categoria latino-americana, é definitivamente algo brasileiro. Bem como a caipirinha e outros elementos que compõem a imagem estereotipada do Brasil. Já se compararmos a salsa, o reggaeton, ou a bebida mojito, não necessariamente se associam esses símbolos aos seus países de origem; no conhecimento do senso-comum terão conotações latino-americanas ou no máximo serão classificados como de origem caribenha. Ou seja, culturalmente, gera-se uma “confusão” na categorização das coisas, não só por parte da própria população latino-americana, mas também pelos povos de outros continentes. Já no que se refere aos fatores políticos, sociais e econômicos, não há dúvidas de se posicionar o Brasil como parte integrante da América Latina. Esse país é assim colocado numa situação semelhante relativamente ao nível de desenvolvimento (integra um grupo de “países emergentes” assim como seus vizinhos), e nesse quesito nem os próprios habitantes da chamada América Latina, nem os nipo-brasileiros discordam dessa classificação de aproximação.

Algumas distinções do sentimento identitário entre os gêneros femininos e masculinos também mereceram destaque na nossa pesquisa. Considerando a tensão identitária predominante e prioritária para todos os entrevistados, esta relacionou-se sempre com as suas origens japonesas e brasileiras. O reconhecimento dessa composição é entendido de maneira diferente por indivíduos dos gêneros feminino e masculino. O gênero masculino apresentou características mais naturalizadas ao tratar da dupla raiz cultural como uma mistura complementar uma da outra, o que parece apontar para uma lógica de identidade hifenizada mais explícita e equilibrada. Em compensação, o gênero feminino se revelou em uma relação muito mais de

sobreposição de identidades, emergindo em determinados momentos uma delas e em outros momento se reivindicando como totalmente da outra identidade cultural.

O gênero também se vai repercutir na questão secundária de reflexão das identidades desses descendentes, quanto ao sentimento latino-americano. O gênero masculino demonstrou ter a identidade latino-americana como um fator supletivo, privilegiando aspectos econômicos e políticos para se referir a esse conjunto de países. Já o gênero feminino se caracterizou pela ambivalência de sua identidade latino-americana, com suas percepções a priorizarem aspectos mais afetivos e sentimentais para caracterizar os latino-americanos. Ademais, para muitas dessas nipo-brasileiras essa questão nem sequer é secundária, pois o tema se tornou de fato uma não-questão pela falta de interesse e conhecimento mínimo sobre o assunto.

Para finalizar, conclui-se que o peso da nacionalidade e da identidade nacional é muito forte no que se refere aos aspectos culturais e sentimentais afetivos de uma pessoa. Embora os brasileiros transitem entre a cultura de várias nações por serem um país formado a partir de um elemento indígena e de muitas imigrações com origens diversificadas, a cultura nacional é a que predomina e é a mais defendida, deixando outras categorizações regionais, externas ou internacionais secundarizadas. Nesse sentido, a identidade latino-americana apesar de aceita na comunidade nipo-brasileira de uma maneira geral pelos casos que investigámos, não ganha notoriedade nem mesmo quando as pessoas são diretamente questionadas sobre isso. Portanto, o distanciamento existente nessa comunidade com relação ao sentimento de latino-americano não está diretamente ligado às suas raízes orientais, e sim à sua origem e nacionalidade brasileira. Logo, é muito provável que chegássemos à mesma conclusão se fizéssemos estudos idênticos com comunidades brasileiras descendentes de imigrantes de matriz cultural latina, como italianos, espanhóis, romenos, franceses ou portugueses. Uma pesquisa que tivesse como sujeitos brasileiros de comunidades descendentes dos países de origens culturais latinas que assumisse uma perspectiva idêntica à que orientou a investigação desenvolvida neste trabalho enriqueceria certamente a discussão do tema.

A questão latino-americana é altamente difundida nos fóruns e encontros internacionais, tanto acadêmicos, como profissionais colocando os brasileiros, entre eles os nipo-brasileiros, como parte integrante dessa comunidade que agrega vários países. Todavia, dentro da composição da identidade de cada um dos nipo-brasileiros há um hibridismo cultural que lhe traz o reconhecimento e o sentimento de pertença das

culturas orientais e latino-americanas. Isso se dá essencialmente por suas características fenotípicas marcadamente orientais e por sua maneira de ser tipicamente brasileira que não deixam esconder ou esquecer, aonde quer que vão, tais traços que são particulares e comumente constatados. Essa peculiaridade da fusão nipo-brasileira é sinal de orgulho e respeito nessa comunidade, que conjuga tantas propriedades distantes que se interligam nesses descendentes de japoneses. Efetivamente, a base cultural japonesa se tornou apenas uma componente complementar e adicional na identidade desses brasileiros. Eles são afetados por questões e complexidades, como a da latino-americanidade, que envolvem a composição da identidade brasileira tanto quanto a de qualquer outro brasileiro, seja de que origem étnica e familiar for.

6. Referências Bibliográficas

Alba, R., & Nee, V. (1997). Rethinking assimilation theory for a new era of immigration. *International migration review*, 31(4), 826-874.

Alencastro, L. F. D. (1997). Vida privada e ordem privada no Império. *História da vida privada no Brasil*, 2, 11-93.

Anderson, B. (2006). *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. Verso books.

Ardao, A. (2019). *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*. Universidad Nacional Autónoma de México.

Azuma, E. (1999). Brief historical overview of Japanese emigration, 1868–1998. *International Nikkei Reseach Project: First Year Report*, 6-8.

Bethell, L. (2009). O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica. *Revista Estudos Históricos*, 22(44), 289-321.

BRASIL. Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890. Regulariza o serviço de introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil. Coleção de Leis do Brasil – 1890. Disponível em: Acesso em: 22 fev. 2017

Caicedo, J. M. T. (1857). Las dos américas. *El correo de ultramar*, 16.

Cardoso, R. C. L., & Durham, E. R. (1972). *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Chelotti, M. C. (2010). Reterritorialização e identidade territorial. *Sociedade & Natureza*, 22(1), 165-180. <https://dx.doi.org/10.1590/S1982-45132010000100012>

Claval, P. (1999). O território na transição pós-modernidade. *GEOgraphia*, 1(2), 7-26.

Da Silva, M. P.; Bonini, L. M. M.; Candida, V. B. (2015) A imigração japonesa e o desenvolvimento regional: histórias e memórias do Alto Tietê. *Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*.

Daigo, M. (2008). Pequena história da imigração japonesa no Brasil. *Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil*. Tradução: Masato Ninomiya.

Embaixada, D. J. B. (2018). Fortalecimento da parceria com a comunidade nipo-brasileira. Disponível em: <https://www.br.emb-japan.go.jp/files/000416070.pdf> – acessado em 20/09/2019.

Fantin, J. T. (2013). *Os japoneses no bairro da Liberdade-SP na primeira metade do século XX*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo.

Farret, R. & Pinto, S. (2011). América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. *Topoi*, v. 12, n. 23, p. 30-42.

Fukasawa, M. (2013). *Se o Grão de Arroz não Morrer: colônias de Imigrantes Japoneses*. Registro – SP: Jornalística União Nikkei Ltda.

Garfield, Seth. (2000). As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, 20(39), 13-36. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882000000100002>

Haesbaert, R. (2004). *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre.

Haesbaert, R. (2016, setembro 8). *Relação da Geografia com a Cultura – Dr. Rogério Haesbaert da Costa*. [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=P5N2x78YZYk&t=2s>.

Hall, S. (2000). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

Hatugai, E. R. (2014). Uma japonesidade associativa ou como o alimento e a ideia de cultura japonesa elaboram pertencimentos entre as famílias nipônicas. In: SANTOS, M.; PETRUS, R.; PÓVOA NETO, H.; GOMES, C. (Org.). *Caminhos da migração: memória, integração e conflitos*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, p. 32-48.

Hirata, R. Y. (2005). Tempo e espaço na dinâmica migratória japonesa: o caso de Mogi das Cruzes. Dissertação (Mestrado). *Escola Nacional de Ciências Estatísticas*.

IBGE (2008). *Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBGE (2012). Censo demográfico 2010 - Resultados gerais da amostra. *Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*.

Kebbe, V. H. (2008). *Um jornal entre Brasil e Japão: a construção de uma identidade para japoneses no Brasil e brasileiros no Japão* (Doctoral dissertation, Dissertação de Mestrado, UFscar, PPGCS).

Kodama, K. (2000). O sol nascente do Brasil: um balanço da imigração japonesa. In: *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000*, p. 197-213.

Kubota, N. F. L. (2015). Okinawanos e não-okinawanos em Campo Grande: relações de parentesco e famílias. 240f. Tese de doutorado - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Lefebvre, H. (1974). *The Production of Space (La production de l'espace)*. Paris: Anthropos.

Lesser, J. (2001). *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp.

Lourenção, G. V. N. (2016). O espírito japonês: esboço para uma arqueologia etnográfica do Ki 守 破 離—Shuhari—Os três momentos do aprendizado da maestria.

Machado, I. J. R., (Ed.). (2011). *Japonesidades multiplicadas: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil*. EdUFSCar.

Marques, M. I. M. (2002). O conceito de espaço rural em questão. *Terra livre*. São Paulo: AGB, n.19, ano 18, 95-122.

Mendes, B. C., & Gibo, R. H. (2010). Turismo e os jovens nikkeis. *Caderno Virtual de Turismo*, 10(3).

Mondardo, M. L. (2009). Raízes na Migração Des-Re-Territorialização e Redes Sociais. *Universidade Federal da Grande Dourados MT*. In www.bocc.uff.br/pag/bocc-mondardoraizes.pdf.

Morse, R. (1982). O Espelho de Próspero – Cultura e Ideias nas Américas. Companhia das Letras.

Nakasato, O. F. (2011). *Nihonjin*. Benvirá.

Nunes, P. H. F. (2006). As relações Brasil-Japão e seus reflexos no processo de ocupação do território brasileiro. *Revista Geográfica*, 61-77.

Petrucelli, J. L., & Saboia, A. L. (Eds.). (2013). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades* (No. 2). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística--IBGE.

Phelan, J. (1979). El origen de la idea de America. *Latinoamerica. Cuadernos de Cultura Latinoamericana*. Ed 31.

Pires, Á. P. (2008). Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. *Poupart J, Deslauriers JP, Groulx LH, Lapemère A, Mayer R, Pires AP, organizadores. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes*, 154-211.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Raffestin, C. (1993). Por uma Geografia do Poder. Tradução Maria Cecília França. *São Paulo: Editora Ática*.

Rinaldi, M. T (2016). Soles de oriente en Latinoamérica. Producción cultural nikkei en Brasil y Argentina.

Rocha, S. (2006). O poder da linguagem na Era Vargas: o abasileiramento do imigrante. *6º Encontro Celsul-Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. Anais... Florianópolis.*

Rojas, M. (1991). Los cien nombres de América. *Eso que descubrió Colón. Barcelona: Lumen.*

Rowland, R. (2003). Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. *Brasil: formação do estado e da nação. São Paulo: Hucitec, 365-388.*

Sack, R. D. (1986). *Human territoriality: its theory and history* (Vol. 7). CUP Archive.

Sasaki Pinheiro, E. M. (2009). Ser ou não ser japonês. *A construção da identidade dos brasileiros descendentes de japoneses no contexto das migrações internacionais do Japão Contemporâneo. Campinas: UNICAMP.*

Seyferth, G. (1997). A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana, 3(1), 95-131.*

Truzzi, O. (2012). Assimilação resignificada: novas interpretações de um velho conceito. *Dados, 55(2), 517-553.*

Tsuda, T. (2003). *Strangers in the ethnic homeland: Japanese Brazilian return migration in transnational perspective.* Columbia University Press.

Utsunomiya, F. I. (2014). Análise de discursos de sites de Kenjinkai do Brasil: a construção de uma identidade cultural tipicamente nacional.

Vejmelka, M. (2014). O Japão na literatura brasileira atual. *Estudos de literatura brasileira contemporânea, (43), 213-234.*

Wallerstein, I. (1984). *The politics of the world-economy: The states, the movements and the civilizations.* Cambridge University Press.

Yamamura, R. J. H. (1996). O estabelecimento das relações Brasil-Japão no século XIX. *Textos de história*, 4(1), 125-148.

Zanirato, C. F. (2018). História e representação: a conquista da identidade nipo-brasileira em *Gaijin—Caminhos da liberdade* (1980), produzido por Tizuka Yamasaki, e *Brazil-Marú* (1992), de Karen Tei Yamashita. *TRANSMODERNITY: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, 8(1).

Anexos:

Anexo A - Carta de apresentação

Senhor(a) X

Meu nome é Felipe Duda Fernandes e sou estudante de mestrado em Geografia Humana: Globalização, Sociedade e Território pela Universidade de Lisboa, Portugal. Desenvolvo uma pesquisa pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território que investiga profundamente as identidades presentes no território brasileiro.

Escrevo para perguntar se você estaria disponível para ser entrevistado por cerca de 30 minutos para compartilhar um pouco da sua história e das suas experiências de vida.

O trabalho tem apenas o propósito de conhecimento e desenvolvimento científico. Tal elemento garante o sigilo e a confidencialidade das informações para efeito apenas de pesquisa.

Agradeço imensamente pela disposição do seu tempo.guardo ansioso pela resposta do convite e ficarei muito feliz em tirar qualquer dúvida que ainda possa ter sobre a entrevista.

Com os melhores cumprimentos,

Felipe Duda Fernandes.

Anexo B - Guião de perguntas da entrevista

1. Como você se identifica?
2. Você se vê pertencente (enquadrado) a algum grupo específico de pessoas?
3. Qual a sua origem e a origem da sua família?
4. Há alguma diferença na forma como você se vê e na forma como a sociedade o enxerga?
5. Na sua opinião, o Brasil faz parte da América Latina?
- 6a. Você se considera latino-americano? Por quê?
- 7a. O que te faz um latino-americano (caso essa resposta não ocorra na pergunta anterior)?

Em caso de resposta negativa na questão 5:

- 6b. Então quem são? E o que esses latino-americanos têm de diferente ou fazem para serem o que são?
- 7b. O que faltaria para o Brasil ser da América Latina?